

Estados Unidos
Grupos de mídia acusam Donald Trump de vender acesso antecipado às suas postagens na Truth Social **B6**



Moratória da soja
STF valida leis estaduais que esvaziaram acordo, mas afasta a acusação de cartel e a busca por indenizações **B7**



Inteligência artificial
Automatização não é previsão de perda de empregos, é reorganizar o trabalho, diz Tracy Francis **B2**

Quinta-feira, 13 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6567 | R\$ 10,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Projeto eleva gastos, mas traz ajustes

Giordanna Neves e Lu Aiko Otta
De Brasília

O Congresso aprovou ontem o projeto de lei complementar (PLP) dos combustíveis com a inclusão de um dispositivo que, embora alguém do necessário apontado por especialistas em contas públicas, antecipa parte da estratégia de ajuste fiscal defendida pela equipe econômica para 2027. Mudanças feitas durante a tramitação concebida para mitigar os efeitos da guerra no Irã elevaram as despesas deste ano, mas o texto cria dois gatilhos para conter o crescimento dos gastos vinculados quando as contas públicas estiverem no vermelho. As medidas devem conter em R\$ 10 bilhões o avanço das despesas obrigatórias em 2027, segundo o governo. **Páginas A8 e A14**

STF manda juízes devolverem penduricalhos

Giullia Colombo
De Brasília

Os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinaram que magistrados de sete tribunais de Justiça devolvam, imediatamente, os chamados penduricalhos que receberam em desacordo com a decisão do STF que limitou o pagamento dessas verbas. Relatores de diferentes ações sobre o tema, os ministros citaram “pagamentos exorbitantes” a juízes ativos e aposentados, bem como a pensionistas dos tribunais dos Estados de Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e do Distrito Federal. **Página A13**

Escola em tempo integral reduz criminalidade

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A adoção de escolas em tempo integral reduz a criminalidade nas áreas onde estão instaladas, aponta estudo da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho mostra que o efeito é mais concentrado nos dias letivos e dentro do horário escolar, mas também ocorre fora dele. Entre 2012 e 2024, considerando 305 estabelecimentos de ensino da capital paulista, os crimes contra o patrimônio recuaram 7,3%. Entre as possíveis explicações estão a maior perspectiva econômica com a melhora educacional e também a redução das oportunidades de delinquir ao ficar mais tempo na escola. **Página A12**

Indicadores

Ibovespa	12/ago/26	-0,23%	R\$ 52,9 bi
Selic (meta)	12/ago/26	14,00%	ao ano
Selic (taxa efetiva)	12/ago/26	13,94%	ao ano
Dólar comercial (BC)	12/ago/26	5,1632/5,1639	
Dólar comercial (mercado)	12/ago/26	5,1787/5,1793	
Dólar turismo (mercado)	12/ago/26	5,1969/5,1769	
Euro comercial (BC)	12/ago/26	5,9578/5,9597	
Euro comercial (mercado)	12/ago/26	5,9672/5,9678	
Euro turismo (mercado)	12/ago/26	6,0281/6,2081	

Mudanças nas regras do Simples podem ter impacto fiscal de R\$ 50 bi em dois anos

Contas públicas Aumento do limite de enquadramento teria esse efeito sobre a arrecadação previdenciária em 2027 e 2028, segundo estimativas da Receita

Ruan Amorim
De Brasília

As mudanças nas regras do Simples Nacional previstas em projeto de lei complementar que tramita na Câmara dos Deputados podem reduzir a arrecadação previdenciária em R\$ 23,8 bilhões no ano de 2027 e R\$ 25,9 bilhões em 2028, totalizando quase R\$ 50 bilhões no próximo biênio. Se já estivessem em vigor, neste ano a perda seria de R\$ 21,7 bilhões, segundo estimativas da Receita Federal.

O valor da renúncia previdenciária decorrente da atualização do Simples, o regime tributário para micro e pequenas

empresas, ainda não era conhecido e evidência o impacto da proposta sobre as contas públicas. A medida ocorre num cenário fiscal já complicado, marcado pelo aumento das despesas obrigatórias e pela dificuldade de as receitas acompanharem esse crescimento, segundo especialistas.

Para calcular o impacto, a Receita considerou o projeto aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O parecer atualiza as faixas de enquadramento do Simples Nacional, além de elevar o teto de faturamento do MEI de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil, com reajuste anual pelo IPCA. Pela proposta, o limite de faturamento anual das microempresas passaria de

R\$ 360 mil para R\$ 869 mil e, para as empresas de pequeno porte, subiria de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,6 milhões. A Receita simulou quais empresas poderiam mudar de regime com a aprovação dos novos limites e comparou o quanto elas recolhem com o valor que podem passar a pagar. O Fisco dividiu o impacto em três grupos: empresas que já estão no Simples e poderiam mudar de faixa, as enquadradas no lucro real que poderiam migrar para o Simples e as do lucro presumido que poderiam passar ao regime simplificado.

A mudança de faixa no próprio Simples seria responsável pela maior parte da perda. A Receita estima uma redução da

arrecadação previdenciária de R\$ 20,3 bilhões em 2026, R\$ 22,3 bilhões em 2027 e R\$ 24,2 bilhões em 2028. Muitas empresas passariam a recolher menos do que pagam atualmente para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O cálculo foi elaborado a pedido do deputado Jorge Goetten (Republicanos-SC), relator do projeto, que solicitou à equipe econômica um estudo para detalhar o impacto fiscal. No documento, a Receita afirma que, sem medidas para compensar a renúncia, o projeto é incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). **Página E1**

A nova turma da Mônica



Criada há 67 anos por Maurício de Sousa a partir dos quadrinhos da Turma da Mônica, a MSP Estúdios movimentou R\$ 2 bilhões nos últimos três anos e, desde 2024, os

filhos Mauro e Marina Sousa e o neto Marcos Saraiva estão à frente da empresa, que projeta crescer 60% no próximo triênio, com aumento da verba de marketing,

aumento no número de marcas exploradas comercialmente, criação de parques temáticos e filme dirigido por Carlos Saldanha, com distribuição global. **Página B6**

Com venda em queda, varejo amplia promoções

Adriana Mattos
De São Paulo

Há oito trimestre consecutivos com queda no volume de vendas, segundo dados da consultoria de varejo Scanntech, supermercados e atacarejos têm lançado mão de um esforço promocional

maior. Na média do setor, mais de um quarto das vendas (25,8%) no mês de julho ocorreu com algum tipo de incentivo comercial concedido pelas lojas aos clientes, tanto na proporção dos descontos quanto na duração das promoções. No atacarejo, esse indicador alcançou quase um terço das vendas (31,6%), o

maior índice entre os canais analisados. “Houve necessidade de montar ações coordenadas frente a um cenário de perdas consecutivas em volumes pelas redes, e o maior esforço promocional não tem se convertido em mais vendas incrementais”, diz Priscila Ariani, diretora da Scanntech. **Página B5**

Negócios da adaptação



Para o ministro do Meio Ambiente, João Paulo Cabopianco, a adaptação às mudanças climáticas ainda não é vista como investimento, mas “gera oportunidades de empreender em obras de infraestrutura, na

adaptação das cidades, na recuperação de áreas verdes. É uma frente que pode gerar muita atividade econômica e, portanto, pode interessar às empresas”, disse ele à repórter Daniela Chiaretti. **Página A22**

Geração de caixa e expectativa de lucro guiam investidores

Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Levantamento do Itaú BBA com um grupo de 99 investidores locais e estrangeiros mostra que a piora do cenário macroeconômico do país, em especial quanto aos juros, e a incerteza com a eleição presidencial aumentaram a importância da geração de caixa e da perspectiva de lucro das empresas nas decisões de investimento em bolsa. “É necessário um resultado fiscalmente responsável, alguma sinalização no lado eleitoral e uma tendência de potencial aceleração dos cortes de juros, algo que hoje você não consegue antever” diz Daniel Gewehr, estrategista-chefe do banco. **Página C8**

Fluxo externo para ações do Brasil é menor do que para asiáticos

Fernanda Guimarães
De São Paulo

De janeiro a julho, o Brasil recebeu US\$ 11,9 bilhões de fundos internacionais de ações, acima dos US\$ 7,7 bilhões registrados em todo o ano passado. O valor, porém, ficou distante daqueles dos mercados emergentes que se tornaram protagonistas da corrida global pela inteligência artificial. Coreia do Sul e Taiwan atraíram, respectivamente, US\$ 70,6 bilhões e US\$ 56,5 bilhões, impulsionados pela presença de fabricantes de semicondutores e outros componentes para a expansão de centros de dados. Os dois mercados asiáticos também receberam muito mais recursos do que a Índia, que se consolidou como um dos principais destinos do capital estrangeiro entre os emergentes. O país atraiu US\$ 22,7 bilhões. Os números fazem parte de levantamento da EPFR, plataforma que monitora aplicações e resgates em fundos globais. **Página C1**

A VISTA
JAMAIS VISTA DE
SÃO PAULO.

RESERVA
CIDADE JARDIM

A CIDADE COM VISTA
PARA VOCÊ.

JHSF
SURPREENDENTE

VEJA NA PÁG. A3



7

898937

880054

O controle estatal, direto e difuso



Nelson Niero

A Vale, a maior produtora mundial de minério de ferro, é uma empresa com controle acionário pulverizado entre milhares de investidores, com papéis negociados no Brasil, Estados Unidos e Espanha. Ela é também uma ex-estatal que não consegue se livrar de políticos que até hoje não se conformam que ela tenha sido privatizada. A mineradora é a segunda maior empresa não financeira brasileira por valor de mercado, atrás da Petrobras. Em 2002, o governo vendeu suas ações ordinárias, mantendo apenas 12 ações preferenciais de classe especial, ou “golden shares”, que têm poder de veto em alguns casos específicos, como mudança do objeto social e liquidação da empresa. Em 2020, depois de uma reorganização societária, a empresa tornou-se o que se chama de “corporation”, ou uma sociedade anônima propriamente dita, na teoria sem dono, apenas sócios, cada um com uma ação e um voto, que elegem o conselho de administração profissional, que escolhe e vigia a gestão. Com todos os conflitos de interesse que ocorrem nesse tipo de estrutura, é o mais próximo que se pode chegar a uma “democracia” empresarial.

O modelo não garante por si só uma vida tranquila para os acionistas, nem mesmo em economias de mercado mais avançados — como mostram os gestores que manipulam os números para melhorar sua remuneração ou as reclamações recentes do republicano Donald Trump contra as petroleiras por causa da alta de preços, repetindo o que havia feito seu antecessor democrata, Joe Biden. No Brasil, prevalece o controle familiar entre as empresas privadas e a presença estatal ainda é muito relevante. Mesmo com os programas de desestatização desde a década de 1990 — Axia (ex-Eletrobras), Sabesp e Copasa são casos mais recentes —, cerca de 17% do Ibovespa, o principal índice da bolsa, são de papéis estatais, algo em torno de R\$ 840 bilhões de valor de mercado, sem contar o peso de participações significativas nas mãos do BNDES, fundos de pensão e as próprias “golden shares”. A manifestação desse poder velado foi o que se viu na Vale, numa disputa pela presidência do conselho de administração, com acusações de interferência do maior acionista individual, a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e de vazamento de documentos sigilosos, num episódio rocambolesco que acabou com a

destituição de um conselheiro e um processo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A proximidade de eleições costuma acelerar essas movimentações, porém essa turbulência na Vale vem desde 2023, quando o governo tentou emplacar Guido Mantega na presidência da empresa, um cargo que vale mais de R\$ 30 milhões por ano. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chegou a ligar, em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para acionistas da Vale para pressionar pela indicação. A manobra não deu certo, o que é ponto para a governança da Vale, que atualmente tem, entre os 12 membros do conselho, oito considerados independentes. Já Mantega acabou arrumando um “job” de consultoria com o banqueiro Daniel Vorcaro e voltou ao noticiário no começo do ano, quando veio a público o fato de ele ter articulado uma reunião de seu cliente com Lula. O encontro fora da agenda foi marcado pelo então chefe do gabinete pessoal do presidente da República, Marco Aurélio “Marcola”, que ganhou notoriedade recentemente ao aparecer na investigação do escândalo do INSS. Além de Vorcaro, atualmente preso, participaram da reunião o

ex-executivo do Banco Master Augusto Lima, Silveira, Rui Costa, então chefe da Casa Civil, e o futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Se na Vale o controle e as influências são difusos, na maior companhia do país é tudo mais aberto. A Petrobras também passou por reformas na governança depois de ter sido o centro do gigantesco escândalo de corrupção, com reforços para impedir a influência política. No entanto, já no primeiro ano do novo governo, o estatuto foi reformado para permitir uma maior “flexibilização” nas indicações. A ação chegou a cair 6% quando a medida foi proposta, num claro recado de desaprovação dado pela parte privada da sociedade de economia mista. O recado prontamente foi ignorado. O fato é que à medida que sobe o preço do Brent, aumenta também a tolerância da multidão de acionistas — só de investidores individuais, é mais de milhão. Como o petróleo tem sido um ótimo negócio nos últimos anos, não se ouviram reclamações quando a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, saiu numa turnê pelo Brasil com o presidente da República para anunciar investimentos em várias regiões do país. Num dos eventos, ela disse que poderia avaliar a

recriação da Petroquisa, uma subsidiária da área petroquímica que foi extinta em 2012, depois de um longo processo de venda de controladas. Provavelmente foi só um “frisson” de palco, já que não houve comunicados oficiais dos planos para ressuscitar a fabricante de borrachas sintéticas. Por muito menos, executivos que falam demais recebem ofícios da CVM pedindo explicações públicas. Tudo isso é tolerado pelos investidores, “está no preço”, como se diz no mercado. E o preço vai muito bem. A ação quintuplicou de valor em cinco anos, enquanto o Ibovespa subiu 40%. Com um valor de mercado de mais de meio bilhão, o peso da Petrobras na bolsa é tão grande que os grandes fundos não podem se dar o luxo de ficar fora do papel. Os analistas que acompanham a empresa até citam os “riscos de interferência política” nos pés dos relatórios aos clientes. Porém, o que importa, no momento, é que os preços do petróleo continuam mais que compensando os custos de exploração, o que garante dividendos gordos. Agora taxados, mas ainda gordos.

Nelson Niero é editor de S.A. do Valor Econômico.
E-mail nelson.niero@valor.com.br

Educação Formação prepara jornalistas para cobrir regulação, financiamento, operação e impactos na área de mobilidade

Jornada Valor de Jornalismo em Concessões e Infraestrutura tem inscrições abertas

De São Paulo

Dos leilões de rodovias e aeroportos aos investimentos em mobilidade urbana, o setor de concessões e infraestrutura ocupa posição central na agenda de desenvolvimento do país. Responsável por viabilizar investimentos bilionários e aumentar a competitividade do país, o segmento será o tema da próxima edição da Jornada Valor de treinamentos em jornalismo econômico. O programa de formação promovido pela Editora Globo vai reunir jornalistas e produ-

tores de conteúdo interessados em compreender os desafios, as oportunidades e o funcionamento de uma área estratégica da economia brasileira. A nova edição dá continuidade à série de treinamentos Jornadas Valor, criada para ampliar a formação de jornalistas e estimular a cobertura especializada em áreas de grande impacto econômico. Para a Jornada Valor de Jornalismo em Concessões e Infraestrutura serão selecionados 25 participantes de diferentes regiões do país para uma imersão presencial entre os

dias 21 e 25 de setembro, em São Paulo. A seleção buscará contemplar diferentes regiões do país e trajetórias profissionais diversas. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pela página oficial do programa. Ao longo dos cinco dias, os participantes terão contato com especialistas, executivos, representantes do poder público e jornalistas para entender como funciona o setor, desde a concepção de um projeto até sua operação. A programação abordará os diferentes modelos de participação pública e privada,

os mecanismos de financiamento, os processos de regulação e fiscalização e o papel dos principais agentes envolvidos. Os quatro primeiros dias serão dedicados a aulas na sede da Editora Globo. O encerramento incluirá visitas técnicas ao Centro de Controle e Operações (CCO) de Rodovias, em Jundiá (SP), e a uma operação sobre trilhos na capital paulista. O curso também pretende oferecer ferramentas práticas para a cobertura jornalística. Os participantes aprenderão a interpretar editais, contratos, adi-

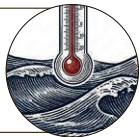
tivos, balanços financeiros, indicadores de desempenho, tarifas, investimentos e matrizes de risco, além de compreender como esses elementos influenciam a execução dos projetos e o atendimento à população. Questões que vêm ganhando relevância na agenda do setor, como mudanças climáticas, resiliência da infraestrutura, inovação tecnológica, inteligência artificial e cibersegurança, também farão parte da programação. Oficinas práticas mostrarão como transformar documentos técnicos, dados e informações fi-

nanceiras em reportagens e pautas de interesse público. O projeto tem patrocínio da Motiva. **Inscrições:** de 10 a 26 de agosto **Realização:** de 21 a 25 de setembro **Local:** sede da Editora Globo, em São Paulo **Vagas:** 25 **Formato:** presencial e gratuito **Como participar:** preencha o formulário de inscrição e faça um breve texto de apresentação. A seleção considerará perfil e motivação.

Informações: jornadavalorinfra.valor.com.br

Antaq promete ficar de olho em abusos na ‘taxa de seca’ na Amazônia

El Niño



Marlla Sabino
De Brasília

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) reiterou às empresas de navegação as regras para eventual cobrança da chamada “taxa de seca” na região amazônica e pediu aos agentes regulados que desenvolvam e mantenham atualizados planos de contingência para eventos hidrológicos extremos, diante do risco de restrições à navegação e às operações portuárias, em meio às preocupações com os possíveis efeitos do El Niño no país. As orientações estão previstas em ofícios enviados pela agência reguladora nos últimos dias aos agentes do setor. Ao **Valor** o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, explicou que, embora os dados ainda não indiquem um cenário de seca tão extrema como registrado em

2023 e 2024, a agência está tomando providências para responder aos possíveis acontecimentos de forma tempestiva. A avaliação na agência é de que a experiência dos últimos anos mostra a necessidade de antecipar riscos e adotar medidas preventivas para reduzir eventuais impactos sobre a logística e o abastecimento na região Norte. "A agência está adotando providências para responder aos acontecimentos de forma tempestiva. Precisamos de uma abordagem prospectiva, antecipando os problemas, sem alardes desnecessários. Estamos avaliando os riscos, adotando medidas preventivas e, mais do que tudo, atuando de forma coordenada com as diversas instituições", afirmou o diretor-geral. Em relação à taxa de seca, adicional cobrado pelos armadores para compensar custos extras de navegação durante períodos de baixo nível dos rios, o diretor afirma que a agência reconhece que a estiagem pode gerar custos adicionais extraordinários e que as companhias operam em

regime de liberdade de preços. Segundo ele, a atuação da agência reguladora deve se concentrar no controle de eventuais abusos. "Como esse mercado não opera em regime de concorrência perfeita, é obrigação legal da agência acompanhar de perto o assunto. Havendo diálogo e troca de informações, atuaremos de forma mais certa e cirúrgica." Nas últimas semanas, armadores que operam no Brasil comunicaram a possibilidade de cobrança da taxa a partir de setembro deste ano. Pelo menos três empresas sinalizaram que poderão instituir o adicional nos próximos meses. Pelas regras reiteradas pela Antaq, a eventual instituição da taxa de seca deverá ser comunicada à agência e aos usuários. **"Mesmo com a taxa de seca, as perdas são maiores que esse aumento"**
Fabio Lavor



Frederico Dias, da Antaq: "Havendo diálogo e troca de informações, atuaremos de forma mais certa e cirúrgica"

com antecedência mínima de 30 dias. As empresas deverão informar, entre outros pontos, o fato gerador da cobrança, os serviços abrangidos, a base de cálculo e o período de aplicação. O ponto gera divergência no setor. Por ora, as regras para a cobrança estão previstas em medidas cautelares e transitórias da agência reguladora até que haja uma regra definitiva. O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), que representa armadores de

longo curso, afirma que não há uma orientação conjunta às empresas para a adoção da taxa e que questões comerciais são definidas individualmente por cada companhia. Segundo o diretor-executivo da entidade, Fabio Lavor, os avisos feitos até agora por alguns armadores buscam antecipar aos clientes a possibilidade de cobrança caso as condições de navegação se deteriorem, para garantir transparência. “É ruim para todos. Mesmo com a taxa de seca, as perdas são

maiores que esse aumento, diminuindo nosso lucro operacional. Mas, na prática, é uma necessidade que os custos sejam repostos. Há muitas medidas que precisam ser tomadas nessa situação de emergência e, infelizmente, todos perdemos”, disse. Lavor afirmou ainda que o Centronave mantém contato com órgãos do governo sobre as dragagens necessárias e disse esperar que os serviços sejam executados a tempo de evitar restrições à navegação.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

99Food **B1**
Apex Partners **B4, C1**
Assaí **B1**
Auge **B4**
Axia **A2, C8**
Banco do Brasil **A2, C6**
Banco Central **C8**
Bayer **B8**
BNEDES **A2**
BP **B2**

Bradesco **C8**
BTA **B2**
BTG Pactual **C2, C3, C8**
BYD **B5**
C6 Bank **A6**
Caraiiba Genética **B8**
Carrefour **B1**
Cencosud **B1**
Copasa **A2, C8**
Copel **C8**

CVC **B4**
Danone **B3**
DBN Biotech **B8**
Despegar **B4**
Dongfeng **B5**
Editora Globo **A2**
Eletrobras **A2**
Embraer **C8**
EPFR **C1**
Equatorial **C8**

Freedom of Press Foundation **B6**
GDM **B8**
Google **B1**
GPA **B1**
Grupo Bimbo **B3**
Harvard **B2**
Harvard Business School **B2**
Hypera **C8**

iFood **B4**
Inova Genética **B8**
Intel **B2**
Intelipost **B4**
Inter.B Consultoria **A4**
Itaú **C8**
Itaú Asset **C1**
Itaú BBA **C8**
Kepler Weber **B8**
Latitude Genética **B8**

Leapmotor **B5**
Long Ping **B8**
LZ.studio **B6**
McKinsey & Company **B2**
McKinsey Global Institute **B2**
Mercado Livre **B1, C8**
Meta Platforms **B6**
Minerva **B3**
Mondelez **B8**

Motiva **A2**
MSD Brasil **B2**
Nestlé **B3**
Nubank **C8**
PepsiCo **B3**
Petrobras **A2**
Petroquisa **A2**
Positivo Tecnologia **B6**
Prosus **B4**
Rappi **B1**

Rhino **B4**
Sabesp **A2**
São Pedro Capital **C1**
Scanntech **B1**
Seneca **C2**
Stage Consulting **B4**
Stellantis **B5**
StoneX **C3**
The Intercept Media **B6**
TMG **B8**

Travelex **C3**
Trump Media & Technology Group **B6**
Vale **A2**
Vernalha Pereira **A4**
Vivo **B2**
Wharton **B2**
Wickbold **B3**
XP **A6, C1**

ESTÁ NASCENDO O NOVO
ÍCONE DA CIDADE.



PERSPECTIVA ARTÍSTICA DO RESERVA CIDADE JARDIM



PERSPECTIVA ARTÍSTICA DA SUÍTE MASTER DO RESERVA CIDADE JARDIM

PLANTAS CLÁSSICAS E A VISTA
MAIS IMPRESSIONANTE DA CIDADE

PLANTAS ESPECIALMENTE PLANEJADAS, DE 455
A 1.300 M², COM VISTA PARA O SKYLINE
DE SÃO PAULO, EM PROJETO ASSINADO POR
SIG BERGAMIN, MURILO LOMAS E PABLO SLEMENSON.



IMAGEM REAL DO PARQUE BRUNO COVAS

CONECTADO AO
PARQUE BRUNO COVAS

SAIA DE CASA DIRETO PARA QUILÔMETROS
DE CICLOVIA E CORRIDA NO MAIOR
PARQUE LINEAR DA CIDADE.

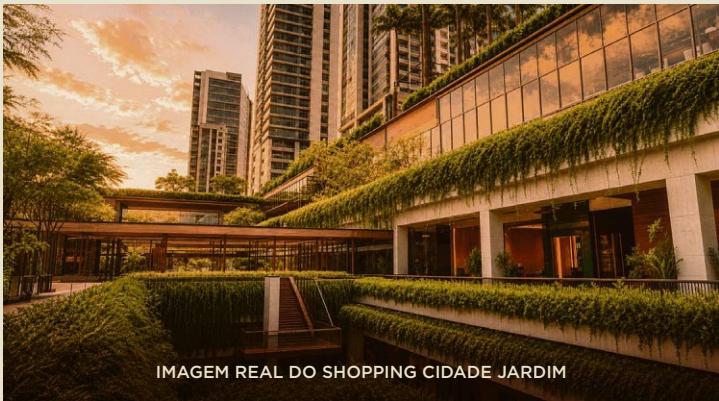


IMAGEM REAL DO SHOPPING CIDADE JARDIM

VIVA INTEGRADO AO
SHOPPING CIDADE JARDIM

INTEGRADO AO FASANO TENNIS CLUB E AO
SHOPPING CIDADE JARDIM, COM AS MAIS IMPORTANTES
LOJAS DE MARCAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS,
ALÉM DOS MELHORES RESTAURANTES E SERVIÇOS.



R E S E R V A
C I D A D E J A R D I M

A CIDADE COM VISTA PARA VOCÊ.

AGENDE
SUA VISITA.



JHSF
SURPREENDENTE

Relações externas Secretário especial da Presidência faz críticas à formalização de Daniel Perez sem o agrément, a autorização brasileira

Indicação de embaixador por EUA é ‘bizarra’, afirma Amorim

Ruan Amorim
De Brasília

O assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, classificou como “bizarra” a decisão dos Estados Unidos de anunciar a indicação de Daniel Perez para a embaixada no Brasil antes da concessão do agrément, autorização necessária para que um embaixador seja aceito pelo país onde servirá. A declaração foi dada na quarta-feira (12), durante audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

O Senado dos EUA confirmou na sexta-feira (7) a nomeação de Perez para o cargo. A decisão ocorreu antes de o governo brasileiro conceder o agrément ao diplomata, em mais um episódio de tensão entre Brasília e Washington.

“O que aconteceu bizarramente nesse caso é que os Estados Unidos não seguiram de maneira nenhuma” as convenções internacionais, disse. “Primeiro, eles deram publicidade antes da concessão do agrément e, talvez o mais grave, eles prosseguiram com o processo dentro do Senado americano sem ter o agrément brasileiro. Esse é um comportamento totalmente contrário às regras internacionais.”

Segundo ele, a indicação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não foi feita agora “por acaso”. “Logo que saiu o governo [Joe] Biden, a embaixadora saiu e ficou um ano e meio sem. O Brasil parecia que não tinha importância, ficava aqui um encarregado do negócio. De repente, na proximidade das eleições, às pressas, sem o nosso consentimento, quis acreditar um



CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Celso Amorim: "Bizarramente nesse caso os Estados Unidos não seguiram" as convenções internacionais

outro embaixador”, disse.

Ao ser questionado por parlamentares durante a comissão se se envergonhava do fato de o Brasil ser considerado um dos maiores distribuidores de entorpecentes do mundo e do país ser associado ao narcotráfico internacional, Amorim afirmou que se envergonha da “servilidade” do Brasil em relação a países estrangeiros.

"Eu me envergonho, por exemplo, da nossa servilidade em relação aos países estrangeiros"

“Eu me envergonho, por exemplo, da nossa servilidade em relação aos países estrangeiros. E eu não sei se o Brasil é o país que lidera o narcotráfico”, disse.

O diplomata também afirmou que a decisão unilateral dos Estados Unidos de classificar organizações criminosas brasileiras como terroristas permite a aplicação de sanções econômicas, administrativas e militares, inclusive com efeitos extraterritoriais, ao Brasil.

“Converte-se em instrumento jurídico interno que amplia significativamente a ação de um governo estrangeiro de impor sanções econômicas, financeiras, administrativas e militares, inclusive com efeitos extraterritoriais”, disse.

Segundo ele, a oposição do go-

verno brasileiro à classificação de facções criminosas como organizações terroristas considera que a medida pode ter impactos tanto sobre a economia quanto sobre a soberania nacional.

“Cabe ao Estado brasileiro, por meio de suas instituições democraticamente constituídas, de suas leis e de suas forças de segurança, definir os planos deve ser combatido”, ressaltou.

Os Estados Unidos anunciaram, em maio, a classificação das facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas globais. O comunicado foi feito pelo Departamento de Estado dos EUA. A designação entrou em vigor em junho.

Washington sinaliza mais ações sobre Brasil

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Passada mais de uma semana do cancelamento do visto da embaixadora brasileira em Washington, o governo americano mantém uma posição dura em relação ao Brasil.

O Departamento de Estado dos EUA, por meio de um de seus porta-vozes, afirmou por e-mail ao **Valor** que as autoridades do Brasil poderiam ter evitado a medida contra a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti. E indicou que novas medidas poderão ser tomadas se Brasília não aprovar o nome de Daniel Perez como novo embaixador dos EUA no Brasil. Perez é o nome indicado pelo presidente Donald Trump.

“Mantivemos uma constante comunicação com o governo brasileiro ao longo de semanas e demos ao governo brasileiro todas as oportunidades para que ele fizesse a coisa certa. Mas o governo continuou a protelar e tornar a situação obscura”, afirmou o Departamento de Estado, que é o equivalente o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Comandado por Marco Rubio, a quem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já afirmou ser um “anti-latino-americano” e um “bolsonarista”, o Departamento de Estado indicou que poderá adotar ações mais contundentes — aparentemente contra a própria embaixadora.

No e-mail, o órgão americano lembrou que o cancelamento do visto não representa que Viotti tenha sido declarada persona non grata (PNG).

“Isso não é um PNG, no entanto opções diplomáticas adicionais continuam na mesa caso o governo brasileiro continue a adiar [o processo de análise e

eventual aprovação de Daniel Perez] ou se recuse a conceder o agrément.”

A equipe de Rubio trata do tema como uma “ação recíproca” por parte do governo americano. E esclareceu a situação delicada em que a embaixadora se encontra. “Caso a embaixadora deixe o país, precisará solicitar um novo visto.”

Foi em 4 de agosto que o Departamento de Estado anunciou que o visto da embaixadora tinha sido cancelado.

Logo em seguida, a Presidência brasileira reagiu lembrando que o governo Trump tornou público o nome de Perez antes que o pedido formal de agrément fosse encaminhado ao governo brasileiro — algo que contraria o rito diplomático. A presidência também afirmou que “o pedido norte-americano ainda se encontra em análise.”

Daniel Perez, um cubano-americano de 39 anos, teve seu nome aprovado pelo Senado dos EUA no dia 7.

O **Valor** enviou nove perguntas ao Departamento de Estado, que respondeu, não uma a uma, mas em um texto de quatro parágrafos centrado na situação das embaixadas.

Na resposta, o órgão reiterou um posicionamento que já havia sido apresentado. Disse que cabe a Trump indicar quem representará representar os interesses americanos ao redor do mundo. E que ele está escalando uma equipe diplomática de alto nível para defender a bandeira de Trump de “America First”.

O Departamento de Estado americano encerra seu comentário afirmando: “Rejeitamos qualquer tentativa de países estrangeiros de interferir em nossos processos internos”.

Plano de logística prevê R\$ 1,2 tri e peso privado maior

Marlla Sabino
De Brasília

O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, lançado pelo governo federal nessa quarta-feira (12), prevê R\$ 1,225 trilhão em aportes para infraestrutura logística no período. O documento será usado como norte para estabelecer diagnósticos e diretrizes para orientar os investimentos públicos e privados e a formulação de políticas públicas no setor de infraestrutura nas próximas duas décadas.

Conforme antecipou o **Valor**, a projeção do Ministério dos Transportes é que, do montante total estimado, R\$ 734,4 bilhões sejam em investimentos privados e R\$ 490,5 bilhões em investimentos com recursos públicos.

Os dados foram apresentados em evento em Brasília, com a participação dos ministros dos

Transportes, George Santoro, e dos Portos e Aeroportos, Tomé Franca. O plano foi estruturado pela pastas com a participação da Casa Civil e do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Entre as prioridades do plano, está o estímulo à intermodalidade e à diversificação da matriz de transportes, hoje concentrada nas rodovias. A medida busca reduzir custos, tempo de deslocamento e emissões, além de ampliar a competitividade.

“Estamos propondo uma integração de uma forma mais racional, nesses corredores logísticos, e aí teremos um ganho muito grande de eficiência e produtividade, e o ganho de custos vem junto”, disse Santoro.

O lançamento foi oficializado em evento em Brasília. Durante a cerimônia, o ministro dos Transportes, George Santoro, ressaltou que esse é o primeiro

plano elaborado considerando as restrições orçamentárias públicas, além de contar com a participação da equipe de meio ambiente do governo para mapear o risco ambiental envolvido em cada projeto.

Para Ronei Glanzmann, CEO do MoveInfra, considerar a restrição orçamentária dá maior credibilidade ao planejamento, ao aproximá-lo da capacidade efetiva de execução dos investimentos. O especialista aponta que a maior participação privada já é uma realidade diante das limitações do Orçamento da União e da expansão das concessões e parcerias público-privadas.

“É muito importante o plano ter o componente orçamentário, pois, senão, fica um documento de planejamento que não é crível à luz do Orçamento. Quando traz esse elemento, dá credibilidade ao documento”, disse.

O grande desafio neste momento, aponta Glanzmann, será a definição dos planos setoriais de cada modal, que deverão contemplar análises de custo-benefício para estabelecer quais projetos serão priorizados.

Segundo Santoro, esses documentos também vão detalhar os valores preliminares apresentados no PNL e prever objetivos regionais. A expectativa do governo é concluir os planos setoriais até o fim deste ano.

Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e regulatório e sócio do escritório Vernalha Pereira, também destaca o peso da iniciativa privada para a expansão e modernização da infraestrutura. Para ele, concessões, PPPs e outros arranjos de colaboração com o capital privado deixaram de ser instrumentos complementares e passaram a ocupar uma posição

central na estratégia do setor.

Vernalha pondera, porém, que a atração do volume de recursos projetado dependerá não apenas da definição de uma carteira de projetos, mas também de planejamento de longo prazo, segurança jurídica, estabilidade regulatória e projetos adequadamente estruturados. “O desafio é transformar as diretrizes do plano em projetos efetivamente financiáveis e passíveis de serem concedidos ao setor privado.”

Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, avalia que o PNL 2050 representa um avanço significativo em relação aos planos anteriores, sobretudo no mapeamento da demanda por transportes e na qualidade da base de informações utilizada. Para ele, esse diagnóstico é uma contribuição que deverá permanecer como referência para o planejamento nos próximos anos.

“O PNL é um grande avanço, foi feito com muita seriedade e integridade”, afirmou. A principal fragilidade, segundo Frischtak, está na etapa seguinte: definir a oferta de infraestrutura e estabelecer quais investimentos serão efetivamente priorizados diante das limitações de recursos públicos e da dependência do capital privado.

Para o economista, embora o país disponha de metodologias para análises de custo-benefício e tenha conhecimento para a prática, esses critérios ainda são pouco utilizados na definição das prioridades. As escolhas também passam pelo que chamou de “economia política”, em referência à forma como diferentes interesses influenciam a tomada de decisões. “Muitas vezes, esses interesses se expressam de forma inconsistente com o interesse público”, afirmou.

PNL deve dar novo fôlego a debêntures de infraestrutura

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

Com mais investimentos privados do que públicos, na proporção de 60% para 40%, o Plano Nacional de Logística (PNL) consolida o Brasil como detentor da maior carteira de concessões em rodovias e de ferrovias no mundo. Isso dá argumentos ao Ministério dos Transportes no debate travado dentro do governo quanto ao fim da isenção do Imposto de Renda para as debêntures de infraestrutura.

O Ministério da Fazenda quer acabar com o benefício tributário porque considera que os títulos isentos estão disputando

mercado com os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar a dívida pública. Isso estaria encarecendo os papéis.

No entanto, a emissão de debêntures de infraestrutura no exterior tem atraído para as concessões de rodovias e ferrovias um tipo de player que estava ausente: os investidores estrangeiros. Trata-se de um capital mais barato e abundante, argumenta o chefe da pasta.

“Eu tenho agora pelo menos seis grupos estrangeiros entrando nas licitações”, disse ao **Valor** o ministro dos Transportes, George Santoro. “Os chineses realmente estão contratando consultorias e estudando.” Não é possível saber se darão lances nos leilões, mas o fato de estarem

analisando a fundo os projetos é inédito pelo menos nos três anos em que está no ministério, disse.

Santoro contou que teve uma conversa no início deste mês com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a respeito das debêntures. “Concordo que essa questão de competir com título nacional no momento de restrição é muito ruim”, teria dito. No entanto, acrescentou, os valores captados pelas debêntures de infraestrutura vão “100% para a economia real”, afirmou. Não é o que se vê nos demais títulos isentos, cuja captação não é integralmente destinada ao setor que financia.

No caso da logística, argumentou, os investimentos ainda geram efeitos multiplicadores na economia, por baratear o

transporte de mercadorias.

Ele espera que nesta atual fase as emissões de debêntures de infraestrutura no exterior avancem. Além de trazer um capital mais barato, esse mecanismo mitiga parcialmente o risco cambial dos recursos aplicados aqui.

Para aumentar as chances de acessar o capital externo, foi necessário alinhar os projetos de concessão à cartilha de sustentabilidade da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). “Hoje os meus projetos são carbono zero”, afirmou. Alguns fundos estrangeiros não podem investir em empreendimentos que não estejam adequados ao padrão internacional.

Nessa nova edição do PNL, os

projetos passaram a informar o risco ambiental. Além disso, o Ministério do Meio Ambiente passou a participar da governança do plano.

“Eu não tenho como atrair um fundo estrangeiro se não for ESG do começo ao fim, ninguém entra”, comentou Santoro. “Dos cem maiores fundos do mundo, 80 têm regimento duríssimo em relação à questão ambiental.”

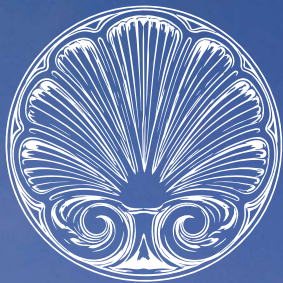
O Ministério dos Transportes conseguiu se credenciar para receber recursos do Fundo Clima, que financia projetos sustentáveis. Também passou a integrar a taxonomia sustentável, o que dará acesso aos recursos do mercado de carbono.

Além dos estrangeiros, o PNL traz também um outro player

novo para as concessões de ferrovia: a União. Nos projetos em que houver um “gap de viabilidade”, poderão entrar recursos públicos. Haverá, porém, um limite: o valor do investimento em ativo fixo do projeto. “O mundo inteiro botou dinheiro em ferrovia, ou subsídio na taxa de financiamento bancário, ou dá aporte público”, afirmou.

Depois de ir à lona com a Operação Lava-Jato, que teve em seu centro as grandes construtoras brasileiras, o programa de concessões em logística passou por um processo de aperfeiçoamento e modernização que atravessou os governos de Michel Temer, Jair Bolsonaro e chegou até agora. É o filho bem-sucedido da restrição orçamentária.

LANÇAMENTO



EDIFÍCIO
ADOLPHO LINDENBERG

Um sobrenome em forma de edifício.



PERSPECTIVA ILUSTRADA DA FACHADA

Apartamentos:
331_A 474_M²

Coberturas:
590_E 894_M²

Um projeto desta magnitude se revela em cada detalhe.

Conheça o decorado de 474m² assinado por Sig Bergamin.



Rua Canário, 133 – Moema

LSP Canário Coin Incorporação SPE Ltda, localizado na Rua Canário, nº 133 e Rua Coronel Humaitá Vila Nova, nº 201, Bairro Moema, CNPJ: 62.759.286/0001-40. Memorial de Incorporação Registrado em 26/06/2026 sob nº R.06 da Matrícula nº 267.785, do 14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. As perspectivas e as plantas são ilustrativas, sujeitas a alterações. Intermediação – Lindenberg Vendas – CRECI: 20267-J – Fone: (11) 4580-4563 – www.lindenberg.com.br.

Realização, construção e intermediação:



LINDENBERG
DESDE 1954

Conjuntura Indicador termina o segundo trimestre ainda com alta de 0,4% em relação ao primeiro; economistas esperam ritmo ‘moderado’

Serviços têm variação zero e consolidam desaceleração

Grace Vasconcelos e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

A prestação de serviços no Brasil ficou estável em junho, ante maio, fechando um ciclo de oito meses de atividade sem maior oscilação, desde que atingiu o pico da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), em outubro de 2025. Dos oito meses entre novembro de 2025 e junho de 2026, houve quatro taxas negativas, dois resultados de estabilidade e apenas duas altas. O patamar ao fim de junho estava 0,3% abaixo desse ponto recorde de outubro, de acordo com os dados do IBGE.

Nesse movimento do setor, há um comportamento misto entre as cinco atividades que o compõem, com algumas influências positivas e outras negativas. Informação e comunicação puxam a atividade para cima e transportes para baixo. Economistas veem o dado de junho como confirmação da desaceleração da economia e esperam um comportamento “moderado” dos serviços nos próximos meses. “Há uma acomodação. Não há trajetória claramente de alta nem descendente”, afirmou o gerente da pesquisa do IBGE, Rodrigo Lobo.

O desempenho de junho veio acima da mediana de 22 projeções de economistas de consultorias, entidades e instituições financeiras captadas pelo Valor Data, que apontava queda de 0,2%. O intervalo das estimativas ia de queda de 1,6% a crescimento de 0,7%.

Em relação a junho do ano pas-

sado, o indicador avançou 2%, seu 27º resultado positivo consecutivo. Nesse caso, o Valor Data apontava alta de 1,4%, com projeções que variavam entre queda de 0,4% e avanço de 1,9%. Com o resultado do mês, o setor de serviços se encontra 19,9% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e fica 0,3% abaixo do topo da série histórica (em outubro de 2025).

No segundo trimestre, o setor de serviços cresceu 0,4%, ante o trimestre anterior. Essa alta ocorre, no entanto, após um recuo de 0,5% no primeiro trimestre de 2026, ante o quarto trimestre de 2025.

A estabilidade foi acompanhada de taxas negativas em quatro das cinco atividades divulgadas. Informação e comunicação (1,8%) foi a única atividade a registrar avanço em junho. Em contrapartida, os serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,4%) exerceram o principal impacto negativo. As demais retrações vieram de outros serviços (-2,2%), dos serviços prestados às famílias (-1,2%) e dos transportes (-0,1%).

“Claramente, há movimentos distintos dentro dos serviços. O setor de informação está em crescimento e, na outra ponta, de queda, vemos o de transportes, principalmente aéreo de passageiros (-4,0%) e rodoviário de cargas (-0,1%). A informação está puxando para cima, e o transporte, para baixo”, afirmou Lobo.

Para Stefano Pacini, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o setor de serviços mostrou sinais de desaceleração em segmentos mais ligados ao



Claudia Moreno: “Desacelerando”

ciclo econômico, como o próprio caso de transporte de passageiros, além do turismo (-3,4%) e dos serviços profissionais, que começam a sentir os efeitos de uma atividade econômica menos aquecida.

Os serviços profissionais estão bastante relacionados ao ciclo econômico por atenderem outras empresas, explica Pacini. Ele afirma ainda que a cautela da indústria já começa a se refletir na demanda por

“Informação está puxando para cima, e o transporte, para baixo”
Rodrigo Lobo

esse tipo de serviço. Ele também avalia que quedas em transportes de passageiros e turismo podem indicar mais cautela do consumidor.

Em transportes, os destaques são o aéreo para passageiros e o rodoviário de cargas. No caso do primeiro, a queda está ligada tanto a uma base de comparação elevada do ano passado — quando houve recorde de passageiros — quanto à alta dos preços das passagens, afirma Lobo. Já no transporte rodoviário de cargas, há impacto do preço do óleo diesel.

“Em parte, tem a ver com a guerra no Oriente Médio, porque o preço do óleo diesel é usado para deflacionar o transporte de cargas. O conflito trouxe algum tipo de ruído sim e de pressão maior do transporte de cargas”, afirmou Lobo.

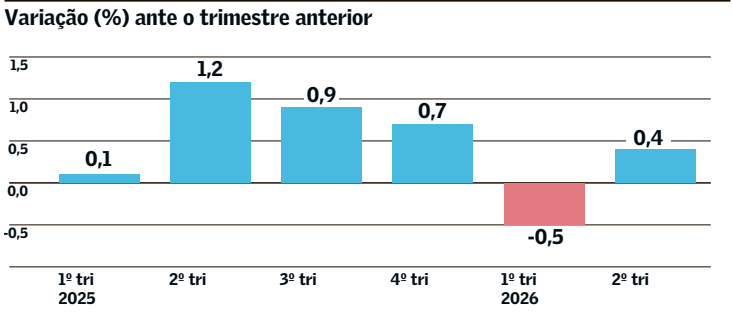
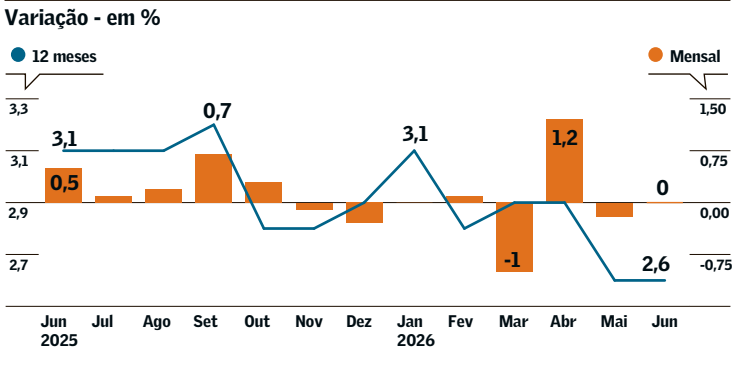
Quanto ao aumento dos serviços de informação e comunicação, Pacini destacou que o movimento é parte de uma mudança estrutural da economia por causa da pandemia de covid-19. Empresas passaram a investir mais em soluções tecnológicas e de comunicação para viabilizar o trabalho remoto, o que ajudou a sustentar o segmento desde então.

A avaliação de economistas é que os serviços prestados às famílias mostram alguma resiliência, apesar da queda, especialmente as atividades de alimentação, que acumulam alta de 3,6% em 2026.

No segundo trimestre, os serviços prestados às famílias avançaram ante o trimestre anterior (0,7%). Para Rodrigo Margato, economista da XP, esse segmento é sustentado por um mercado de trabalho resiliente. Ele citou os trans-

Setor estável

Serviços operam em torno do mesmo patamar desde outubro



Variação (%) em junho, por segmento

	Mensal	12 meses
Total	0	2,6
Serviços prestados às famílias	-1,2	1,3
Serviços de informação e comunicação	1,8	5,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-1,4	2,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-0,1	1
Outros serviços	-2,2	0,6

Fonte: IBGE

portes como destaque negativo.

“Praticamente toda a contribuição negativa veio dos serviços de transporte aéreo, que contraíram cerca de 29% em junho de 2026 ante junho de 2025 em meio aos custos ainda elevados do querosene de aviação”, disse.

Na avaliação de Margato, o setor de serviços deve ter uma trajetória de crescimento moderado nos próximos meses. Juros elevados e o aumento do peso do serviço da dívida ainda limitam a expansão.

Para Claudia Moreno, economista do C6 Bank, o crescimento no trimestre ainda indica que o setor segue resiliente e apresenta tendência de alta. O banco mantém a expectativa de que os serviços encerrem 2026 com expansão superior a 1% em relação ao ano passado. “Essa estabilidade no setor de serviços, junto com os dados mais fracos da indústria, reforça nossa leitura de que a economia está desacelerando”, diz.

Pacini avalia que o cenário será complexo para serviços no segundo semestre e que ainda é esperada uma desaceleração econômica.

Abertura do mercado livre de energia dá novo passo

Sofia Aguiar, Marlla Sabino e Lucas Borges Teixeira
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (12), o decreto que regulamenta e cria regras para a abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores. Na prática, a partir de novembro de 2028, todos os consumidores, incluindo os residenciais, poderão escolher de quem comprar energia.

A abertura do mercado para todos os consumidores é um pleito antigo de parte do setor

elétrico e foi aprovada pelo Congresso no ano passado. Atualmente, o ambiente livre, no qual é possível escolher o fornecedor e negociar o preço da energia, é restrito a consumidores conectados em alta tensão, como grandes indústrias.

De acordo com a nova lei, consumidores industriais e comerciais atendidos em baixa tensão poderão escolher de quem comprar energia a partir de 25 de novembro de 2027. Para os demais consumidores, a possibilidade estará disponível a partir de 25 de novembro de 2028.

A assinatura foi feita em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença de ministros, representantes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e de empresas do setor.

O decreto assinado na quarta pelo chefe do Executivo também estabelece as regras para a migração ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os requisitos para formalizar a opção e a representação por agentes varejistas no país.

A regulamentação prevê ainda o Supridor de Última Instância (SUI), responsável por garantir o

fornecimento de energia caso o fornecedor escolhido pelo consumidor deixe de prestar o serviço. Até 31 de dezembro de 2030, a função será exercida pelas distribuidoras de energia elétrica. Depois desse período, outros agentes poderão desempenhar a atividade, conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nesta semana, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o governo estima uma redução de cerca de 20% na parcela referente à compra de energia da conta de luz

dos consumidores. O percentual, ressaltou, não representa uma queda equivalente na tarifa total, que inclui outros componentes, como os custos de distribuição e encargos do setor.

Segundo Silveira, a projeção considera a diferença observada atualmente entre os preços pagos por consumidores que já têm acesso ao mercado livre e aqueles atendidos pelas distribuidoras. A regulamentação também deverá estabelecer mecanismos para possibilitar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) organize a atuação dos

comercializadores de energia. Diversas empresas do segmento apresentaram problemas financeiros nos últimos meses.

No mesmo evento, Lula também assinou decreto que regulamenta a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono. O normativo operacionaliza instrumentos de governança, certificação, incentivos fiscais e estímulo a investimentos, além de estabelecer as bases para o Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2) e o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC).

2025

TIME
WORLD'S
GREATEST
PLACES
— 2025 —

ROXY

DINNER SHOW

A CADA ANO MAIS PESSOAS RECONHECEM:

O ROXY É IMPERDÍVEL

2026

Tripadvisor
Travelers' Choice™

CENSURA LIVRE
Um espetáculo para toda a família

ROXYDINNERSHOW.COM

GARANTA SEU INGRESSO.

APRESENTADO POR  **SECOVI-SP**

Colaboração entre setor imobiliário e poder público impulsiona novas soluções de desenvolvimento urbano

No 1º Fórum de Arquitetura e Urbanismo CASACOR, lideranças do Secovi-SP destacam importância de planejamentos integrados na formação de cidades mais inclusivas e sustentáveis



Evento reuniu lideranças do poder público e do setor imobiliário para um debate sobre mobilidade e infraestrutura urbana em busca de soluções integradas para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável

O 1º Fórum de Arquitetura e Urbanismo CASACOR reuniu especialistas, pesquisadores, agentes públicos e lideranças corporativas para um debate em torno dos modelos de gestão, das estruturas regulatórias e das políticas de incentivo que vêm abrindo novos caminhos no desenvolvimento de grandes centros urbanos.

Durante a cerimônia de abertura, Jorge Cury, presidente do Secovi-SP, defendeu o fortalecimento de conexões mais estruturadas entre esferas federais, estaduais, municipais e privadas. “Nenhuma cidade se constrói sozinha. Para alcançar resultados de longo prazo e melhorar a qualidade de vida das pessoas, é preciso fomentar o diálogo em frentes para fortalecer a construção de consensos pautados pelos interesses coletivos”, afirmou.

Em meio a esse novo cenário de colaboração, o projeto de transformação do centro de São Paulo mostra o potencial das estratégias de adensamento inteligente nas metrópoles brasileiras. A ampliação do acesso às habitações de interesse social e a mudança da sede do governo para o bairro dos Campos Elísios impulsionam esse movimento, que busca consolidar a região como espaço permanente de moradia e convivência. A proposta é reintegrar a população a uma área marcada pela ampla infraestrutura instalada, pela oferta de transporte e pelo acesso facilitado a equipamentos culturais.

“A retomada do centro de São Paulo tem como foco uma área que concentra parte fundamental do

“PARA ALCANÇAR RESULTADOS DE LONGO PRAZO E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS, É PRECISO FOMENTAR O DIÁLOGO EM DIVERSAS FRENTES”

JORGE CURY NETO
Presidente do Secovi-SP



“O MERCADO IMOBILIÁRIO EXERCE UM PAPEL FUNDAMENTAL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS APRESENTADAS PELO PODER PÚBLICO”

ELY WERTHEIM
Presidente-executivo do Secovi-SP



patrimônio histórico da cidade. A partir de ações conjuntas realizadas pelo município e pelo estado, a região vem sendo resgatada por meio de frentes integradas de investimentos, combate à criminalidade e acesso a serviços de qualidade, incentivando a volta de projetos imobiliários qualificados”, disse Guilherme Afif Domingos, secretário extraordinário de Projetos Estratégicos do Estado de São Paulo.

Tendo como base o programa Requalifica Centro, iniciativa da prefeitura de São Paulo que estimula o retrofit e a conversão de prédios antigos ou subutilizados em espaços habitacionais e comerciais, a retomada dos investimentos vem sendo incentivada por um conjunto de políticas que inclui subsídios diretos, simplificação burocrática e redução de impostos e taxas municipais. “A capacidade de investimento do setor privado é um fator crucial para fomentar o surgimento de cidades inovadoras. Para que esse potencial seja aproveitado, é preciso criar ambientes que ofereçam segurança jurídica, estabilidade regulatória e visão de longo prazo”, explicou Claudio Bernardes, vice-presidente do Secovi-SP.

PLANEJAMENTO INTEGRADO

Nas zonas periféricas da cidade, os novos modelos de adensamento inteligente vêm sendo aplicados por meio de ações que valorizam as características sociais e urbanísticas de cada localidade. Um dos exemplos dessa abordagem, o Nova Paraisópolis, projeto de

urbanização integrada da prefeitura de São Paulo, vem sendo orientado pela preservação de vantagens arquitetônicas da comunidade (como fachada ativa, mobilidade orgânica e fluxo social em vias compartilhadas), propondo intervenções em áreas estratégicas, como saneamento, segurança, resiliência climática e conforto térmico.

Diante de um déficit habitacional de mais de 700 mil unidades apenas na capital paulista, a eficiência da ocupação dos territórios está cada vez mais ligada à elaboração de planejamentos que contemplem frentes integradas de mobilidade e crescimento econômico. “Não basta apenas ampliar a oferta de moradia; é necessário permitir que as pessoas acessem serviços de qualidade e se desloquem com mais agilidade em percursos menores. Para que isso aconteça, é preciso aproveitar as oportunidades em áreas que já tenham infraestruturas consolidadas, priorizando alternativas mais eficientes de adensamento e transporte”, explicou Bernardes.

Em resposta a esses desafios, Elisabete França, secretária municipal de Urbanismo e Licenciamento, ressaltou a importância das articulações entre as prefeituras, as empresas e a sociedade civil para criar planejamentos que conectem fluxos de deslocamento e ocupação de espaços. “Além de expandir o acesso a programas como o Minha Casa, Minha Vida, precisamos nos esforçar para levar infraestrutura e mobilidade para as regiões adensadas”, afirmou.

Entre iniciativas como a implementação de teleféricos



Jorge Cury Neto, presidente do Secovi-SP, e Ely Wertheim, presidente-executivo, durante a abertura do evento

“É PRECISO APROVEITAR AS OPORTUNIDADES EM ÁREAS QUE JÁ TENHAM INFRAESTRUTURAS CONSOLIDADAS, PRIORIZANDO ALTERNATIVAS MAIS EFICIENTES DE ADENSAMENTO E TRANSPORTE”

CLAUDIO BERNARDES
Vice-presidente do Secovi-SP



“ALÉM DE EXPANDIR O ACESSO A PROGRAMAS COMO O MINHA CASA, MINHA VIDA, PRECISAMOS NOS ESFORÇAR PARA LEVAR INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE PARA AS REGIÕES ADENSADAS”

ELISABETE FRANÇA
Secretária municipal de Urbanismo e Licenciamento



e a construção de linhas de VLT, Elisabete destacou os resultados obtidos pelo Aquático-SP, sistema hidroviário que usa a represa Billings como corredor de transporte, reduzindo trajetos de até 2 horas para aproximadamente 15 minutos. Conectado ao Bilhete Único, o sistema já atendeu mais de 1 milhão de passageiros.

Em meio a esse conjunto de variáveis, a disponibilização de moradias acessíveis e de qualidade permanece como um eixo central da formação de novos panoramas urbanos. Para atender a essa crescente demanda, Ely Wertheim, presidente-executivo do Secovi-SP, reforçou o papel do mercado imobiliário na consolidação de políticas habitacionais — a força dessa parceria pode ser observada nos impactos de programas como o Minha Casa, Minha Vida, que já beneficiou mais de um milhão de pessoas na área metropolitana de São Paulo ao longo da última década.

“O mercado imobiliário exerce um papel fundamental na execução das políticas sociais e econômicas apresentadas pelo poder público. As dinâmicas e as características do setor privado permitem produzir soluções de habitação com mais agilidade, competitividade e eficiência, resultando na redução de custos e no aumento da acessibilidade entre diversas camadas da população”, afirmou Wertheim. “Há espaço e demanda para produzir ainda mais”, concluiu.

Contas públicas Mecanismo incluído na tramitação permite cortar despesas vinculadas em caso de déficit; especialistas consideram a medida insuficiente

PLP de combustíveis tem ‘gatilhos’ para antecipar ajuste fiscal

Giordanna Neves e Lu Aiko Otta
De Brasília

O Congresso aprovou na quarta-feira (12) o projeto de lei complementar (PLP) dos combustíveis com a inclusão de um dispositivo que, embora ainda aquém do necessário apontado por especialistas em contas públicas, já antecipa parte da estratégia de ajuste fiscal defendida pela equipe econômica para 2027. Mudanças feitas durante a tramitação da proposta concebida para mitigar os efeitos da guerra no Irã acabaram elevando as despesas deste ano, mas o texto cria dois gatilhos para conter o crescimento das despesas vinculadas quando as contas públicas estiverem no vermelho.

As medidas devem conter em aproximadamente R\$ 10 bilhões o avanço das despesas obrigatórias no próximo ano, segundo técnicos do governo. O texto segue para sanção presidencial.

Após pressão de deputados da esquerda, que alegavam que a proposta poderia alterar os pisos constitucionais da saúde e da educação, a equipe econômica ajustou a redação. O texto aprovado explicita que um dos gatilhos alcança apenas vinculações estabelecidas por lei complementar ou ordinária. A primeira versão do texto dizia apenas “vinculações legais”.

De acordo com fontes da equipe econômica, na prática, porém, a mudança não altera o mérito da proposta anterior, que já preservava os pisos, uma vez que essas regras estão

previstas na Constituição e não podem ser modificadas por lei complementar. Segundo esses interlocutores, a alteração buscou deixar essa salvaguarda mais explícita diante das críticas dos deputados.

Por outro lado, técnicos do Congresso avaliam que a proposta inicial poderia alcançar os pisos da saúde e da educação. Segundo eles, a redação anterior, ao limitar o crescimento de despesas primárias resultantes de “vinculações legais”, poderia abranger vinculações estabelecidas pela Constituição e, portanto, os pisos das duas áreas. Por isso, a mudança de redação foi vista como necessária para viabilizar a aprovação do PLP.

Pelo texto aprovado, a partir de 2026, se o governo projetar déficit primário no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) que antecede o envio do Orçamento, despesas resultantes de vinculações estabelecidas por lei complementar ou ordinária não poderão ser programadas, no ano seguinte, com crescimento acima da variação do limite estabelecido pelo arcabouço fiscal, hoje de até 2,5% acima da inflação.

A trava alcança vinculações legais que pressionem despesas, inclusive nas áreas de saúde e educação, desde que preservados os respectivos pisos constitucionais. Entram no escopo também, por exemplo, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Fundo Nacional

de Segurança Pública (Fenasp) e o Fundo Social do Pré-Sal.

O dispositivo não especifica se será considerada a projeção de déficit primário apurada para fins de cumprimento da meta fiscal, com as exclusões previstas na legislação, ou o resultado primário efetivo, mas o **Valor** apurou que será considerado o resultado cheio. A restrição permanecerá até que o governo volte a registrar superávit primário anual.

O segundo gatilho impõe uma restrição adicional às despesas vinculadas à Receita Corrente Líquida (RCL). Nesse caso, as receitas obtidas pela União com a exploração de petróleo e gás destinadas ao Fundo Social seriam desconsideradas da RCL usada para calcular essas obrigações. Quando uma despesa estiver sujeita também ao primeiro gatilho, os dois mecanismos poderão atuar simultaneamente. O FCDF, por exemplo, é estabelecido em lei e tem seu valor corrigido com base na RCL.

O piso da saúde também pode ser alcançado pelo segundo gatilho. A Constituição determina a aplicação mínima de 15% da RCL na área, mas o conceito de RCL que serve de base para esse cálculo é estabelecido pela Lei de Responsabi-

“É um passo na direção certa; a redação é claramente restritiva”
Alexandre Manoel



Matheus Rosa Ribeiro: "Forma como gatilhos foram construídos pode trazer problemas de previsibilidade das despesas"

lidade Fiscal (LRF), uma lei complementar. O caso da educação é diferente. O piso corresponde a 18% da receita de impostos da União e não é calculado com base na RCL.

“É um passo na direção certa”, disse Alexandre Manoel, da Global Intelligence and Analytics. “A redação é claramente restritiva.” Ele interpreta que, caso a lei já estivesse aprovada, os gatilhos poderiam ser acionados na elaboração do Orçamento de 2027. “E o ponto que eu considero mais forte é que, uma vez acionada, a restrição permanece até a obtenção de superávit anual”, comentou. “Não basta melhorar o resultado ou reduzir o déficit.”

Na visão do economista, o inciso que limita o crescimento de despesas financiadas por alguma receita vinculada pode atingir, por exemplo, o FNDCT, o Fenasp, e o Fundo Social do Pré-Sal. O FNDCT é financiado por recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), royalties de petróleo, parte das receitas operacio-

nais de empresas de energia elétrica e das que produzem bens de informática, entre outras. São receitas vinculadas a ele por lei. O mesmo ocorre com o fundo do pré-sal, alimentado por participações especiais decorrentes da exploração de petróleo, entre outras fontes.

Para Matheus Rosa Ribeiro, analista da BRCG, é importante o Congresso debater medidas para conter despesas obrigatórias. “No entanto, a forma como os gatilhos parecem ter sido construídos pode trazer problemas do ponto de vista de previsibilidade das despesas”, disse. “Podem ocorrer mudanças abruptas do crescimento possível em linhas como saúde e educação e, no orçamento seguinte, essas despesas podem voltar a crescer no ritmo anterior.”

Segundo ele, a principal questão é a dinâmica estrutural do crescimento dessas despesas. “Por isso, o ideal é que essas medidas tivessem como objetivo uma trajetória mais suave para o crescimento desses gastos

obrigatórios, e não um botão de liga e desliga associado ao primário.”

Ribeiro interpreta ainda que despesas vinculadas ao salário mínimo não são alcançadas pela restrição. Estão nesse grupo gastos como Previdência e Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que são os itens que mais pressionam as despesas obrigatórias.

Após a conclusão das votações do Congresso, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, confirmou em entrevista a jornalistas que os dois gatilhos devem reduzir em R\$ 10 bilhões o avanço dos gastos obrigatórios em 2027, informação antecipada pelo **Valor**. Segundo ele, as medidas não impedirão que esses gastos cresçam no próximo ano, mas vão desacelerar esse aumento. “É aqui um pouco a evolução a menor do gasto obrigatório que a gente espera para o ano que vem, já abrindo um espaço fiscal importante para outras demandas discricionárias e mesmo para a nossa trajetória dos resultados fiscais.”

Ver também página A14

Atividade econômica

	jul/26	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25
Índice de atividade econômica - IBR-Brc (%) (1)	-	-	0,07	0,40	-0,13	0,55	0,58	0,13	0,51	0,07
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,8	-0,9	1,2	0,0	1,0	2,1	-1,9	-0,2	0,1
Indústria de transformação	-	-1,8	-0,1	0,3	-0,1	0,9	2,2	-2,5	0,2	-0,3
Indústrias extrativas	-	-0,6	-2,6	3,2	0,4	1,1	1,5	1,0	-2,2	3,6
Bens de capital	-	-1,1	-0,2	-0,2	0,6	2,7	2,8	-8,4	-0,2	0,8
Bens intermediários	-	-1,1	-0,5	1,5	0,4	1,3	2,4	-1,9	-0,6	-0,7
Bens de consumo	-	-3,7	-0,8	-1,0	0,4	0,6	1,6	-1,4	0,4	1,1
Faturamento real (CNI - % (1)	-	0,8	0,2	0,5	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7
Horas trabalhadas na produção (CNI - % (1)	-	0,2	0,0	-1,3	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - % (1)(2)	-	-	0,1	1,1	1,2	0,6	0,5	-0,4	0,9	0,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - % (1)(2)	-	-	0,1	-1,6	0,8	0,8	0,5	-0,7	1,1	0,6
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - % (1)	-	0,3	0,5	1,4	-0,1	1,2	2,2	-0,9	0,6	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - % (1)	-	0,0	-0,2	1,2	1,0	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,4	5,6	5,8	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4
Emprego industrial (CNI - % (1)	-	0,2	0,5	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	34.119	35.904	31.603	34.324	31.754	26.276	24.574	30.710	28.165	31.509
Importações	27.052	26.569	24.105	23.636	25.247	22.169	20.796	21.385	22.404	24.824
Saldo	7.067	9.395	7.497	10.688	6.507	4.107	3.778	9.325	5.761	6.685

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Indicadores	1º Tri/26	4º Tri/25	2026#	2025	2024	2023
PIB (R\$ bilhões) *	3.251	3.278	12.965	12.739	11.779	10.943
PIB (US\$ bilhões) **	613	607	2.376	2.281	2.185	2.191
Taxa de Variação Real (%)	1,1	0,3	2,0	2,3	3,4	3,2
Agropecuária	2,0	0,1	7,5	11,7	-3,7	16,3
Indústria	1,0	-0,7	1,3	1,4	3,1	1,7
Serviços	0,5	0,7	1,8	1,8	3,8	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,5	-3,4	0,4	2,9	6,9	-3,0
Investimento (% do PIB)	16,5	16,0	16,6	16,8	16,9	16,4

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data

** Valores correntes. ** Banco Central. # 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária* Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência julho/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data * Para rendimentos tributáveis mensais acima de R\$ 7350,00. ** Limite mensal de desconto simplificado: R\$ 607,20. Dedução mensal por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Discriminação	Janeiro-Junho			junho		
	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	523,2	476,0	9,93	86,3	77,1	11,85
Imposto de renda pessoa física	51,3	21,1	142,89	7,9	7,4	5,91
Imposto de renda pessoa jurídica	199,0	180,8	10,05	21,4	16,7	27,98
Imposto de renda retido na fonte	272,9	251,1	8,70	57,0	53,0	7,61
Imposto sobre produtos industrializados	46,3	42,4	9,40	8,8	7,7	13,89
Fumo	6,0	5,8	3,66	1,0	1,0	-6,31
Bebidas	1,8	1,6	12,76	0,3	0,3	10,07
Automóveis	2,5	2,4	3,33	0,6	0,4	42,87
Imposto sobre operações financeiras	49,7	36,5	36,95	8,4	8,0	4,92
Imposto de importação	52,8	45,6	15,93	10,5	8,1	30,07
Cide-Combustíveis	1,6	1,6	-1,41	0,2	0,3	-6,62
Contribuição para Finsocial (Cofins)	241,1	220,2	9,50	41,5	38,4	8,08
CSLL	109,1	98,1	11,18	11,9	9,7	22,54
PIS/Pasep	64,6	60,3	7,16	11,1	10,3	7,58
Outras receitas	498,8	445,2	12,04	85,8	75,0	14,33
Total	1.587,2	1.425,8	11,32	264,4	234,6	12,72
	jun/26		mai/26		jun/25	
INSS	61,9	0,41	61,6	0,84	56,0	7,46

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

	Em %										Em R\$
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1678	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	1,24	25,16	1.621,00
jun/26	0,1709	0,6718	0,6718	1,0460	1,12	0,7307	0,6279	0,4179	2,24	25,16	1.621,00
jul/26	0,1729	0,6738	0,6738	1,0998	1,22	0,7560	0,6418	0,4200	0,45	25,29	1.621,00
ago/26	0,1693	0,6701	0,6701	1,0038	1,09	0,7560	0,6597	0,4163	-	25,29	1.621,00
2026	1,32	5,45	5,45	8,53	9,32	6,09	5,16	3,34	5,06	1,53	6,79
Em 12 meses*	2,02	8,31	8,31	13,41	14,63	9,25	7,81	5,08	6,23	2,06	6,79
2025	1,97	8,26	8,26	13,33	14,32	8,79	7,61	5,03	4,13	1,71	7,51

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência

(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público						
	jun/26		mai/26		jun/25	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Divida líquida do setor público						
Divida líquida total	9.034,5	68,48	8.897,7	67,91	7.702,2	62,60
(A) Ajuste patrimonial + privatização	-43,4	-0,33	-28,2	-0,21	-34,8	-0,28
(C) Ajuste metodológico s/ divida*	-1.005,9	-7,62	-991,9	-7,57	-1.020,9	-8,16
Divida fiscal líquida	10.083,8	76,44	9.878,9	75,69	8.766,0	71,24
Divisão entre divida interna e externa						
Divida interna líquida	9.492,6	71,96	9.347,8	71,34	8.308,9	67,53
Divida externa líquida	-458,1	-3,47	-450,0	-3,43	-606,6	-4,93
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7916,6	60,01	7784,3	59,41	6675,9	54,25
Governos Estaduais	989,6	7,50	978,8	7,47	899,8	7,31
Governos Municipais	81,9	0,62	82,1	0,63	83,7	0,68
Empresas Estatais	46,4	0,35	52,5	0,40	42,9	0,35
Necessidades de financiamento do setor público						
	jun/26		mai/26		jun/25	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	1.317,8	9,99	1.259,9	9,62	894,4	7,27
Governo Federal**	1102,3	8,36	1083,4	8,27	734,4	5,97
Banco Central	81,8	0,62	48,6	0,37	68,4	0,56
Governo regional	118,5	0,90	112,0	0,85	79,2	0,64
Total primário	157,2	1,19	140,9	1,14	-179	-0,15
Governo Federal	-21,1	-1,60	-213,5	-1,63	-316,8	-2,57
Banco Central	1,1	0,01	1,0	0,01	1,0	0,01
Governo regional	9,0	0,07	3,3	0,03	-13,3	-0,11

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

CONTEÚDO PATROCINADO POR ANJL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOGOS E LOTERIAS

O mercado brasileiro de apostas de quota fixa, conhecidas como bets, está completando um ano e meio de regulamentação com 86 empresas e 188 plataformas autorizadas a funcionar. De acordo com a consultoria internacional Regulus Partners, especializada em esportes e lazer, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking internacional de bets.

Para discutir como chegar a um mercado mais transparente e seguro para o apostador e garantir condições de competitividade e sustentabilidade para as empresas, a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) promove, no dia 14 de agosto, o seminário “Desafios pós-regulação do mercado de apostas”.

Produzido pela Editora Globo, o seminário vai reunir lideranças do setor e especialistas em temas como carga tributária e sustentabilidade, novas tecnologias de proteção ao consumidor e ações em prol do jogo responsável. Entre os palestrantes confirmados, estão Udo Seckelmann, head do Departamento de Gambling e Cripto do escritório Bichara e Motta Advogados; Eric Brasil, diretor da LCA Consultores; e Luís Otávio Veríssimo, presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (programação no QR code).

O economista Guilherme Mendes Resende, da MR Consultoria Econômica e PhD em Economia pela London School of Economics e Political Science, vai apresentar uma análise técnica encomendada pela ANJL sobre os fatores que impactam a inadimplência das famílias brasileiras.

Na entrevista abaixo, o presidente da ANJL, Plínio Lemos, diz que o endividamento decorre principalmente dos juros do cheque especial e do rotativo do cartão de crédito. No caso das bets, afirma que é injusto responsabilizar as empresas reguladas.

“O Brasil tem que reconhecer a diferença entre as bets reguladas, que praticam o jogo responsável, e as ilegais”, diz Plínio.

Qual o principal objetivo do seminário?

Queremos reforçar que existe um mercado regulado, que pratica o jogo responsável, que se preo-



A ANJL fez um termo de cooperação com a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) para um laboratório dentro da Agência Nacional de Telecomunicações. Esse laboratório envia um relatório à SPA assim que identifica um operador ilegal



Plínio Lemos: “Em nenhum lugar do mundo conseguiram acabar com o mercado ilegal. Mas é possível sufocar a maioria”

Seminário discute o futuro das bets no Brasil

Plínio Lemos, presidente da ANJL, diz que objetivo principal do evento é mostrar que o mercado regulado pratica o jogo responsável e não deve ser confundido com empresas clandestinas

cupa com a saúde mental e financeira de seu cliente, que pagou por uma licença. Esse mercado precisa ser compreendido e respeitado, sem ser confundido com o mercado ilegal, que prejudica famílias e jogadores, que não se preocupam com menor de idade e tem ligação com o crime organizado. Quem ataca as bets costuma fazer isso atacando as empresas de apostas on-line como se fosse uma coisa só. Isso é injusto.

Qual o grande desafio desse segundo ano de regulamentação dos jogos on-line?

O maior desafio continua e continuará sendo o combate ao jogo ilegal. Pesquisa da H2 Gambling Capital do início de 2026 mostra que ele responde por cerca de 50% do mercado de bets no Brasil. O combate é realmente difícil, porque o on-line está em qualquer lugar do mundo, não é um concorrente desleal que está do outro lado da calçada.

Qual é a saída?
Persistir e aperfeiçoar a fiscalização. Fazer um vas-

culhamento diário da internet para achar esse ilegal, sabendo que ele consegue se modificar muito rapidamente. É uma luta diária, de gato e rato. Em nenhum lugar do mundo conseguiram acabar com o mercado ilegal. Mas, quando se sufoca a grande maioria, é possível ver que o regulado é importante pela sua responsabilidade social. Estamos sempre tratando também de aperfeiçoar a fiscalização, em colaboração com o Governo Federal.

Que tipo de colaboração?

No final de 2024, a ANJL fez um termo de cooperação com a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda para financiar um laboratório dentro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Esse laboratório já está funcionando e, assim que identifica um operador ilegal, envia um relatório à SPA.

Agora disponibilizamos um sistema para o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, que também fará o rastreamento. Os dois sistemas juntos, alimentando também as

polícias civis dos estados, vão dar ainda mais tração ao combate à ilegalidade. Deve começar a funcionar no final de agosto.

Em sua opinião, os mecanismos de proteção ao consumidor estão funcionando corretamente? Quais são os mais importantes?

Sim, estão funcionando bem. O mais importante de todos é o reconhecimento facial, principal elemento do conjunto de informações obrigatórias chamado Know Your Client (conheça seu cliente). Para um apostador entrar na plataforma, se cadastrar e jogar, tem que ter o reconhecimento facial. Então, isso já impede tanto os excluídos legais quanto os menores de acessar via conta de alguém. O Brasil é referência nessa exigência.

O consumidor ficaria mais protegido se o jogo on-line fosse proibido?

Se houvesse hoje um decreto proibindo as bets, o combate ao mercado clandestino ficaria muito mais difícil, porque as empresas reguladas são o motor do combate à ilegalidade. Elas são a grande força para

combater as bets ilegais. Em eventual proibição, o consumidor ficaria à mercê de empresas clandestinas, que não pagam impostos, aceitam crianças como clientes e têm conexão com o crime organizado.

Qual o efeito de uma eventual proibição de publicidade?

A publicidade é a única forma de uma empresa regulada mostrar que é legalizada. Sem ela, o apostador não teria como entender quem é legal e quem não é. Só o ilegal vai chegar até ele, porque tem meios de burlar a fiscalização das redes sociais.

A restrição de publicidade, neste momento, é um fator de canalização para o ilegal. Países como Portugal, Inglaterra e Holanda tentaram esse caminho e viram o mercado ilegal saltar para até 90%. Voltaram atrás e estão revendo o que pode ser feito no futuro.

Qual a posição da ANJL sobre as causas do endividamento das famílias brasileiras?

Esse endividamento advém principalmente dos juros do cheque especial e do rotativo do cartão de crédito,

um problema que existe há muito tempo. No que se refere às bets, a responsabilidade não pode ser atribuída às empresas do mercado regulado. Se fosse assim, ninguém seria endividado antes de 2025. O nó está no mercado clandestino.

O resultado do programa Desenrola, do Governo Federal, reforça isso. O Desenrola incentivou as pessoas a acertarem suas dívidas e bloqueou o jogo on-line para quem aderiu. E o que aconteceu? As bets reguladas praticamente não foram afetadas. Fizemos um levantamento entre os associados da ANJL e constatamos que o Desenrola bloqueou menos de 2% dos apostadores. Isso deixa claro que a maioria dos que aderiram ao programa apostava no mercado clandestino, não em empresas legalizadas.

Olhando para o futuro, quais são os desafios além do combate à ilegalidade?

A tributação é um desafio importante. Nós temos tentado demonstrar que nossa carga tributária já é muito elevada. Um estudo da LCA Consultores indica que até 2033 a carga de impostos sobre as bets passaria dos atuais 32% para 42%. Mas podemos dizer que algumas empresas já destinam quase 50% de seu faturamento ao pagamento de impostos. Isso estrangula a atividade e vai inviabilizar algumas empresas. Aumentar a arrecadação é importante para o Brasil, mas deveria vir da legalização de quem hoje está no mercado clandestino, não de uma taxa ainda maior para quem desenvolve um trabalho sério.

O que esperar de novo nos próximos anos?

A grande luta nossa é para manter o que já temos. É melhor do que 99% das regulamentações dos outros países. Em vez de esperar por uma grande novidade, deveríamos esperar que o Brasil reconheça a importância das bets reguladas e responsáveis.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO EVENTO



Levantamento interno da ANJL mostra que o Desenrola bloqueou menos de 2% dos apostadores de empresas legalizadas. Isso deixa claro que a maioria dos que aderiram ao programa apostava no mercado clandestino

PISCINA COBERTA E CLIMATIZADA COM RAIA DE 25 METROS

RESIDENCIAL

SHOPPING CENTER

COMPLEXO ALBERT EINSTEIN

ESCOLA INTERNACIONAL

V3RSO BY EMILIANO

PARQUE GLOBAL CLUB

Você está *pronto.*

10 QUADRAS

5 PISCINAS

6 ACADEMIAS

44 MIL M² DE
TERRENO EM 5 TORRES

ÚLTIMAS RESIDÊNCIAS

parqueglobal.com.br

@brandsforbuildings



PRONTO PARA MORAR

166 a 552 m²

EM CONSTRUÇÃO

129 a 311 m²

O Parque Global *também.*

Viver no maior ecossistema de luxo da América Latina inclui um clube privativo completo, um complexo de saúde de referência, a hospitalidade de uma das maiores redes hoteleiras do país e milhares de metros quadrados de natureza, arte e design.



AGENDE SUA VISITA

Marginal Pinheiros, 14.500

Entre o Cidade Jardim e o Parque Burle Marx

REALIZAÇÃO



PARQUE GLOBAL

Política

Poderes Medida foi determinada por ministros do STF e alcançam tribunais de Justiça de sete Estados

Juízes terão que devolver penduricalhos

Giullia Colombo
De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin determinaram, na quarta-feira (12), que os magistrados de sete tribunais de Justiça devolvam imediatamente os penduricalhos que receberam e que não estão de acordo com a decisão da Corte que limitou o pagamento dessas verbas.

Os ministros, que relatam diferentes ações sobre o tema, também determinaram a suspensão imediata da liberação desses valores após verificarem “pagamentos exorbitantes” a magistrados ativos e aposentados, bem como pensionistas dos Estados de Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e do Distrito Federal.

Os penduricalhos são as verbas indenizatórias pagas aos membros do Poder Judiciário para além do teto constitucional do funcionalismo público, atualmente fixado no subsídio de um ministro da Corte, em torno de R\$ 46,3 mil.

Com a decisão, os presidentes dessas tribunais deverão identificar os magistrados que foram beneficiados por esses pagamentos e enviem essas informações ao STF em até 72 horas, de maneira sigilosa.

Esta é a primeira vez que o STF determina a devolução dos valores pagos fora das diretrizes definidas pela Corte. Em junho, no entanto, a Corregedoria Nacional de Justiça, ligada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou que o Tribunal de Mato Grosso do Sul devolvesse penduricalhos repassados entre março e abril a 91 juízes e desembargadores, no valor de mais de R\$ 1 milhão.

De acordo com documentos enviados pelos próprios tribunais por determinação do STF, os ministros identificaram que, apesar das diretrizes definidas pela Corte, houve o registro de “inúmeros verbas pagas em desacordo”, como auxílio assistência pré-escolar; licença compensatória; turma recursal; diferença gratificação diretor de fórum; gratificação mesa diretora; auxílio mudança; auxílio adoção; 20% final carreira; gratificação indenizatória função administrativa; gratificação acúmulo distribuição; gratificação de acúmulo distrital; gratificação — grupo de metas; gratificação — coordenações especiais; gratificação presidente, vice-presidente e corregedor; entre outras.

Na decisão, os ministros citam exemplos de magistrados dos sete tribunais. Dizem, por exemplo, que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) autorizou, em abril, o pagamento de verbas rescisórias a um único desembargador no valor de R\$ 3,2 milhões, e que, na folha de abril, 300 magistrados receberam mais de R\$ 100 mil.

Em abril, pelo menos cinco magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) embolsaram rendimentos acima de R\$ 200 mil e outros 589 receberam mais de R\$ 100 mil. No Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), uma magistrada recebeu R\$ 490 mil em maio. No Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), nove magistrados recebe-

ram acima de R\$ 200 mil, e outros 130 magistrados e pensionistas receberam acima de R\$ 100 mil em abril.

Em abril e maio, há registros de que um magistrado aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ-RN) recebeu R\$ 554 mil em cada mês e, em abril, outros 73 magistrados receberam acima de R\$ 100 mil.

Já no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), 73 magistrados receberam acima de R\$ 100 mil em abril e, no mesmo mês, 90% de todos os magistrados do Tribunal de Justiça de Rondônia receberam acima de R\$ 100 mil.

Em março, o STF limitou quais penduricalhos poderiam ser pagos e definiu um limite de 70% do teto do funcionalismo público. Esse limite deveria ser de até 35% da remuneração para a parcela de valorização por tempo de antiguidade na carreira (PV-TAC) e de 35% para os demais benefícios permitidos.

A Corte também definiu que os honorários advocatícios da Advocacia-Geral da União (AGU) não poderiam superar o teto remuneratório e que os fundos de gestão desses recursos não poderiam ser usados para pagar outros penduricalhos que não os honorários, auxílios saúde e alimentação.

É a primeira vez que o STF determina a devolução dos valores pagos fora das diretrizes

Na decisão de quarta, os ministros ainda determinaram que o advogado-geral da União, Jorge Messias, envie as folhas de pagamentos completas dos membros da AGU que tenham sido implementadas após a decisão do STF e a identificação de eventuais beneficiados por pagamentos que não se enquadram na decisão da Corte.

Por fim, ainda ordenaram dar ciência da decisão ao corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, para que ele fiscalize a proibição e apure eventual responsabilidade administrativa e disciplinar dos respectivos presidentes de tribunais.

Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) afirmou que respeita as decisões do Supremo e confia no trabalho dos tribunais brasileiros para implementar os parâmetros remuneratórios estabelecidos pela Corte. Disse também que o próprio STF reconheceu a legitimidade de parcelas previstas no regime da magistratura que podem reunir “indenizações, férias, passivos funcionais trabalhistas e outras parcelas acumuladas” e que, portanto, valores recebidos excepcionalmente em determinado mês “não representam a remuneração mensal habitual de um magistrado”.

“A construção de um novo regime remuneratório nacional exige ajustes administrativos e a uniformização de procedimentos até então adotados de formas distintas pelos tribunais. As adequações determinadas nesta quarta-feira (12) fazem parte desse processo de implementação das novas regras”, apontou a AMB.



ANTÔNIO AUGUSTO/SITE

Zanin: ministro relata ações que tratam dos pagamentos dessas verbas

CLARO S.A.

CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47 - NIRE 35.300.145.801

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2026

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 03 de julho de 2026, às 08:15 horas, na sede da Claro S.A. (“**Companhia**”), situada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, **Santo Amaro**, CEP 04709-110. **2. Mesa:** Nos termos do artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. Alberto de Orleans e Bragança para secretariar os trabalhos. **3. Convocação:** Os anúncios de convocação foram publicados no Jornal Valor Econômico nas edições impressa e digital dos dias 25, 26 e 27 (28 e 29) de junho de 2026, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**LSA**”). Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos. **4. Presença:** Presentes os acionistas da Companhia representando mais de 99% (noventa e nove por cento) do capital social com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do “Livro de Presença de Acionistas”. Presente, ainda, o Sr. **Miguel Cortes Carneiro Monteiro**, contador, portador do documento de identidade nº 25.647.900-7 (DETRAN/RJ), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 105.918.297-11 e no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº CRC/SP-344323/O-6, residente e domiciliado na Cidade e no Estado de São Paulo, com escritório na Rua Bela Cintra, nº 1.200, Conjuntos 21 e 22, Cerqueira César, CEP 01415-001, representante da Apsis (conforme abaixo definido), a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, uma vez que o estado de inteiro conhecimento dos presentes. Em seguida, após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, foram aprovadas as seguintes deliberações por unanimidade dos acionistas da Companhia presentes: **5.1. Autorizar** que a lavratura da ata que se refere à presente Assembleia Geral Extraordinária seja feita sob a forma de sumário, como faculta § 1º do artigo 130, da LSA. **5.2. Aprovar** o “Protocolo e Justificação de **Teleme Solutions** Telecomunicações S.A. pela Claro S.A.” (“**Lauda de Avaliação**”), celebrado em 24 de junho de 2026 pelas administrações da Companhia e da **Teleme Solutions Telecomunicações S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Regente Feijó, 166, 16º andar, Sala 1.687-C, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20060-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.570.352/0001-08 (“**Teleme Solutions**”), que estabeleça os termos e condições da proposta de incorporação da **Teleme Solutions** pela Companhia (“**Incorporação**”), que passa a fazer parte integrante da presente ata na forma de seu **Anexo I. 5.3. Ratificar** a nomeação e contratação da empresa especializada APISIS Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade com sede na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 e registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC/RJ-005112/O-9 (“**Apisis**”), que elaborou o laudo de avaliação patrimonial líquido da **Teleme Solutions** a valorizável na data-base de 31 de maio de 2026 (“**Lauda de Avaliação**”), **Aprovar** o Laudo de Avaliação, que passa a fazer parte integrante da presente ata na forma de seu **Anexo II. 5.5. Aprovar** a Incorporação, nos exatos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação, consignando que: (i) A Incorporação resultará na extinção da **Teleme Solutions** e a manutenção e condução de suas atividades pela Companhia; (ii) A Incorporação resultará no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia de titularidade da **Teleme Solutions**; (iii) Em decorrência da aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de junho de 2026, do pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) dos quais R\$83.507.935,59 (oitenta e três milhões, quinhentos e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e nove centavos) são devidos à **Teleme Solutions**, o valor patrimonial correspondente ao investimento da **Teleme Solutions** na Companhia foi reduzido para R\$9.031.884.428,09 (nove bilhões, trinta e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais e nove centavos) e o valor patrimonial correspondente a outros ativos da **Teleme Solutions** foi reduzido para R\$139.170.480,59 (cento e trinta e nove milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), de modo que o patrimônio líquido da **Teleme Solutions**, na presente data, é de R\$ 9.171.054.908,68 (nove bilhões, cento e setenta e um milhões, cinquenta e quatro mil, novecentos e oito reais e setenta e cinco centavos); (iv) A Incorporação resultará no aumento do patrimônio líquido da Companhia em R\$139.170.480,59 (cento e trinta e nove milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), sendo que o capital social da Companhia deverá ser aumentado no mesmo montante. Em razão do referido aumento, o capital social da Claro passará de 22.836.339.109,89 (vinte e dois bilhões, oitocentos e trinta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, cento e nove reais e oitenta e nove centavos) para R\$22.975.509.590,48 (vinte e dois bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e noventa reais e quarenta e oito centavos); (v) os acionistas da **Teleme Solutions** receberão 3.663.869,1139 ações ordinárias e 3.663.869,1139 ações preferenciais de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da **Teleme Solutions** de sua titularidade na data de consumação da Incorporação (“**Belação de Substituição**”), o que resultará na emissão de 18.790.563 ações ordinárias e de 18.790.563 ações preferenciais pela Claro, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a aprovação da Incorporação, o capital social da Claro será composto da seguinte forma:

Acionista	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	%
Controladora de Serviços de Telecomunicações S.A. de C.V. (“ Consertel ”)	25.418.373	22.130.241	47.548.614	53,3%
Claro Telecom Participações S.A.	41.264.014	28.468	41.292.482	46,3%
Outros	219.602	149.874	369.476	0,4%
Total	66.901.989	22.308.583	89.210.572	100%

(vi) Os acionistas da **Teleme Solutions** (exceto pela **Consertel**) que, em virtude da aplicação da relação de substituição prevista neste Protocolo, fizerem jus a frações de ações da Claro, receberão uma ação inteira da Claro. As frações de ações necessárias para completar a ação inteira da Claro serão deduzidas do número total de ações a serem atribuídas à **Consertel**, acionista controladora da **Teleme Solutions**, no âmbito da Incorporação; (vii) Consoante o disposto no Art. 137 da LSA, será assegurado o direito de retirada dos acionistas da **Teleme Solutions** que (a) dissentirem ou se absterem da deliberação, ou ainda que não comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, e (b) manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de retirada no prazo devido, tendo em vista que as ações de emissão da Incorporada não se enquadram na exceção prevista no inciso II do referido disposto legal; (viii) O reembolso relativo ao direito de rescesso somente será devido aos acionistas da **Teleme Solutions** que, comprovadamente, não tiverem a publicação do edital de convocação para a Assembleia Geral de Acionistas da **Teleme Solutions** para deliberar sobre a Incorporação (i.e., 25 de junho de 2026), computadas as operações de negociação realizadas neste dia, inclusive, O direito de rescesso não poderá ser exercido em relação às ações adquiridas posteriormente à referida data, inclusive, nos termos do parágrafo 1º do Art. 137 da LSA; (ix) Para o exercício do direito de retirada os acionistas devem, necessariamente, exercer o direito de retirada com relação a todas as ações por eles detidas; (x) O acionista deve manifestar expressamente a sua intenção em exercer o direito de retirada no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da **Teleme Solutions** que aprovara Incorporação (“**Período de Rescesso**”); (xi) Nos termos do Art. 45 da LSA, os acionistas que exercerem seu direito de rescesso terão direito ao reembolso de suas ações pelo valor de R\$1.788.213.983.003,73 por ação, correspondente ao valor de patrimônio líquido contábil das ações da Incorporada; (xii) A Companhia sucederá a **Teleme Solutions** em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do Protocolo e Justificação, do §1º do Artigo 229 e do parágrafo único do Artigo 233 da Lei nº 6.404/76; (xiii) As eventuais variações patrimoniais da **Teleme Solutions** ocorridas entre 31 de maio de 2026 e a data da eficácia da Incorporação, serão absorvidas pela Companhia; e (xiv) A Incorporação não está sujeita à aprovação de nenhuma autoridade regulatória. **5.6. Aprovar** a reforma do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação: “**Capítulo II - Do Capital Social e das Ações.** Art. 5º: O capital social da Companhia é de R\$22.975.509.590,48 (vinte e dois bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 89.210.572 (oitenta e nove milhões, duzentas e dez mil, quinhentas e setenta e duas) ações, sendo 66.901.989 (sessenta e seis milhões, novecentas e uma mil, novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 22.308.583 (vinte e duas milhões, trezentas e oito mil, quinhentas e trinta e seis) ações preferenciais. **5.7. Aprovar** a reforma do Capítulo III - De Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º: A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tem a denominação de **Claro S.A.**, e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade. **Art. 2º:** A Sociedade tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, Rua Henri Dunant, nº 780, Torres A e B, Santo Amaro, CEP 04709-110. **Parágrafo Único.** A Sociedade poderá abrir ou fechar filiais, escritórios, agências e representações, no Brasil e no exterior, mediante deliberação conforme artigo 14. **Art. 3º:** A Sociedade tem por objeto social: I - Implantar, operar e prestar o Serviço Móvel Pessoal, com observância dos termos de autorização expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações, no Brasil e no Exterior; II - Explorar a compra, venda, locação e cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, bem como a importação e a exportação de equipamentos, aparelhos e acessórios, e a prestação de serviços necessários ou úteis às atividades compreendidas no objeto social, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, corretos, suplementares ao Serviço Móvel Pessoal; III - Explorar os negócios de licenciamento e cessão de direito de uso de softwares e outros conteúdos, venda e locação on line, por download e/ou outros meios, de filmes, músicas e outros conteúdos e obras intelectuais; IV - Atuar como representante comercial e/ou intermediador de negócios relacionados às atividades compreendidas no objeto social, bem como desempenhar atividades de correspondente bancário; V - Participar no capital de outras sociedades, entidades, associações e/ou consórcios, no Brasil ou no Exterior e/ou exercer o controle de sociedades exploradoras do Serviço Móvel Pessoal, Serviço Móvel Celular e outras modalidades de serviços de telecomunicações em geral, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas; VI - Prestar os serviços de engenharia de telecomunicações; VII - Prestar outros serviços de telecomunicações, além do disposto acima, tais como Serviço de Telefonia Fixa Comutada, Serviço de Comunicação Multimídia, Prestação de Serviço de TV por assinatura, bem como a exploração de serviços de valor adicionado, preparatórios, corretos, suplementares a esses serviços; VIII - Cessão de capacidade de satélite. **Art. 4º:** A duração da Sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações.** Art. 5º: O capital social da Companhia é de R\$22.975.509.590,48 (vinte e dois bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 89.210.572 (oitenta e nove milhões, duzentas e dez mil, quinhentas e setenta e duas) ações, sendo 66.901.989 (sessenta e seis milhões, novecentas e uma mil, novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 22.308.583 (vinte e duas milhões, trezentas e oito mil, quinhentas e trinta e seis) ações preferenciais. **§ 1º.** Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas terão assegurado: (a) a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária. **§ 2º.** O capital social da Sociedade poderá ser aumentado até R\$30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), por decisão do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária e sem observância da proporção entre as diferentes espécies de ações, limitado, porém, aos limites estabelecidos na legislação em vigor. O Conselho de Administração estabelecerá as condições para emissão, incluindo preço de subscrição e prazo de integralização. **§ 3º.** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumento do capital, observadas as disposições do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **§ 4º.** Sem prejuízo do disposto no §1º deste artigo, as ações preferenciais terão direito a voto restrito exclusivamente na hipótese do inciso XXVII do parágrafo 7º do artigo 10 deste Estatuto. **§ 5º.** As ações de emissão da Sociedade poderão ser mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a forma de ações escriturais, sem a emissão de certificados. **Capítulo III - Da Assembleia Geral.** Art. 6º: As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou na forma no parágrafo único do artigo 123 da Lei nº 6.404/76. Quando o Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral, caberá ao Presidente do Conselho de Administração consubstanciar o ato e, na sua ausência ou impedimento, o Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Art. 7º:** As Assembleias Gerais realizar-se-ão na sede da Sociedade, salvo motivo de força maior. Dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada uma assembleia geral ordinária para tratar dos assuntos previstos no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. Sempre que houver necessidade, para tratar de todos os demais assuntos que sejam submetidos à deliberação dos acionistas, será convocada uma assembleia geral extraordinária para estas deliberações. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão instaladas por qualquer um dos Diretores da Sociedade ou, na ausência ou impedimento de qualquer um destes, por outro acionista que seja indicado por escrito por um dos diretores da Sociedade. Quando presente, qualquer um dos diretores da Sociedade presidirá a Assembleia, escolhendo o secretário entre os presentes. Na ausência de todos os diretores da Sociedade, presidirá a Assembleia um acionista indicado por qualquer um dos diretores da Sociedade. **§ 2º.** Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas presentes deverão assinar o Livro de Presença, indicando seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade e espécie ou classe de ações de que são titulares, na forma do artigo 127 da Lei nº 6.404/76. **§ 3º.** As atas serão

lavradas em livro próprio, e assinadas pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão também ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, observado o disposto no artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas. **Capítulo IV - Seção I - Da Diretoria. Seção II - Do Conselho de Administração.** Art. 8º: O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 10 (dez) membros efetivos, e igual número de suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo necessariamente 01 (um) Presidente e até 9 (nove) conselheiros sem designação específica. **§ 1º.** Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a convocação das reuniões do Conselho de Administração e de Assembleia Geral, além do exercício do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do órgão. O Presidente do Conselho indicará, ainda, o Secretário do Conselho de Administração, conforme o caso. **§ 2º.** Caberá a qualquer membro do Conselho de Administração substituir o Presidente do Conselho de Administração na sua ausência ou impedimento, conforme a indicação deste. **§ 3º.** Caberá ao Secretário do Conselho de Administração lavar em ata as deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração e adotar as providências necessárias para convocar a Assembleia Geral, sempre que a matéria aprovada demandar a aprovação posterior dos acionistas, respeitada a forma de convocação estabelecida na legislação em vigor e por este estatuto social. **§ 4º:** Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos para mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, e serão investidos como conselheiros efetivos ou suplentes, conforme o caso, mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração. **§ 5º.** Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos. **§ 6º.** Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente. **§ 7º.** Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembleia Geral, a qual procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído. **§ 8º:** O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela maioria dos votos de seus membros. A substituição do Presidente do Conselho de Administração obedecerá ao mesmo critério estabelecido para sua eleição. **Art. 10.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência. **§ 1º.** A convocação prevista no caput deste artigo poderá ser realizada por carta, telegrama, fax ou e-mail, ficando dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **§ 2º.** O *quorum* de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo 1/2 (metade) dos membros integrantes do colegiado. **§ 3º.** A reunião do Conselho de Administração será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos, em caso de ausência ou impedimento do Secretário. **§ 4º:** As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável da maioria dos membros integrantes do colegiado, observado o voto de qualidade exclusivamente do Presidente do Conselho de Administração em caso de empate nas deliberações. **§ 5º.** Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o *quorum* de instalação, a matéria será submetida à decisão da Assembleia Geral, para tanto imediatamente convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e nos casos previstos em lei. **§ 6º:** As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, lavrada em livro próprio e assinada por todos os conselheiros que participaram das deliberações. **§ 7º.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias a ele atribuídas por lei e neste estatuto social, decidir sobre: I - eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral; II - detalhamento das funções, atribuições e limites de atuação dos membros da Diretoria, exceto para a presidência, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus membros; III - aprovação da política geral de gestão da Companhia, incluindo a remuneração variável; IV - participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços de telecomunicações para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14; V - quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas; VI - escolha e destituição de auditores independentes da Sociedade, se julgar conveniente a sua contratação pela Sociedade; VII - estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos controles financeiros; VIII - aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Sociedade, e suas alterações; IX - aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, cabendo as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de operações e despesas da capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a elevação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto para a prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.0 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de operações e despesas da capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a elevação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto para a prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.0 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de operações e despesas da capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a elevação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto para a prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.0 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de operações e despesas da capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XVIII - alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente e/ou direitos em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento; XIX - a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo certo que a aprovação pelo Conselho de Administração não será necessária nas operações envolvendo a aquisição de bens móveis e equipamentos dentro dos limites do orçamento anual já aprovado por este órgão; XX - a celebração de qualquer contrato, independentemente do valor envolvido, entre a Companhia e seus administradores ou empresas controladas por tais administradores; XXI - a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a elevação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto para a prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 14, I ou II, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; e XXII - mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; XXIII - tomar as medidas necessárias para assegurar que os centros de deliberação e implementação de decisões estratégicas, gerências e técnicas relacionadas à execução das obrigações previstas nos Contratos de Concessão celebrados entre a Sociedade e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL estejam localizados em território nacional, em observância do disposto na Cláusula 18.0 do citado Contrato; XXIV - indicar os membros dos órgãos responsáveis pela administração e fiscalização (i) da TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social, exceto no que tange aos membros da Diretoria, dentre os quais apenas o Presidente será indicado pela Claro, cabendo as disposições legais; X - definição dos níveis máximos de endividamento da Sociedade; XI - realização de operações e despesas da capital, ressalvados os já contemplados no orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração; XII - deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Sociedade, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; XIII - aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Sociedade; XIV - constituição, pela Sociedade, de outras pessoas jurídicas; XV - participação da Sociedade em consórcios e associações; XVI - operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas forem realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; XVII - aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

Política

Até que se quebre o sigilo da decisão, fica a afronta



Maria Cristina Fernandes

Quando a petição 16.418 não estiver mais sob segredo de justiça no Supremo Tribunal Federal, se conhecerão as razões que levaram o ministro Alexandre de Moraes a passar por cima da previsão constitucional que resguarda o sigilo da fonte jornalística. Só então se saberá se a quebra se enquadra ou não na condição para o sigilo expressa no artigo V da Constituição: “Quando necessário ao exercício profissional”.

Por enquanto, há o fato, a quebra de sigilo da fonte do jornalista maranhense Luís Pablo, e as circunstâncias que levaram a esta decisão. Contra o fato, se pronunciaram sete entidades, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo à Sociedade Interamericana de Imprensa.

A preocupação, generalizada, é de que a decisão abra um precedente para a relativização do sigilo da fonte, princípio basilar da liberdade de expressão no país. O fato de a decisão ter sido tomada pelo ministro Alexandre de Moraes, cuja esposa teve o contrato com o pivô do maior escândalo financeiro da história revelado

pela imprensa, é um agravante. Advogada com mais de 30 anos de atuação na defesa da liberdade de imprensa e fundadora do instituto Tornavoz, que defende jornalistas ameaçados em suas prerrogativas, Taís Gasparian lembra que nos EUA não se respeita o sigilo da fonte quando a segurança nacional está em jogo, caso dos “Panama Papers”.

A condição não se aplica ao Brasil. No país, o sigilo da fonte pode ser atropelado quando se sabe que o jornalista cometeu um crime, como o de aceitar um suborno. Enquanto isso não ficar provado, diz, a quebra de sigilo é uma afronta à liberdade de expressão. Como a decisão, ao contrário da fonte do jornalista, não teve seu sigilo quebrado, restam as circunstâncias, sobre as quais há alguns fatos e muitas versões. Todos carecem de um breve histórico.

O ministro do STF, Flávio Dino, elegeu-se governador do Maranhão em 2014 com Carlos Brandão de vice. Em 2018 enfrentaria fácil reeleição, mas havia se comprometido a manter Brandão, contrariando amigos que viam na chapa o casamento de elefante com jacaré.

Ao deixar o governo para se

candidatar ao Senado em 2022, Dino, que havia passado 20 anos brigando com a família Sarney, devolveu o poder a outra oligarquia. Menos de seis meses depois de Dino deixar o Palácio dos Leões, um assassinato, cometido na presença de um sobrinho do governador empossado, arrastou a política estadual para a lama. O executor do crime foi preso e o sobrinho do governador foi abrigado no Tribunal de Contas do Estado, o que lhe deu foro privilegiado.

A esposa do executor, temendo por sua vida na prisão, entregou o celular do marido ao Ministério Público do Maranhão. O caso foi federalizado e o executor levado para um presídio federal em Brasília. Um pedido de habeas corpus do executor levou o caso do Superior Tribunal de Justiça para o STF. Por sorteio, caiu com Dino, que não viu suspeição na relatoria e a aceitou.

Neste momento entra em cena um senador maranhense, frequentador da piscina brasiliense que ganhou fama nacional. No primeiro inquérito que apura os desvios do INSS, aparecem diálogos deste senador com um ministro do STJ, à época relator do caso que envolvia o assassinato no Maranhão, além

de indícios de que uma mala de dinheiro saiu das mãos de um para as do outro. Como o HC do caso já estava com Dino, o ministro André Mendonça compartilhou provas da relação entre o senador e o ministro do STJ com o gabinete do colega.

Flávio Dino assumiu a relatoria do caso em outubro e, em novembro, o blog do jornalista Luís Pablo publicou informações sobre as placas e os veículos que faziam o transporte, em São Luís, da família do ministro, além de fotos e vídeos de seus filhos menores de idade saindo do judô. Em nota, o STF informou que o carro havia sido cedido pela secretaria do Tribunal de Justiça por meio de um termo de cooperação com a Corte.

Em julho, a partir de áudios incorporados aos autos, em que o ex-secretário de Brandão, Raimundo Cutrim, foi gravado ameaçando a família do executor, Dino expediu mandados de busca e apreensão e determinou sua prisão domiciliar por suspeita de obstrução de justiça. Foram apreendidas 26 armas e 700 munições. Com a quebra de sigilo do jornalista por Moraes, descobriu-se que Cutrim era a fonte de informações sobre os deslocamentos da família de Dino. Na quebra de sigilo ainda se

identificou a movimentação de R\$ 100 mil, relativa à compra de um imóvel, em triangulação com uma pessoa que orientava reportagens do jornalista. Ainda inexistente demonstração de que os valores se destinaram a subornar o jornalista contra Dino, crime que justificaria a quebra de sigilo feita por Alexandre de Moraes.

Em outubro, se enfrentarão nas urnas um outro sobrinho do governador, Orleans Brandão (MDB) e seu ex-vice, Felipe Camarão (PT), com quem rompeu. Foi para não permitir que Camarão disputasse no cargo, como ele o fez ao suceder a Dino, que Brandão ficará no governo até o fim. Camarão tem o apoio do grupo político de Dino. Correndo por fora e hoje favorito está o ex-prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD).

Este desfecho poderia empurrar Dino a se afastar da política do Maranhão, direção a que um amigo, que já teve ascendência sobre o ministro, já o aconselhou. Mais difícil vai ser afastar o Maranhão do STF. Há indícios de que a lobista Roberta Luchsinger atuou em obras públicas no governo estadual.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Proposta viabiliza a redução de tributos e antecipa parte da estratégia de ajuste fiscal defendida pela equipe econômica para 2027

Câmara e Senado aprovam PLP dos combustíveis

Murillo Camarotto, Beatriz Roscoe e Ruan Amorim
De Brasília

Após ampla negociação política, o Congresso aprovou na quarta-feira (12) o projeto que viabiliza a redução de tributos sobre combustíveis em 2026. O texto também abre espaço para incentivos à produção de fertilizantes, à exploração de minerais críticos e à realização da Copa do Mundo Feminina de 2027 no Brasil, além de antecipar parte da estratégia de ajuste fiscal defendida pela equipe econômica para o ano que vem.

O texto foi aprovado no Senado por 61 votos a 2. Poucas horas antes, na Câmara, a proposta recebeu 318 votos favoráveis e 113 contrários. A matéria foi prioridade do governo na semana de esforço concentrado do Congresso e segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Originalmente, o projeto de lei complementar (PLP) foi apresentado para viabilizar a subvenção à gasolina em meio ao choque no preço do petróleo provocado pela guerra no Oriente Médio. Durante as negociações, contudo, o projeto virou veículo para outras medidas com impacto fiscal.

Os chamados “jabutis” incorporaram dispositivos de outras propostas que criam ou autorizam benefícios tributários. A estratégia busca compatibilizar essas medi-

das com as restrições da legislação fiscal e orçamentária. Pelo texto, a compatibilidade das renúncias poderá ser demonstrada no Relatório de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas subsequente à concessão dos benefícios fiscais.

Na frente dos combustíveis, o PLP cria uma exceção à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para que a perda de arrecadação com a redução de tributos seja compensada por receitas extraordinárias da União decorrentes da alta do petróleo, incluindo ganhos com royalties. O texto alcança diesel, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação e preserva a vantagem tributária dos biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis.

A proposta também prevê subvenção de até R\$ 1,2 bilhão a produtores e cooperativas de etanol hidratado, para preservar a competitividade do etanol frente à gasolina durante o período de subsídio ao combustível fóssil, entre 25 de maio e 11 de agosto. Produtores poderão ainda usar até R\$ 750 milhões em créditos acumulados de PIS/Cofins para compensar outros tributos.

Outro eixo do texto trata dos fertilizantes. O PLP recupera parte dos incentivos fiscais retirados do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), aprovado pelo Senado na terça-feira (11). Ao relatar a proposta, a se-

nadora Tereza Cristina (PP-MS) suprimiu dispositivos de maior impacto fiscal, sob o argumento de que as estimativas de renúncia não estavam devidamente atualizadas e de que seria necessário maior cuidado com as contas públicas.

A solução negociada foi deslocar parte desses incentivos para o PLP. O texto autoriza créditos fiscais de até R\$ 1 bilhão por ano entre 2027 e 2031, num total básico de R\$ 5 bilhões. O Executivo poderá ampliar esse limite em até mais R\$ 1 bilhão por ano, o que permite ao benefício chegar a R\$ 10 bilhões no período. Metade desse espaço, porém, ficará condicionada a decisão do governo federal conforme a situação fiscal de cada exercício.

Os créditos poderão corresponder a até 20% dos gastos com a produção de fertilizantes e matérias-primas no país. O setor também terá suspensão, entre 2027 e 2031, a cobrança do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para mercadorias destinadas aos

Matéria foi prioridade do governo na semana de esforço concentrado



Tereza Cristina suprimiu dispositivos de maior impacto fiscal, porque as estimativas de renúncia não estavam atualizadas

projetos, com renúncia limitada a R\$ 200 milhões por ano e R\$ 1 bilhão no período.

No caso dos fertilizantes, o desenho mantém linhas de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a exigência de participação mínima de produto nacional, mas transfere ao projeto a autorização dos incentivos tributários.

O PLP ainda flexibiliza as regras para benefícios tributários ligados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e à Copa do Mundo Feminina de 2027, abrindo espaço para a implementação de incentivos previstos em outras propostas.

Na área de despesas, o texto incorpora dois gatilhos defendidos pela equipe econômica para con-

ter o crescimento dos gastos vinculados a partir de 2027. Se o governo projetar déficit primário no relatório que antecede o envio do Orçamento, despesas vinculadas por lei não poderão crescer, no exercício seguinte, acima do limite do arcabouço fiscal, hoje de até 2,5% acima da inflação. Os pisos constitucionais para investimentos em saúde e educação ficam preservados.

A opção por reunir os incentivos no PLP foi negociada entre o Ministério do Planejamento, as cúpulas da Câmara e do Senado e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 restringe a criação de novos benefícios tributários, a prorrogação de incentivos existentes e a instituição de fundos para finan-

ciar políticas públicas.

Por fim, o projeto reduz de 50% para 30% a parcela mínima da receita bruta com exportações exigida para que empresas tenham acesso à suspensão do IBS e da CBS na compra de insumos. Também assegura o pagamento, em até 30 dias, de valores devidos ao setor de combustíveis em programas de subvenção ou ressarcimento, com correção pela Selic em caso de atraso.

Durante a votação no Senado, a oposição tentou derrubar um artigo que autoriza a União a antecipar para este ano R\$ 3 bilhões do Fundo Social que entrariam somente em 2027. A maioria dos parlamentares, no entanto, rejeitou a retirada do artigo.

Ver também página A8

Lula e Alcolcumbre anunciam retomada da relação

Lucas Borges Teixeira e Gabriela Guido
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se na quarta-feira (12) com o presidente do Congresso, senador Davi Alcolcumbre (União-AP), para tratar de pautas de interesse do governo. O novo encontro foi comemorado por aliados, que falam em retomada da relação. A expectativa é que alguns projetos de fato avancem, mas o fim da escala 6x1 — prioritária — segue empacado.

Foi a segunda vez que os dois se encontraram após meses de

afastamento. Na semana passada, eles foram à casa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

No Palácio do Planalto, o encontro foi tratado como um sinal de apaziguamento depois das rusgas geradas pela derrubada da indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para o STF, em que o presidente do Congresso foi um dos principais articuladores. “Alcolcumbre se mostrou muito aberto a ouvir [as demandas do governo], o presidente Lula estava muito descontraído. A relação está res-tabelecida”, disse o ministro das

Relações Institucionais, José Guimarães, na manhã de quarta.

Lula fez uma série de apelos. Como o **Valor** mostrou, entre as prioridades estabelecidas estavam o projeto de lei complementar (PLP) dos combustíveis, que viabiliza a redução de tributos em 2026, votado na própria quarta, e a medida provisória (MP) do fim da taxa das blusinhas. A comissão especial mista para debater o texto deve ser instalada nesta quinta-feira (13).

Ao comentar o encontro, Alcolcumbre adotou um tom mais brando, mas na mesma linha. “Foi uma reunião institucional. Muito

boa, inclusive”, disse à tarde. “Muito importante para a democracia, porque o presidente do Congresso precisa ter o diálogo aberto com o presidente do Brasil, e esse diálogo foi restabelecido.”

Os governistas não indicaram ter havido avanços sobre o fim da escala 6x1. “Isso foi colocado [na reunião], mas depende também dos encaminhamentos e dos trâmites internos do Senado”, afirmou a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE). “É uma pauta tão importante que não pode também ser tratada como se fosse uma coisa comum.”

Essa se tornou uma das princi-

pais bandeiras do governo para este ano, que Lula pretendia voltar antes das eleições, mas acabou sendo represada por Alcolcumbre. Responsável pela pauta, o parlamentar indicou aos líderes que queria evitar uso eleitoral do debate, mas interlocutores lulistas apontavam a rusga como principal causa para a resistência.

Em tom mais animado, Guimarães chegou até a garantir que o parlamentar está “sintonizado com a reeleição de Lula”. “Eu tenho acompanhado isso. Independentemente da pauta no Senado, das matérias de interesse do governo, nós temos uma chapa à ree-

leição do governador [Clécio Luís, União], a candidatura do senador Randolfe [Rodrigues, PT].”

Alcolcumbre ainda não declarou voto publicamente. Em 2022, o senador apoiou Lula informalmente a partir do segundo turno e ajudou a compor o governo de transição, quando indicou três nomes para compor o ministério lulista. Um deles, o conterrâneo Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), segue até hoje, ao passo que o União Brasil continua com as outras duas indicações — todas com crivo do amapaense —, embora os nomes tenham mudado.

Seminário

DESAFIOS PÓS-REGULAÇÃO DO MERCADO DE APOSTAS

Pouco mais de um ano após a regulamentação, o mercado brasileiro de apostas vive um momento decisivo. Entre avanços, desafios regulatórios, combate à ilegalidade e fortalecimento do jogo responsável, lideranças do setor se reúnem para discutir os caminhos para um mercado mais transparente, competitivo, seguro e sustentável.

E você assiste, ao vivo, a esse importante debate.

Programação

Mediação



Leila Sterenberg
Jornalista e documentarista

9h30 | Abertura:

Experiência internacional

Como funcionam hoje os mercados mais maduros e transparentes do setor de apostas de quota fixa?



Charmaine Hogan
Global head of Government Relations, Playtech

9h45 | Apresentação:

Análise técnica, elaborada pela MR Consultoria Econômica, do estudo sobre o impacto das apostas de quota fixa (bets) no endividamento das famílias brasileiras.



Guilherme Mendes Resende
Professor de Economia do IDP

9h55 | Painel 1:

Segundo ano pós-regulamentação

Avanços e desafios do setor de apostas de quota fixa



Plínio Augusto Lemos Jorge
Presidente da ANJL



Luís Otávio Veríssimo Teixeira
Presidente do STJD



Giovanni Rocco Neto
Secretário nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte

10h40 | Painel 2:

Carga tributária e sustentabilidade do setor

Desafios de um ecossistema recém-regulamentado



Udo Seckelmann
Advogado, head do Departamento de Gambling e Cripto do escritório Bichara e Motta Advogados



Eric Brasil
Diretor da LCA Consultoria



Magnho José
Editor do BNLDData e presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Legal (IJL)



Leonardo Batista
CEO da Pay4fun

11h25 | Painel 3:

Proteção ao jogador

Novos mecanismos e ações em prol do jogo responsável



Pietro Córdia Lorenzoni
Advogado e diretor jurídico da ANJLMotta Advogados



Bernardo Cavalcanti Freire
Consultor jurídico da ANJL e sócio-fundador da BetLaw



Juliana Albuquerque
Vice-presidente Executiva do Conar

Ministério da Fazenda adverte: Aposta não é investimento. Proibido para menores de 18 anos.

AMANHÃ | 9h30 a 12h

Transmissão nas redes sociais do Globo e do Valor Econômico



APRESENTAÇÃO:

DIVULGAÇÃO:

REALIZAÇÃO:



Eleições Diretrizes econômicas devem ser apresentadas na live semanal pelas plataformas digitais

Plano de Flávio prevê nova regra fiscal e revisão de exceções da tributária

Andrea Jubé e Érica Ribeiro
De Brasília

As diretrizes econômicas do programa de governo do candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), às quais o **Valor** teve acesso, preveem medidas para conter a trajetória da dívida pública e a revisão do número de exceções, com o objetivo de reduzir a alíquota geral do novo sistema. O plano tem ainda medidas desenhadas com o objetivo de baixar o custo da energia e ações para combater a inflação dos alimentos. Flávio apresentará as linhas gerais do documento nesta quinta-feira (13), em sua live semanal pelas plataformas digitais.

Em linhas gerais, o programa batizado de “Plano para o Brasil Vencer o Atraso” defende valores como eficiência do Estado, responsabilidade fiscal e liberdade econômica, além de proteção social com

geração de oportunidades, segurança pública, respeito à propriedade privada, à democracia e às liberdades de expressão e religiosa.

Na área fiscal, não há um detalhamento das medidas para conter o crescimento da dívida pública, mas o **Valor** apurou que a equipe de Flávio, coordenada pela economista Daniella Marques, elabora um novo modelo de arcabouço fiscal e ações para cortar gastos públicos. O atual arcabouço foi aprovado em 2023 no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e prevê limites ao crescimento dos gastos, mas fatores como a alta das despesas obrigatórias têm pressionado a regra em vigor, alertam especialistas.

O documento, que defende “um Brasil mais barato”, relaciona a estabilização da dívida pública à diminuição da taxa básica de juros (Selic), hoje em 14% ao ano. Com contas públicas organizadas, a “proposta é aproximar os juros



Flávio: medidas a serem anunciadas não serão detalhadas, mas devem propor um novo modelo de arcabouço fiscal e ações para cortar gastos públicos

brasileiros da média internacional e levar a inflação ao centro da meta”, diz o texto. A definição da Selic é atribuição do Comitê de Política Monetária (Copom), que leva a questão fiscal em consideração em suas decisões, que têm foco em alcançar a meta de inflação.

Presidente do diretório municipal do PL em Natal, Coronel Hélio destacou o plano de Flávio como um “tesouroço” dos impostos, mote que tem sido usado pelo presidencialável. Candidato ao Senado no Rio Grande do Norte, ele comentou as propostas após sair de uma gravação de vídeos de apoio de Flávio a candidatos da sigla à Casa Legislativa.

“O plano de governo bate nesses pontos principais, que são a redução da carga tributária e da maioria penal”, completou o político, que é aliado próximo do senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio.

O programa prevê um redimensionamento da reforma tributária, a fim de reduzir a carga de impostos sobre a produção e o consumo, diminuir a alíquota projetada do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e barrar a cobrança de imposto sobre imposto.

A ideia é preservar a simplificação tributária, mas, ao mesmo tempo, atuar para reduzir as exceções que elevam a alíquota, bem como as desonerações sobre exportações e investimentos. Essas medidas, entretanto, dependerão da habilidade do Executivo de negociar com o Congresso, que dá a palavra final sobre a regulamentação da lei fiscal.

No ano que vem, governo federal, Estados e municípios começam a cobrar os novos impostos sobre o consumo, a CBS federal e o IBS estadual e municipal. A projeção divulgada na semana passada pelo Comitê Gestor do IBS apontou que a

alíquota cheia do IVA, que entrará em vigor em 2033, pode chegar a 28% — acima do teto de 26,5%.

A ampliação das exceções incide diretamente sobre o percentual da alíquota. São dezenas de itens e categorias isentos, conforme votação do Congresso, e a lei sancionada em janeiro de 2025. Itens da cesta básica foram isentos, mas o rol foi ampliado: além dos produtos típicos, como arroz, feijão, leite, carnes e peixes, incluiu pão francês, óleo de babaçu, vários tipos de queijos, entre outros. As Sociedades Anônimas de Futebol (SAF) terão alíquota de 8,5%. Agrotóxicos, insumos agropecuários e fertilizantes terão redução de 60% na alíquota.

Em outra frente, com o objetivo de reduzir o custo da energia, o programa propõe racionalizar encargos e subsídios cruzados da conta de luz. Também fala em diminuir, gradualmente, a Conta de Desenvolvimento

Energético (CDE), bem como impostos sobre energia elétrica e combustíveis. O programa preserva a tarifa social para pessoas de baixa renda.

Para combater a inflação dos alimentos, o plano propõe a criação de Corredores Logísticos Inteligentes, voltados à redução do custo do transporte da produção, e, também, menciona a ampliação do seguro rural e da capacidade de armazenamento das safras. O documento dispõe, ainda, sobre o envolvimento da Caixa Econômica Federal em ações para reduzir o endividamento das famílias, e contempla a proibição do uso de recursos sociais para apostas em bets.

Na área social, o Coronel Hélio acrescentou que Flávio pretende reeditar medida do ex-presidente Bolsonaro em relação ao Bolsa Família. “A ideia é que as famílias possam assinar carteira [de trabalho] sem perder o auxílio, até que possam ter uma estabilidade”, explicou.

Caiado quer Afif em eventual governo

Lucas Monteiro
De São Paulo

O candidato à Presidência da República pelo PSD, Ronaldo Caiado, convidou na quarta-feira (12) o secretário Extraordinário de Projetos Estratégicos do governo de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, para ser o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em caso de vitória nas eleições. É o quarto nome anunciado por Caiado nos últimos dias para compor seu eventual gabinete ministerial.

“Nós vamos fazer um grande trabalho no associativismo, da pequena e microempresa. Você não vai me responder hoje, mas o Afif já está convidado para fazer parte do meu governo”, disse Caiado, durante evento promovido pela Associação Comercial de São Paulo, na capital paulista.

Afif é considerado o “pai” do Simples Nacional, já presidiu o Sebrae e foi ministro-chefe da Secretaria de Micro e Pequena

Empresa na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Ele não respondeu ao convite, mas é próximo da campanha de Caiado e filiado ao PSD. Na terça-feira, esteve em um encontro com o presidencialável do partido e os ex-presidentes Michel Temer e José Sarney, ambos do MDB.

Na segunda-feira, Caiado já havia informado que convidaria para chefiar o Ministério da Segurança Pública o promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco de São Paulo, um dos principais nomes do combate ao crime organizado. Ele também tem mencionado o nome do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga como referência na área econômica. Em outra frente, a campanha do candidato anunciou que Roberto Azevêdo, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), será o coordenador da área de comércio exterior.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada semana passada, Caiado tem 4% das intenções de voto no primeiro tur-

no, numericamente empatado com Renan Santos, do Missão. Segundo a sondagem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera com 39% e Flávio Bolsonaro (PL) tem 30%.

O presidencialável tem buscado ampliar apoios. Como mostrou o **Valor**, apenas 5 dos 13 governadores do PSD apoiam o presidencialável da legenda. Na quarta, durante o evento da Associação Pública do promotor Lincoln Gakiya, do Gaeco de São Paulo, um dos principais nomes do combate ao crime organizado. Ele também tem mencionado o nome do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga como referência na área econômica. Em outra frente, a campanha do candidato anunciou que Roberto Azevêdo, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), será o coordenador da área de comércio exterior.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada semana passada, Caiado tem 4% das intenções de voto no primeiro tur-

“Não existe palanque dividido, existem palanques do Caiado”
Gilberto Kassab

do, existem palanques do Caiado. O que a gente tem que entender é que na questão local o nosso candidato tem outras relações já construídas anteriormente. Raquel Lyra por exemplo, a campanha do Caiado lá vai ser com a Raquel Lyra e vai ser muito forte, Eduardo Paes estará com PSD e com Caiado”, disse, completando que outros governadores da sigla, como Ratinho Júnior (PR) e Eduardo Leite (RS), já declararam apoio ao ex-governador de Goiás.

Como informou recentemente o **Valor**, Paes não deve esconder seu apoio a Lula, mas o petista terá pouco espaço na campanha do aliado. Segundo fontes próximas dos dois políticos, Paes deve repetir passos parecidos com o de sua eleição à prefeitura em 2024, quando evitou nacionalizar a corrida.

Já no caso de Raquel Lyra, a governadora fez acenos a Lula na convenção estadual do PSD, que oficializou a sua candidatura à reeleição em dois de agosto e



Caiado: candidato tem focado em anúncios de nomes às vésperas de campanha

não mencionou Caiado. “Disseram que não conseguiríamos apoio do governo federal. E aqui um agradecimento ao presidente Lula. Em muitos momentos disseram que ele não ia olhar para Pernambuco, que a gente não ia construir parceria. Deram com os burros n’água! Estamos fazendo muita parceria”.

Lyra, que busca a reeleição, tenta se equilibrar em não desagradar ao partido e não afastar a base lulista, forte no Estado, de sua campanha. Formalmente, o PT apoia a candidatura do ex-prefeito de Recife, João Campos (PSB). Ainda assim, os dois candidatos pretendem capitalizar votos a partir da boa relação com o governo federal.

Unicef encaminhará propostas a candidatos do Rio

Camila Zarur
Do Rio

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) preparou um documento a ser apresentado aos candidatos ao governo do Rio de Janeiro com os compromissos que a entidade espera que sejam firmados pelo próximo ocupante do Palácio Guanabara. A carta foca na garantia da proteção da criança e do adolescente e na educação, e será entregue nas próximas semanas aos principais postulantes na disputa pelo Executivo fluminense.

“Estamos esperando a oficialização de todas as candidaturas. Mas todas essas recomendações vão ser apresentadas aos candidatos que estão melhor performando nas pesquisas. Vamos solicitar esse encontro pessoalmente com cada um deles”, afirma Flavia Antunes, chefe do es-

critório do Unicef no Rio. “Nesse encontro, temos uma carta-compromisso que o Unicef confeccionou para que esses candidatos assinem e, assim, quando a pessoa vencedora tomar posse, a gente possa voltar e falar: ‘Olha, viemos aqui agora te ajudar a implementar o que você se comprometeu a fazer’”, completa Antunes.

Ao todo, são dez compromissos divididos em três eixos fundamentais. O primeiro é centrado em educação, na permanência escolar e na criação de oportunidades para as crianças e jovens. Um dos principais focos desse pilar é a busca ativa para evitar a evasão escolar. Segundo o Unicef, o Estado do Rio tem cerca de 56 mil crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola. Essa situação atinge sobretudo aqueles que vivem em áreas deflagradas. “A violência armada contribui amplamente para a eva-

são escolar. Estudantes que vivem em áreas sob controle armado podem acumular até seis meses a menos de aprendizagem por ano e apresentam maiores taxas de abandono escolar quando comparados aos estudantes que moram em áreas não controladas por grupos armados”, diz Antunes.

O eixo da educação também propõe a adoção de currículos, protocolos e práticas pedagógicas que previnam, identifiquem e combatam violências, desigualdades de gênero e raça, além de outras formas de discriminação. O Unicef também defende o compromisso do futuro governador de promover medidas de transição segura e inclusiva da escola para o mercado de trabalho.

O segundo eixo é focado na segurança pública e na prevenção da violência letal. Entre os compromissos pedidos pela agência da ONU para a infância está o fortalecimento de investigações dos homicídios de crianças e adolescentes. A entidade defende a implementação integral da Lei Ágatha Félix, que prevê que inquéritos sobre crimes contra menores de 18 anos tramitem com prioridade.

O nome da lei faz referência à menina de 8 anos que morreu baleada por um tiro de um policial militar no Complexo do Alemão, zona norte do Rio, quando voltava para casa com a mãe, em 2019. O Unicef também propõe uma polí-

tica estadual de redução dos homicídios de adolescentes e jovens. Para isso, a entidade defende que seja estabelecido um sistema de metas, prazos, responsabilidades institucionais, previsão orçamentária e mecanismos de monitoramento dessa política.

Segundo dados da agência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Estado registrou 1.261 mortes violentas intencionais de crianças e jovens de até 19 anos entre 2021 e 2023. “Quase uma em cada cinco mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil ocorreu por conta de ação policial.

No Rio, esse impacto vai além do homicídio. Estamos falando da violência armada, da presença ostensiva no cotidiano, que fecha escolas, interrompe deslocamentos e pode reduzir, segundo nossos estudos, em até 90% a vacinação na primeira infância”, afirma Antu-

nes. “O Unicef entende que para enfrentar isso precisamos combinar prevenção, proteção, produção de evidências e governança, especialmente em relação à segurança pública”, continua a chefe do escritório da entidade no Rio.

O último eixo é sobre o atendimento e proteção de vítimas e testemunhas de violência.

“Estamos falando de uma rede de proteção que não abandone nenhuma criança. Queremos garantir que crianças e adolescentes vítimas de violência encontrem um Estado pronto para acolher e responder a essa demanda”, explica Antunes. Uma das propostas prioritárias para a área é a implantação, na capital, de um Centro de Atendimento Integrado a crianças e jovens, previsto pela legislação federal, e que estruturas do tipo também sejam implementadas em outras regiões do Estado.

Eleições Governo quer que plataforma adote medidas para ampliar a segurança de crianças

Lula deve pressionar Discord a adotar proteção a menores

Sofia Aguiar e Lucas Borges Teixeira
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu apostar na pressão pública para fazer com que o Discord adote mecanismos para ampliar o controle e a proteção de menores de idade que utilizam a plataforma no Brasil. A menos de dois meses das eleições, a avaliação no Palácio do Planalto é de que não há tempo hábil para que o Congresso discuta e aprove uma regulamentação específica sobre o tema. A repercussão tem ficado a cargo da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

A intenção do governo é abrir a discussão e cobrar da plataforma a adoção de medidas capazes de ampliar a segurança de crianças e adolescentes. A iniciativa ocorre após vir à tona o caso de uma adolescente de 13 anos induzida ao suicídio em transmis-

são ao vivo no Discord.

A estratégia é adotar ofensiva semelhante à exercida sobre o Telegram em 2022. O aplicativo, muito utilizado por grupos bolsonaristas, era considerado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um dos principais canais de disseminação de teorias da conspiração e informações falsas sobre o sistema eleitoral.

Naquele ano, Lula o atacou diversas vezes durante a campanha, citando a influência de “fake news” no pleito de 2018 em prol de Jair Bolsonaro, em um discurso que tem voltado a repetir agora como presidente, já prevendo possíveis usos inapropriados até outubro. Sob pressão das autoridades brasileiras, o Telegram teve de adotar medidas para continuar operando normalmente no país.

Agora, o debate foi encabeçado pela primeira-dama, que falou duas vezes do assunto e o levou a uma reunião com integran-

tes do governo na última semana. Na ocasião, Janja defendeu a retirada da plataforma do ar “imediatamente”. A fala foi interpretada internamente como um sinal de que era necessário avançar nas cobranças e discutir mecanismos de responsabilização da plataforma.

No dia seguinte, representantes do Discord estiveram com integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). No encontro, foi acordado que a

Estratégia é adotar ofensiva semelhante à exercida sobre o Telegram em 2022

plataforma apresentasse uma proposta para adoção de medidas destinadas a reforçar a segurança dos usuários, especialmente de crianças e adolescentes, no ambiente digital.

O documento, então, foi entregue à AGU na última segunda-feira (10) e será analisado pelos demais órgãos federais envolvidos nas tratativas, incluindo a Polícia Federal (PF). Já na quarta-feira (12), a ANPD expediu uma medida preventiva determinando que a plataforma suspenda a ferramenta de transmissão ao vivo no Brasil em três dias úteis. De acordo com o governo, as lives e outros recursos de compartilhamento de vídeo deverão permanecer suspensos até que a empresa “comprove a adoção de medidas para proteger crianças e adolescentes”.

A avaliação no Planalto é de que o tema é sensível e exige cautela, especialmente durante a

corrida eleitoral. Embora considere importante a proteção de menores online, Lula não deve editar projetos ou adotar medidas legais específicas sobre o Discord neste momento. A leitura no governo é de que a verificação etária nessas plataformas já está entre as premissas do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, o ECA Digital, em vigor desde março, que prevê regras para a proteção de menores no ambiente digital.

Diante desse cenário, a alternativa encontrada pelo governo para permanecer no debate é concentrar a atuação na AGU e explorar o tema no discurso político durante a campanha presidencial. Nesse contexto, Janja, que nos últimos anos tem defendido a regulamentação das redes sociais, é vista como uma das principais porta-vozes, mesmo que, publicamente, interlocutores da primeira-dama digam que

ela não articula sobre este tema.

Embora a atuação da primeira-dama costume ser alvo de críticas dentro do próprio governo, a avaliação desta vez entre integrantes do Palácio do Planalto foi de que ela agiu de maneira adequada e que suas falas repercutiram positivamente, o que já a alça a conduzir o debate com cautela durante a corrida.

A atuação de Janja no episódio dialoga com o papel que ela vem desempenhando na estratégia de ampliar o diálogo com as mulheres. Nos últimos meses, a primeira-dama intensificou conversas com lideranças e fiéis, especialmente mulheres evangélicas. As reuniões, geralmente realizadas com grupos de até cem mulheres, tiveram como objetivo ouvir como as políticas públicas do governo petista afetam a vida delas, de suas famílias e de suas comunidades — e como melhorá-las, de olho nas eleições.



Lula: avaliação é de que o tema é sensível e exige cautela; presidente não deve editar projetos ou adotar medidas legais específicas sobre o Discord neste momento

EDUCACIONAL

Valor | Insper

EDUCAÇÃO EXECUTIVA

IMERSÃO

Executivos de Valor

2ª EDIÇÃO

Futuro da Inovação, dos Negócios e da Tecnologia:
Transformações Globais e Empresas Brasileiras

Liderar em um cenário de transformações constantes exige visão estratégica, capacidade de antecipação e decisões cada vez mais qualificadas.

Realizada pelo **Valor Econômico** em parceria com o **Insper**, a **Imersão Executivos de Valor** reúne algumas das principais lideranças do mercado em uma experiência exclusiva de educação executiva, que combina conteúdo aplicado, troca de experiências e networking de alto nível.

Dois dias de conexões estratégicas com executivos experientes.

Daniela Manique
Presidente para América Latina da Solvay

Fernando Modé
CEO do Grupo Boticário

Jeane Tsutsui
CEO do Fleury Group

NETWORKING DE ALTO NÍVEL

São Paulo

23 e 24 de setembro

Formato presencial

Saiba mais e inscreva-se.

imersaoinsper.valor.com.br

Eleições Secretário de Segurança Pública entrou em contato com o petista para obter informações complementares sobre as circunstâncias do episódio

SSP-SP vai investigar após Haddad relatar abordagem da PM

Guilherme Carvalho
De São Paulo

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou ontem que determinou à Polícia Militar a identificação das equipes que estiveram ou passaram pela região onde o candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad (PT) relatou ter sido alvo de uma abordagem fora do “padrão” na noite de terça-feira (11). O secretário da pasta, Osvaldo Nico Gonçalves, também entrou em contato com Haddad para obter informações complementares sobre o trajeto e as circunstâncias do episódio. A campanha do petista confirmou ao **Valor** que a ligação ocorreu.

“A Secretaria da Segurança Pública determinou à Polícia Militar que fossem identificadas as equipes que estiveram ou passaram pela região no período informado para apurar as circunstâncias do episódio. O secretário da pasta, Osvaldo Nico Gonçalves, entrou em contato com o candidato Fernando Haddad em busca de informações complementares sobre o trajeto e a situação relatada, a fim de contribuir na investigação. Qualquer possível desvio de conduta será devidamente apurado”, informou a SSP-SP em comunicado à imprensa.

Além disso, o candidato do PT acionou a Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP) após o episódio.

Haddad relatou o episódio a

jornalistas ontem, após participar de uma sabatina promovida pela OAB-SP. Segundo ele, uma viatura da Polícia Militar (PM) aproximou-se do carro em que estava quando chegava em casa na terça-feira, após participar de um evento. O candidato afirmou que, inicialmente, não deu importância à situação, mas soube posteriormente que o motorista teria sido seguido pela viatura depois de deixá-lo em sua residência.

“Sabe aquela luz que você põe assim no para-brisa para ver quem está dentro? Teve uma abordagem desse tipo [ao se aproximar da entrada da casa]. Eu não estranhei, porque às vezes eu vejo viatura, pode ter havido uma confusão. A importância



Haddad: candidato do PT acionou a Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP) após o episódio

que eu dei foi depois que eu entrei na minha casa”, afirmou.

Segundo Haddad, o motorista teria sido acompanhado de forma “estranha” e “um pouco ostensiva” pela viatura, que teria se aproximado do carro, emparelhado e estacionado próximo ao veículo. De acordo com o relato, a viatura teria seguido o motorista por cerca de 40 minutos.

Haddad afirmou que seu advogado, Hélio Silveira, foi procurado pelo motorista e que o relato foi levado ao conhecimento do governo do Estado. O candidato disse ainda que o motorista estava “abalado”, pois “tinham três fuzis dentro da viatura com as pessoas olhando para ele”.

Segundo informou a CBN, Silveira afirmou que, assustado, o motorista decidiu parar em frente a um hotel para tentar entender o que estava acontecendo. Segundo o advogado, o motorista relatou que, nesse momento, os policiais se aproximaram do veículo e disseram “vaza daqui”.

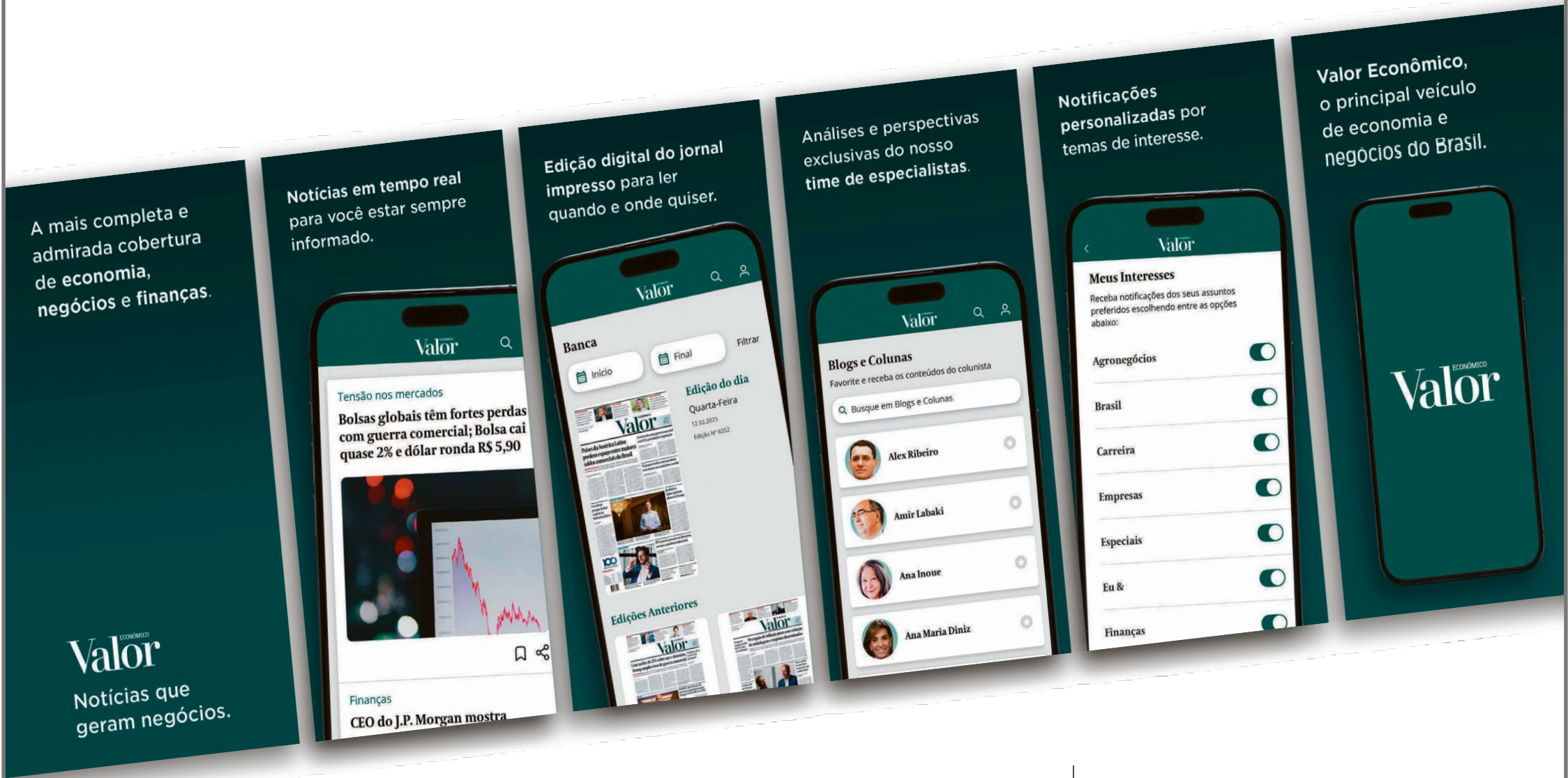
Haddad afirmou que não sabe se os policiais tinham identificado que aquele era o carro que havia acabado de deixá-lo em casa e disse considerar possível que tenha ocorrido uma confusão. Ele também afirmou que não se sentiu ameaçado, já que havia entrado em sua residência quando o acompanhamento teria ocorrido.

“Pode ter sido coincidência, pode ter sido confusão. Mas tem que haver no mínimo uma apuração para saber o que aconteceu [...] Não foi uma abordagem padrão”, declarou o candidato.

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA PARA ACOMPANHAR OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS DOS MERCADOS E DOS NEGÓCIOS, EM UM SÓ APP.

VALOR ECONÔMICO, DO SEU JEITO.

- Layout** moderno e intuitivo
- Alertas** customizáveis
- Leitura** fácil e dinâmica
- Edição digital** do impresso
- Salve matérias** para ler depois
- Mais de 60 **blogs** e **colunistas**



Tragédia Com a dimensão da destruição ainda sem avaliação total, novo governo desenha medidas para lidar com efeitos do terremoto

Colômbia declara emergência econômica para reagir a tremor

Agências internacionais

O novo presidente colombiano, o direitista Abelardo De La Espriella, declarou ontem à noite estado de emergência econômica para lidar com as consequências do terremoto de segunda-feira, enquanto equipes de resgate aceleravam as ações em busca de sobreviventes. Ele não deu detalhes ao fazer o anúncio, mas a emergência deve dar a Espriella a prerrogativa de manejar o orçamento e baixar regras fiscais sem a necessidade do aval do Legislativo.

Em pronunciamento nacional, ele prometeu criar um fundo de emergência para a reconstrução de infraestrutura no país, como hospitais, escolas e moradias. E acrescentou que, no momento, o foco permanece na busca por desaparecidos. Espriella anunciou a emergência econômica, mas não esclareceu as medidas que a situação implica para o país.

O terremoto de magnitude 7,4, o mais devastador a atingir a Co-

lômbia neste século, deixou pelo menos 265 mortos, segundo anúncio de Espriella. Outras 496 pessoas estão desaparecidas.

Bancos de dados administrados pela sociedade civil, porém, apontassem para um número próximo de 4 mil desaparecidos.

As equipes continuavam vasculhando os escombros durante a noite em Cali, Pereira, Manizales e Quibdó, as cidades mais atingidas, enquanto o tempo para encontrar e resgatar vítimas com vida se esgota.

“Estamos em uma corrida contra o tempo para salvar vidas”, disse o prefeito de Cali, Alejandro Eder, a jornalistas, alertando que restava menos de um dia da janela crítica de 72 horas, período em que as chances de encontrar sobreviventes de um terremoto são muito maiores.

“Continuaremos trabalhando depois dessa janela, mas é importante resgatar o maior número possível de pessoas neste dia que nos resta”, afirmou.

Em Cali, terceira maior cidade da Colômbia, mais de 56 edifi-

cios desabaram, matando pelo menos 95 pessoas e deixando quase mil feridos, segundo dados da Asocapitales, associação que reúne as capitais do país.

Pereira, no coração da região produtora de café mais afetada pelo tremor, registrou pelo menos 101 mortos. Durante as buscas na madrugada, equipes de resgate pediram silêncio para tentar ouvir sinais de vida sob os escombros, em uma praça cheia de famílias que passaram a noite depois de perder suas casas, segundo relatos da Bloomberg.

Na noite de terça-feira, em outra parte da cidade, uma mulher que estava presa sob os escom-

“Estamos em uma corrida contra o tempo para salvar vidas”
Alejandro Eder

bro de um hotel havia mais de 30 horas foi retirada com vida, sob aplausos e comemorações dos espectadores. A mulher, de 32 anos, foi colocada em uma ambulância e levada às pressas para receber atendimento médico.

Como prelúdio da declaração de emergência, Espriella decretou o país em “situação de desastre” por um ano. Na prática, esta medida busca agilizar a logística e a assistência financeira.

O ministro da Fazenda, Miguel Gómez, defendeu a declaração da emergência econômica para que a liberação de recursos para reforçar a resposta ao terremoto se torne mais rápida e eficiente. O governo detalhou que, entre outros poderes, a medida dará a Espriella autoridade para editar decretos tributários.

Espriella está sob pressão para coordenar uma operação de ajuda internacional que cresce rapidamente e levar assistência às comunidades mais isoladas da Colômbia. Os EUA mobilizaram equipes técnicas de resposta a desastres ur-



Equipes de resgate removem escombros de um prédio que desabou em Pereira

banos da Virgínia e da Califórnia para apoiar as operações de busca e resgate na Colômbia.

Ajuda e integrantes do grupo mexicano de resgate Topos Aztecas chegaram a Cali, enquanto a União Europeia (UE) anunciou ontem que fornecerá €2 milhões em ajuda. A China e outros governos também ofereceram assistência.

O terremoto provavelmente ampliará as pressões fiscais sobre o

país, complicando os esforços de Espriella, empossado na sexta-feira, para cumprir as promessas de conter o aumento dos déficits orçamentários por meio de um ambicioso programa de austeridade.

Os colombianos se preparam para efeitos econômicos, com as exportações de café em grande parte suspensas devido à interrupção no principal porto de exportação e bloqueios em rodovias.

Europa observa primeiro eclipse solar total do século 21



A Europa teve ontem o primeiro eclipse solar total deste século, quando a sombra da Lua se deslocou a cerca de 3.000 km/h sobre o Ártico e pelo leste da Groenlândia, tocando o extremo oeste da Islândia

e, por fim, o norte da Espanha rumo ao Mediterrâneo. Milhões de pessoas se reuniram na Islândia e ao norte da Espanha para acompanhar o primeiro eclipse solar total da Europa em 27 anos. Autoridades

espanholas alertaram a população para evitar áreas em que a onda de calor elevou o risco de incêndios florestais. O eclipse total foi visto numa faixa de 290 km de largura, na qual a Lua encobriu o Sol por cerca

de dois minutos. Fora dessa faixa, foi possível, no Hemisfério Norte, observar eclipse parcial. Na foto, observadores se reúnem em São Petersburgo, na Rússia, para acompanhar o fenômeno.

Ação de troca de avião desprezou risco ao qual comitiva de Trump foi exposta

Agências internacionais

A resposta do Serviço Secreto à suposta ameaça de um atentado do Irã — que resultou na sigilosa troca de avião pelo presidente dos EUA, Donald Trump, na volta de uma viagem à Turquia — ainda era objeto ontem de questionamentos da mídia americana. Segundo a Casa Branca, o risco de um ataque com míssil terra-ar “era real”, quando Trump retornava de uma cúpula da Otan em junho.

Ao deixar furtivamente o avião presidencial que o levaria de volta, Trump estava acompanhado por alguns assessores próximos. No caminhão em que o presidente entrou secretamente para transportá-lo até outro avião estavam também Dan Scavino, subchefe de gabinete na Casa Branca; Natalie Harp, assistente executiva de Trump; e Walt Nauta, diretor de operações do Salão Oval. O grupo seletto acompanhou Trump na mudança para um avião menor.

Mas o secretário de Estado Marco Rubio e outros auxiliares de alto escalão — além de vários jornalistas — ficaram de fora, de acordo com o Washington Post e o New York Times. Mas Pete Hegseth, secretário de Defesa, esteve no grupo reduzido, com Trump. Hegseth embarcou no C-32A por meio de escada externa, de forma a parecer

A saída furtiva de Trump

Avião supostamente sob risco decolou com jornalistas e comitiva



Fonte: NYT, Reuters, Bloomberg/Valor

a autoridade mais importante a estar na aeronave, disse o Post.

A ameaça identificada era a de um míssil terra-ar portátil, operado do ombro do atirador — que teria sido visto em área próxima ao local em que ocorreu a cúpula. A Turquia e o Irã são vizinhos.

Teerã tinha conhecimento do lugar onde Trump estava hospedado em Ancara, incluindo o andar do prédio, disseram fontes ouvidas pelo New York Times.

Além de Rubio, também seguiram a viagem no Air Force One ou-

tros importantes nomes do governo Trump, como o secretário do Tesouro, Scott Bessent, e Stephen Miller, conselheiro da Casa Branca para temas domésticos, além do chefe de comunicação, Steven Cheung.

Parte da equipe de governo a bordo do Air Force One não tinha conhecimento das ameaças. A Casa Branca não respondeu a pedido de comentário, nem forneceu a lista de passageiros. Segundo The New York Times, ao menos Rubio compreendia o risco de estar no jato presidencial na volta da viagem.

Morre Zhu Rongji, premiê reformista da China

Bloomberg

Zhu Rongji, que como primeiro-ministro da China impôs reformas em estatais que custaram o emprego de dezenas de milhões e que ajudou a articular a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), morreu ontem em Pequim, aos 97 anos.

Antes de assumir o cargo, que exerceu de 1998 a 2003, Zhu foi o principal planejador econômico da China e ajudou a conduzir o país durante uma série de choques, entre os quais a crise financeira asiática, de 1997, e o período de inflação de dois dígitos.

Ele sempre enfatizou que os funcionários do governo deviam “ousar dizer a verdade” — o que envolvia “não ter medo de ofender as pessoas”, bem como “evitar buscar privilégios especiais”. E recomendava que assumissem “grandes responsabilidades de maneira proativa”, conforme obituário oficial da agência Xinhua.

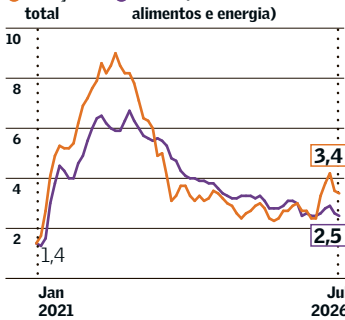
Zhu promoveu reestruturação que fechou empresas ineficientes, de forma a lidar com o aumento da dívida e incentivar o crescimento pelo setor privado.

Guerra ainda pressiona, mas inflação nos EUA perde força

Christopher Rugaber
AP, de Washington

Inflação nos EUA

Variação anual (em %)



Obs: out/25 - Shutdown
Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elab: Valor Data

A inflação nos Estados Unidos caiu ligeiramente em julho, com a redução do preço da gasolina e dos alimentos, embora os preços ainda estejam subindo mais rapidamente do que antes da guerra com o Irã — um grande desafios para a Casa Branca à medida que as eleições de novembro se aproximam.

Os preços ao consumidor subiram 3,4% em julho em comparação com o ano anterior, uma leve queda de ritmo em relação aos 3,5% de junho, informou ontem o Departamento do Trabalho. A inflação havia caído para 2,4% antes da guerra. Em termos mensais, os preços subiram apenas 0,1% de junho para julho.

A leve queda representa o segundo declínio consecutivo após o aumento acentuado dos preços da gasolina ter impulsionado a inflação para 4,2% em maio, o maior patamar em três anos. Mesmo com essa pausa, os preços continuam subindo mais rapidamente do que os salários médios, evidenciando a dificuldade que muitos americanos têm enfrentado para pagar por alimentos, gasolina e saúde. Além disso, muitos custos aumentaram em julho, incluindo passagens aéreas, computadores e carros usados.

Excluindo as categorias voláteis de alimentos e energia, a inflação subjacente caiu para 2,5% em julho em relação ao ano anterior, ante 2,6% em junho. O índice de julho iguala a mínima pós-pandemia atingida em janeiro e fevereiro, antes da guerra com o Irã.

Os preços básicos subiram 0,2% de junho para julho. Aumentos mensais em torno de 0,2% seriam suficientemente baixos ao longo do tempo para aproximar a inflação da meta de 2% do Fed, o banco central dos EUA.

“Os EUA ainda têm um problema de inflação, mas há sinais encorajadores de que as pressões sobre os preços fora dos postos de gasolina estão diminuindo”, disse Heather Long, economista-chefe da Navy Federal Credit Union.

Curtas

Vance apela à Ucrânia

A Ucrânia suspendeu os ataques com drones contra petroleiros que utilizam um porto russo no Mar Negro, após um pedido do vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, informou ontem o Financial Times. Os ataques estavam desestabilizando os mercados de petróleo e prejudicando empresas americanas.

Leavitt deixa Casa Branca

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, deixará o cargo no fim de agosto, anunciou ontem Donald Trump. O presidente disse que Leavitt fez um “trabalho fenomenal” e entendia sua decisão de passar mais tempo com os filhos pequenos, mas permaneceria como um “conselheira externa de alto nível”.

Mercado reflete ceticismo do investidor sobre ajuste fiscal

Ações e dólar começaram a se mover ao sabor das eleições, após meses em que as pesquisas não influenciaram na alta fulminante do índice Bovespa de 165,5 mil para mais de 190 mil pontos. A bolsa teve uma sequência de quedas nos últimos dias, que levou o índice para abaixo dos 170 mil pontos, após sinalizações importantes dos investidores externos de que querem guardar distância da volatilidade e das baixas chances de valorização típicas de períodos eleitorais no país.

Movimentos mais determinantes para os rumos da economia no curto prazo podem ocorrer, no entanto, nas cotações do dólar e nas taxas de juros futuras, que já sinalizam a desconfiança de que nenhum dos dois candidatos favoritos nas pesquisas até agora — o presidente Lula e o senador Flávio Bolsonaro — vá atacar de frente a crise fiscal em gestação.

A perspectiva de continuidade ou ruptura marca a dança dos ativos nos períodos eleitorais. No caso das ações, além da disputa nas urnas, há outros motivos que favorecem uma trégua nas valorizações que ocorreram na maior parte do ano. Até julho, a B3 teve valorização em reais de 9%, enquanto o dólar se desvalorizou em relação ao real em 8%. Esse movimento duplo, que favorece o aplicador externo, foi mais intenso nos primeiros meses do ano, levando ao ingresso líquido de divisas de R\$ 53,8 bilhões.

O cenário externo mudou com a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, em que a alta do petróleo disseminou inflação globalmente e colocou de prontidão os bancos centrais de todo o mundo. Ações tendem a se beneficiar da redução dos juros, mas a tendência provável agora é de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tenha de elevá-los até o fim do ano e, domesticamente, que o Banco Central brasileiro interrompa por algum tempo os cortes homeopáticos de 0,25 ponto percentual.

Isso limita ou pode até mesmo anular a perspectiva de ganho dos investidores externos em ações — responsáveis por 60% do volume negociado nos pregões —, com a possibilidade de eventual valorização do dólar ampliar perdas. Por isso, em agosto, cerca de R\$ 7 bilhões líquidos bateram em retirada da B3 até o dia 10, deixando ainda um saldo positivo perto de R\$ 30 bilhões.

Avaliações de bancos estrangeiros, como JP Morgan, que rebaixou para neutra a perspectiva das ações brasileiras e uma pesquisa mostrando uma margem muito grande de

favoritismo do presidente Lula que outros levantamentos não mostram, deram o sinal para a correção mais intensa das cotações na B3 e marcaram informalmente o início de influência direta das eleições no comportamento dos ativos. O aumento da volatilidade não significa necessariamente grandes baixas na B3, apenas que a relação entre risco e retorno se tornou desfavorável para o investidor externo se comparada à bonança do período anterior.

Já a variação do dólar tem efeitos imediatos e importantes na condução da política econômica. A valorização do real tem peso determinante no comportamento da inflação. Cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que desde o fim de 2024 até a metade de maio, o real se apreciou em 26% e isso contribuiu para uma redução de 1 ponto percentual no IPCA no período. Uma eventual reversão, com significativa desvalorização do real, traria mais problemas para o Banco Central além dos que ele já tem para reduzir uma inflação renitente, reforçada por estímulos do governo à demanda.

Por fatores domésticos não há forte probabilidade de grandes desvalorizações, como as que ocorreram no período que antecedeu a primeira vitória de Lula na disputa para presidente. Mesmo com o avanço recente do dólar, ontem em R\$ 5,17, sua cotação ainda é inferior aos R\$ 5,29 do dia 30 de novembro de 2022, após Lula ganhar o direito a seu terceiro mandato. E diferentemente de quando Lula assumiu pela primeira vez a Presidência, há reservas abundantes (US\$ 370 bilhões) e uma dívida interna quase toda em moeda local. As expectativas dos analistas no boletim Focus apontam estabilidade, com o dólar fechando o ano em R\$ 5,20.

Já os altos juros futuros, com taxas muito elevadas em toda a curva de vencimentos, contam uma história que vai além das eleições. O endividamento público sobe com rapidez, fruto da política do atual governo. Mesmo a proximidade do candidato da oposição, Flávio Bolsonaro, de Lula nas pesquisas eleitorais não criou um ambiente favorável que levasse à queda das taxas futuras. O governo que o filho de Bolsonaro emula, o de Jair Bolsonaro, deu escassa atenção às contas públicas.

Os juros altos precificam a desconfiança de que nem o presidente Lula nem seu rival se empenharão seriamente em mudar a rota do endividamento com um programa claro para enfrentar o problema fiscal. Se não houver a sinalização de que o necessário, amplo e urgente ajuste fiscal será feito, os ativos continuarão refletindo essa desconfiança.

GRUPOGLOBO

Conselho de Administração

Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghhaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.ori_edt

Editor-executivo de Opinião

José Roberto Campos

(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos

Catherine Vieira

(catherinevieira@valor.com.br)

Fernando Torres

(fernando.torres@valor.com.br)

Robinson Borges

(robinsonborges@valor.com.br)

Sergio Lamucci

(sergio.lamucci@valor.com.br)

Zinia Baeta

(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais

Brasília: Fernando Exman

(fernando.exman@valor.com.br)

Rio: Francisco Góes

(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo

Empresas: Mônica Scaramuzzo

(monica.scaramuzzo@valor.com.br)

Finanças: Talita Moreira

(talita.moreira@valor.com.br)

Adm

Agredócios: Patrick Cruz

(patrick.cruz@valor.com.br)

Brasil: Eduardo Belo

(eduardo.belo@valor.com.br)

Carreira: Stela Campos

(stela.campos@valor.com.br)

Cultura: Hilton Hida

(hiltonhida@valor.com.br)

Internacional: Roberto

Lameirinhas

(roberto.lameirinhas@valor.com.br)

Legislação & Tributos: Arthur

Carlos Rosa

(arthur.rosa@valor.com.br)

Política: Marcello Corrêa

(marcello.correa@valor.com.br)

Projetos Especiais:

Célia Rosenthal

(celiarosenthal@valor.com.br)

S.A.: Nelson Niero

(nelson.niero@valor.com.br)

Tendências & Tecnologia:

Cynthia Malta

(cynthiamalta@valor.com.br)

Valor Online: Paula Cleto

(paula.cleto@valor.com.br)

Valor PRO: Roberta Costa

(roberta.costa@valor.com.br)

Visual Multiplataformas:

Luciana Alencar

(luciana.alencar@valor.com.br)

Lu Aiko Otta

(lu.aiko@valor.com.br)

Marcos de Moura e Souza

(marcos.souza@valor.com.br)

Maria Cristina Fernandes

(mcristina.fernandes@valor.com.br)

Marli Olmos

(marliolmos@valor.com.br)

Correspondente

internacional

Assis Moreira (Genebra)

(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais

Cibelle Bouças (Belo Horizonte)

(cibelle.boucas@valor.com.br)

Marina Falcão (Recife)

(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data

Coordenador: William Volpato

(williamvolpato@valor.com.br)

Valor Investe

Editora: Daniele Camba

(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline

Editora: Maria Luíza Filgueiras

(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International

Editor: Samuel Rodrigues

(samuelrodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural

Editor-executivo:

Cassiano Ribeiro

(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO

Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico Rua Gerivati 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line

SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, RJ 0 xx 21 3521 1414, DF 0 xx 61 3717 3333

Legal SP 0 xx 3767 1323. Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico www.valor.com.br

Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

SP interior e litoral - MMardegan

Marcelo Mardegan.

Cel (19) 99251-7817

Ribeirão Preto - SP - F&Campos

Fernando Campos

e Valéria Campos

Cel (16) 99787-8159

/ (16) 99131-3667

MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos

Chetto. Cel

(71)99617-6800

ES/MG - Sat

Propaganda

Luiz Otavio. Cel

(31) 9994-6884

GO - Realize

Comunicação. Isleika

Leite e Alessandra

Marinho. Cel (62)

99972-8207 / (62)

99979-6190

PR - SEC Soluções

Estratégicas. Luiz

Carvalho e Mara Araújo.

Cel (41) 99974-7316 /

(41) 99533-5866

SC - Marcucci & Gondran Associados

Milton Marcucci. Cel

(48) 99982-0100 /

(48) 9999-2274 /

(48) 99982-2313

RS - HMR

Representações

Hermano Thaddeu.

Cel (51) 99987-3165

Revistas Setoriais

Financeiro e

Especias

Atendimento

nacional -

Transforme

Negócios

Maria de Assis

Silveira

Cel (11)

99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:

Call center: 0800 7018888. WhatsApp e Telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br

Para assinaturas corporativas: corporate@valor.com.br

Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: R\$ 2.098,80 ou R\$ 174,90 mensais

Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel.: 0800 7018888.

Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE

PRINT

OKO

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

Brasil demorou a tratar direção escolar como função estratégica. Por Filomena Silva Krauel

Liderança escolar importa e não se desenvolve por acaso

Poucos fatores influenciam tanto a aprendizagem dos estudantes quanto a liderança exercida pelos diretores escolares. A pesquisa educacional já demonstra isso há algum tempo. Ainda assim, o Brasil demorou a tratar a direção escolar como uma função estratégica, investindo pouco na seleção, no desenvolvimento e no apoio aos profissionais que ocupam esse cargo.

Convivemos até aqui com uma contradição. Espera-se que um diretor saiba desenvolver pessoas, liderar processos pedagógicos, interpretar indicadores, administrar recursos, mediar conflitos, dialogar com famílias e responder pelos resultados da escola. Mas poucas redes tratam essa função como uma carreira estratégica que exige preparação específica.

A ausência de critérios claros para selecionar e desenvolver diretores, somada aos desafios cotidianos da função — seja na relação com a Secretaria, com a equipe escolar, com os estudantes e com as famílias — acaba esvaziando o sentido da posição. Muitas redes ainda dependem mais da trajetória individual do que de uma política estruturada que conseguirá desenvolver competências de liderança ao longo da carreira.

Esse cenário começa a dar sinais de mudança. O recente lançamento, pelo Ministério da Educação, do Referencial para Qualidade e Equidade da Gestão Escolar contribui na tradução dessas evidências e pode inspirar políticas públicas. Ao reconhecer a gestão escolar como eixo estruturante da política educacional, o documento oferece parâmetros comuns para orientar a atuação dos diretores em todo o país.

Não se trata, contudo, de uma

iniciativa isolada. Em 2021, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, que buscava orientar a seleção, a formação e o desenvolvimento desses profissionais, mas que acabou não sendo homologada pelo MEC à época.

O Referencial em questão contribui para orientar princípios, competências, papéis e responsabilidades da direção escolar. Também explicita o papel das Secretarias de Educação na gestão escolar, aspecto fundamental para superar o que talvez seja um “elo perdido” da implementação. Sabemos que as políticas educacionais só chegam aos estudantes porque atravessam uma organização complexa chamada escola. E é justamente na direção escolar que essa tradução acontece.

É esperado que um documento dessa natureza desperte divergências. Alguns podem apontar falta de foco ou considerar que determinados aspectos foram privilegiados em detrimento de outros. É o caso, por exemplo, da ausência de referências sobre o papel da liderança na Educação Infantil, etapa que apresenta desafios específicos de gestão pedagógica e relação com as famílias e cujos efeitos sobre o desenvolvimento das crianças repercutem ao longo de toda a trajetória escolar e de vida.

Ainda assim, o mérito de reconhecer décadas de evidências sobre a importância do diretor escolar e de entender que é mais do que hora de repensar como essas pessoas são alçadas à posição merece ser valorizado.

Essa discussão ganha ainda mais relevância em um contexto de rápida transformação tecnológica. À medida que ferramentas de inteligência artificial assumem ta-

refas rotineiras de planejamento, organização e análise de informações, tornam-se ainda mais valiosas as competências essencialmente humanas da liderança: desenvolver pessoas, construir confiança, mobilizar equipes, tomar decisões em contextos complexos e manter a escola orientada para sua finalidade educativa.

O maior risco do novo Referencial é ser tratado como tantos outros documentos produzidos na educação brasileira: bem elaborado, amplamente divulgado e pouco incorporado às políticas concretas das redes de ensino.

As redes precisarão levar adiante essa conversa e olhar com mais atenção para os processos de seleção, acompanhamento e desenvolvimento desses profes-

sionais. O Referencial é um passo importante, mas não suficiente.

O próximo passo dessa agenda será apoiar as redes de ensino, sobretudo as municipais, na estruturação de trajetórias profissionais mais consistentes para seus diretores escolares. Isso significa ver a liderança escolar como uma trajetória que começa na seleção, passa pela avaliação e pelo desenvolvimento profissional e se conecta à progressão na carreira.

Nesse sentido, será necessário repensar como apoiamos os diretores escolares ao longo dessa trajetória profissional. Lideranças escolares não se desenvolvem em isolamento. Alguns países criam estruturas especializadas para apoiar gestores escolares. Na Inglaterra, diretores reco-

nhecidos por sua capacidade de melhorar escolas passaram a atuar como mentores de outros líderes (National Leaders of Education). Em Cingapura, com a experiência do chamado Cluster Superintendents, e na província canadense de Ontário, com os School Improvement Officers, observa-se a existência de profissionais altamente qualificados que compõem uma camada intermediária responsável por desenvolver lideranças escolares, apoiar o uso de evidências e acelerar processos de melhoria das escolas. O Brasil possui experiências semelhantes, como a supervisão de ensino em algumas redes, mas ainda explora pouco o potencial desses profissionais como mentores de lideranças.

Há, por fim, um desafio que não pode ser ignorado. Em um país com cerca de 140 mil escolas públicas, que reúnem 48 milhões de estudantes, a liderança escolar não pode ser tratada como uma agenda partidária circunstancial. Vale lembrar que, ao final do Ensino Médio, apenas 2% dos estudantes de menor nível socioeconômico alcançam aprendizagem adequada em Matemática e, entre os de maior nível socioeconômico, esse percentual é de apenas 6%. Esses números são suficientemente graves para que a profissionalização da direção escolar — fator de maior influência sobre a aprendizagem dos estudantes junto com a qualidade docente — seja compreendida como estratégica e suficientemente robusta para transcender matizes políticas.

O desafio brasileiro, portanto, já não deveria ser convencer que a liderança escolar importa. As evidências sobre isso estão consolidadas. O verdadeiro desafio é transformar esse conhecimento em prática cotidiana nas mais de cinco mil redes de ensino do país. Se o novo Referencial conseguir impulsionar esse movimento, terá cumprido um papel muito maior do que o de produzir um documento. Terá ajudado a consolidar uma ideia simples, mas ainda pouco incorporada às nossas políticas educacionais: escolas são organizações complexas, mas sua finalidade é inequívoca. Elas existem para garantir que crianças e estudantes aprendam. E isso exige excelentes lideranças.

Filomena Siqueira e Silva Krauel é doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/Eaes, com pós-doutorado pela USP/IEA Ribeirão Preto – Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, e diretora de Projetos na Fundação Bracell.

Industrializar o Nordeste? Será?

Jorge Arbache



A pergunta soa extravagante. Durante décadas, industrialização no Brasil foi sinônimo de Sudeste, sobretudo São Paulo. O Nordeste, que reúne 27% da população e 14% do PIB, permaneceu associado à pobreza e a menor produtividade, renda e densidade industrial. Mas a transição energética está alterando os fatores de localização da produção. Por que não o Nordeste, e por que não agora?

A resposta começa pela física e pela economia da energia. Petróleo, carvão e gás podem ser transportados aos centros industriais. A eletricidade renovável tem outra lógica: seu custo de uso depende do sol, do vento, da transmissão, do armazenamento e do capital. Em várias atividades, pode ser mais eficiente levar a produção à energia limpa e exportá-la incorporada em bens. Essa é a lógica do powershoring.

Essa mudança devolve à geografia papel central na localização da produção. Etapas intensivas em eletricidade e expostas ao comércio, como ferro de baixa emissão, alumínio, fertilizantes, química verde, combustíveis sus-

tentáveis e processamento mineral, tornam-se mais sensíveis à disponibilidade de energia limpa, competitiva e confiável. Não se trata de transferir setores inteiros, mas de reorganizar eles conforme custos, exigências ambientais e segurança de suprimento.

O Nordeste reúne ativos raros nessa geografia. Tem energia renovável abundante e competitiva, concentra a maior parte da capacidade eólica brasileira e parcela crescente da solar, possui potencial muito superior ao instalado e está integrado ao Sistema Interligado Nacional. Soma a isso portos e complexos industriais, universidades, centros urbanos, mão de obra e posição geográfica favorável.

Mas esse é apenas o ponto de partida. Energia abundante não é sinônimo de energia industrial firme e competitiva; tampouco investimento é sinônimo de desenvolvimento. Entre o recurso natural e cadeias sofisticadas há transmissão, logística, licenciamento, financiamento, certificação, contratos, acesso a mercados, fornecedores e trabalhadores qualificados. A vantagem comparativa precisa converter-se em competitividade e ser industrializada. Sem isso, a região poderá exportar energia ou insumos e importar atividades que concentram tecnologia, conhecimento e valor.

É nessa passagem do potencial à execução que ganha relevância o Fórum Interinstitucional de Powershoring, iniciativa do Consórcio do Nordeste, Banco do Brasil e Instituto Clima e Sociedade. Sua carta-compromisso busca mobilizar R\$ 77 bilhões entre 2026 e 2030. A ino-

vação não está em criar outra instância de diálogo, mas em priorizar estratégia de longo prazo e reduzir o custo de coordenação. Alinhar governos estaduais, empresas, financiadores, academia e sociedade civil pode diminuir incertezas, aumentar a previsibilidade, antecipar gargalos e encurtar o caminho até a decisão de investimento.

A ambição correta é tornar a região a principal fronteira do novo ciclo industrial brasileiro

Para isso, o Fórum será orientado a entregas: informação comparável, portfólio de oportunidades, remoção de obstáculos, coordenação de infraestruturas e soluções financeiras inovadoras. E tratará diferenças estaduais como complementaridades: um território oferece melhor recurso energético; outro, porto, base industrial, fornecedores ou formação técnica. Como plataforma integrada, o Nordeste ganha escala, reduz o risco percebido e amplia seu poder de negociação.

A reforma tributária favorece essa cooperação. Ao reduzir a guerra fiscal, tende a elevar o peso dos fundamentos da localização: energia, infraestrutura, logística, segurança jurídica e eficiência administrativa. A competição entre Estados não desaparecerá, mas poderá se deslocar de incentivos passageiros para ativos produtivos duradouros, terreno em que uma estratégia regional tem mais a ga-

nhar que nove estratégias estaduais desconectadas.

O objetivo, porém, não deve ser apenas instalar grandes plantas. Projetos-âncora precisam mobilizar engenharia, manutenção, automação, logística, serviços digitais, finanças e pesquisa; integrar pequenas e médias empresas; e formar trabalhadores. O teste não será o valor anunciado dos investimentos, mas as suas capacidades de elevar a produtividade e gerar valor, empregos, renda, conhecimento, tecnologia e conexões internacionais.

Há desafios. Nem toda grande carga produz o mesmo retorno econômico e social. Projetos intensivos em energia e água devem ser apoiados considerando o custo sistêmico de atendê-los: transmissão, firmeza, armazenamento, disponibilidade hídrica e impacto sobre tarifas e confiabilidade. Isso não é argumento contra setores, mas a favor de critérios transparentes que considerem empregos, encadeamentos locais, exportações, arrecadação e custo de oportunidade dos recursos. Energia competitiva e de qualidade é o principal ativo da região e precisa ser administrada com visão estratégica.

A janela de oportunidade não ficará aberta indefinidamente. Avanços tecnológicos podem reduzir diferenças de custos a médio prazo. A melhor proteção para o Nordeste é usar a vantagem atual para formar clusters industriais, atrair fornecedores e serviços técnicos, construir competências e relações comerciais. Recursos atraem os primeiros projetos; capacidades acumuladas, econo-

mias de aglomeração e confiança institucional atraem os seguintes.

Nada disso pressupõe escolher vencedores em gabinetes. A agenda deve ser pragmática: promover a região como solução para a descarbonização, identificar os elos em que a energia altera a competitividade; coordenar infraestruturas; formar mão de obra; negociar acesso a mercados; e vincular apoio público a aprendizagem, tecnologia e integração produtiva. O Estado não deve substituir o investidor; deve prover bens públicos e reduzir falhas de coordenação que bloqueiam o investimento.

O Nordeste será a nova São Paulo? Não, e nem precisa ser. A nova industrialização será mais distribuída, verde, digital e internacionalizada. A ambição correta é tornar a região a principal fronteira do novo ciclo industrial brasileiro, irradiando demanda por serviços, equipamentos e tecnologias e estimulando outros polos do país.

O Nordeste tem razões econômicas para transformar sustentabilidade em agenda de negócios e desenvolvimento. O resultado não será automático. Mas, se combinar visão estratégica, coordenação, critérios econômicos e construção persistente de capacidades, poderá deixar de ser apenas produtor de energia limpa para tornar-se produtor de valor, conhecimento e prosperidade e polo global de powershoring. A geografia abriu a oportunidade; a estratégia decidirá seu destino final.

Jorge Arbache é professor da Universidade de Brasília e da Fundação Dom Cabral e senior fellow do Instituto Clima e Sociedade.

País tem uma falha fundamental: a falta de uma rede de proteção social robusta. Por Carl Frey

A maior fraqueza da China em IA

No fim de abril, um tribunal chinês decidiu que uma empresa de inteligência artificial não poderia demitir legalmente um funcionário simplesmente porque sua função havia sido automatizada. Pouco depois, segundo relatos, as autoridades reguladoras chinesas suspenderam em todo o país a concessão de novas licenças para veículos autônomos, em resposta a uma suposta falha em massa de robotaxis em Wuhan, uma cidade onde os motoristas de táxi vinham há tempos pressionando as autoridades a desacelerar a implantação da tecnologia. Ao mesmo tempo, a imprensa estatal vinha criticando empresas que cogitavam demissões motivadas pela IA, sob o argumento de que elas têm de proteger seus funcionários.

Juntos, esses episódios sugerem que a China começa a pisar no freio na implementação de sua própria IA. Mas por que um Estado com tamanha capacidade de coerção e um forte desejo de dominar a fronteira tecnológica optaria pela contenção? Afinal, a China parecia ter uma vantagem estrutural na corrida pela IA. Um Estado autoritário pode funcionar como uma máquina de implementação, atropelando a resistência dos trabalhadores, reprimindo protestos e mantendo a engrenagem em movimento, enquanto as democracias liberais são máquinas de deliberação, obrigadas a levar em conta eleições, sindicatos, direitos de manifestação e outras restrições institucionais.

Mas a China tem uma fraqueza fundamental: a falta de uma rede de proteção social robusta. É verdade que os elevados gastos sociais do Ocidente — com seguro-desemprego, saúde pública e programas de requalificação profissional — costumam ser apresentados como um freio à inovação, pois exigem a tributação dos que ganham mais e a transferência de riqueza de setores produtivos para aqueles que dependem desses benefícios. Mas o registro histórico mostra que a proteção social pode acelerar a adoção de novas tecnologias. Quando um Estado consegue garantir de forma confiável que a perda de em-



A corrida entre EUA e China não envolve só chips, mas também capacidade institucional. A China precisa construir o Estado de bem-estar social que há muito tempo evitou construir diante de desaceleração do crescimento e deterioração das condições demográficas

prego não significará a miséria, os trabalhadores e seus representantes tendem a aceitar mais facilmente as mudanças tecnológicas.

É claro que muitos países optaram pela repressão, abrindo caminho para as máquinas à força. O Reino Unido usou o Exército contra os luditas em 1812 e transformou a destruição de máquinas em crime punível com a pena de morte. A industrialização da Coreia do Sul e de Taiwan também dependeu, em parte, da repressão aos sindicatos independentes. Mas a repressão é mais fácil de sustentar quando vem acompanhada de uma promessa crível de progresso. Coreia do Sul e Taiwan conseguiram reprimir os trabalhadores porque também ofereciam empregos nas fábricas, urbanização e melhora do padrão de vida. Pedia-se aos trabalhadores que aceitassem salários baixos no presente em troca de uma vida melhor no futuro.

A substituição dos trabalhadores pela IA não permite esse tipo de acordo na China. Ela está chegando aos escritórios, aos serviços e às plataformas digitais, ameaçando tanto jovens com boa formação quanto trabalhadores das fábricas, justamente quando a promessa chinesa de oportunidades cada vez maiores está ficando mais difícil de cumprir. O crescimento da

China está desacelerando, o acesso à casa própria deixou de ser uma escada para a ascensão social de muitos jovens, e a insegurança em relação ao trabalho reflete-se em altas taxas de poupança preventiva e na nostalgia dos anos de expansão econômica.

As autoridades chinesas parecem reconhecer o problema. Mas, mesmo que compreendam que o deslocamento causado pela tecnologia exige uma gestão política, a ausência de uma rede de proteção institucional robusta limita suas opções. Os gastos públicos com assistência social representam apenas cerca de 10% do PIB, menos da metade da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Centenas de milhões de migrantes internos continuam em desvantagem devido ao sistema “hukou”, e as famílias chinesas ainda arcam diretamente com uma parcela significativa dos custos de saúde.

Como mostrou o economista Barry Naughton, a China construiu boa parte da estrutura necessária para um sistema universal de proteção social, mas os mecanismos de transferência de renda continuam modestos, limitados pela divisão entre áreas urbanas e rurais e pelo envelhecimento demográfico. Seu seguro-desemprego foi concebido para lidar com oscilações cíclicas, e não com o desemprego estrutural, e apenas uma parcela relativamente pequena dos que estão sem trabalho recebe benefícios. A necessidade política de curto prazo de evitar rupturas poderá privar a sociedade chinesa dos benefícios de longo prazo proporcionados pelas tecnologias mais recentes.

Longe de dificultar a adoção de novas tecnologias, o Estado do bem-estar social pode ser um complemento essencial a ela. O Ocidente, porém, corre o risco de desperdiçar essa vantagem. Nos EUA, o seguro-desemprego está alcançando uma parcela cada vez menor dos desempregados justamente quando a IA começa a afetar o mercado de trabalho.

É claro que algumas formas de proteção social criam seus próprios desafios. Em muitas partes da Europa, há o risco de a implementação da IA ser retardada por

regras que protegem empregos específicos, em vez de proteger os trabalhadores durante as transições. Quando a SAP reestruturou suas operações em torno da IA em 2024, eliminando cerca de 8.000 empregos, ela teve que reservar € 2,2 bilhões de euros (US\$ 2 bilhões) para programas de demissão voluntária e aposentadoria antecipada — o equivalente, segundo uma estimativa, a mais de três anos de salário por trabalhador afetado na Europa.

O modelo dinamarguês de “flexisegurança” é o que mais se aproxima do equilíbrio ideal: proteções mais frágeis ao emprego são compensadas por generosos benefícios de desemprego e políticas ativas de mercado de trabalho, incluindo programas de requalificação e recolocação profissional. As empresas podem adotar a IA com segurança, sabendo que os trabalhadores estão protegidos e que o sistema político e econômico como um todo conseguirá absorver a mudança.

A corrida entre os EUA e a China não envolve apenas chips, capacidade computacional e parâmetros de modelos, mas também capacidade institucional. A China precisa agora construir o Estado de bem-estar social que há muito tempo evitou construir — justamente num momento de desaceleração do crescimento e deterioração das condições demográficas. EUA e Europa partem de uma posição melhor, mas ainda têm um longo caminho a percorrer na modernização de seus sistemas de proteção social e eliminar pontos de veto antes que o deslocamento de trabalhadores se torne politicamente incontrolável.

A repressão é o recurso a que os Estados recorrem quando não têm outra alternativa. A revolução da IA não será vencida pelo país mais disposto a tirar trabalhadores do caminho à força, e sim por aquele que conseguir deixá-los seguros o suficiente para permitir a entrada das máquinas.

Carl Benedikt Frey é professor associado de IA e Trabalho no Oxford Internet Institute e diretor do Programa sobre o Futuro do Trabalho na Oxford Martin School. Copyright: Project Syndicate, 2026. www.project-syndicate.org

Frase do dia

“Fica pior porque duas das quatro empresas são de propriedade brasileira e estão envolvidas até o pescoço com os chineses”.

Peter Navarro, conselheiro da Casa Branca, ao denunciar cartel da carne

Cartas de Leitores

Crescimento

O terceiro mandato do presidente Lula será marcado no âmbito fiscal pelo aumento da carga tributária e pelo aumento também da despesa — é o conceito do “tax and spend”. Porém, após longo período de impulso fiscal, para-fiscal e creditício, este modelo não se sustentará em um possível Lula 4, especialmente porque o Brasil está vivendo uma desaceleração cíclica da atividade econômica. Estamos começando a ver evidências mais contundentes de que o cenário não será de Produto Interno Bruto (PIB) crescendo em torno de 2%, como o Boletim Focus esperava em meados do final do ano passado.

Evidências estão centradas no balanço das famílias, o mercado de trabalho está arrefecendo em termos de vagas de emprego e renda média, isso em um cenário de alta alavancagem de dívida. No ambiente corporativo, as empresas estão vendo a geração de caixa ser consumida com juros e o investimento reduziu. Essa combinação provocará um arrefecimento mais contundente da atividade.

Então qual seria a probabilidade de de uma recessão no Brasil em 2027? Ainda é baixa, mas comparado ao início deste ano, essa probabilidade aumentou. Ainda há tempo de uma mudança de rota que deve começar pelo governo.

Guilherme M. Stipp
economia.guilherme@outlook.com

A escapada de Trump

A mirabolante história (está mais para “estória”) da troca de aeronave do presidente Donald Trump, supostamente motivada pela suspeita do Serviço Secreto norte-americano de um possível atentado planejado pelo Irã, acabou servindo mesmo para transformar jornalistas e tripulantes em verdadeiros “bois de piranha”. A suspeita, porém, ficou apenas na suspeição. Felizmente, nada aconteceu. Trump teria sido transferido de uma aeronave para outra de maneira inusitada: dentro de um caminhão de serviço de bordo (catering). Uma operação cercada de sigilo, mas que, no fim, produziu mais especulação do que fatos concretos. No episódio, sobrou mais espetáculo do que ameaça e, como sempre, muita gente disposta a acreditar na versão mais mirabolante.

Marcus Aurelio de Carvalho
santistax2@gmail.com

Sucessão de Lula

Lula ainda nem saiu de cena e a militância já está brigando para decidir quem ocupará seu lugar. Lula passou décadas como protagonista absoluto do PT. Egolatra, não parece ter permitido que ninguém crescesse a ponto de ameaçar sua estatura política. Os que poderiam fazer sombra foram mantidos à distância — e, quando tentou fabricar uma sucessora, deu no que deu. Talvez esse seja o verdadeiro legado de Lula: um partido que teve tempo de sobra para formar líderes, mas acabou formando, sobretudo, dependentes de sua liderança.

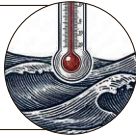
Luciana Lins
lucianavins@gmail.com

Correspondências para Rua Gerativita 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Clima João Paulo Capobianco, ministro do Meio Ambiente, detalha ações de combate a incêndios

‘Estamos mais bem preparados do que em 2023 e 2024’

El Niño



Daniela Chiaretti
De São Paulo

“Estamos muito mais bem preparados do que estávamos em 2023 e 2024. Ali tivemos que nos organizar durante a crise. Foi terrível”, reconhece João Paulo Capobianco, ministro do Meio Ambiente e Mudança Climática, ao mencionar o El Niño que está a caminho e pode ser muito forte. “Mas a dimensão do problema é muito grande”.

Capobianco, que assumiu a pasta em março, lembra que o governo vem preparando o país para a crise climática há algum tempo, com várias ações. “Mas adaptação à crise do clima não pode ser encarada apenas como uma despesa pública”, defende, cobrando mais envolvimento do setor privado. “O ponto é que adaptação ainda não é vista como investimento”. Cita oportunidades de empreender em obras de infraestrutura, na adaptação de cidades, na recuperação de áreas verdes, na reforma de edifícios. “É uma frente que pode gerar muita atividade econômica”.

A atribuição do MMA durante o El Niño é no combate e na prevenção de incêndios e na ajuda a comunidades isoladas na Amazônia. Na entrevista ao **Valor**, Capobianco detalha ações e novos desafios:

Valor: *O senhor tem dito que adaptação à crise do clima não pode ser encarada apenas como uma despesa pública. Pode explicar?*

Capobianco: Essa é uma questão central. Adaptação sempre foi um dos pilares menos desenvolvidos da Convenção do Clima comparado ao da mitigação, que é reduzir emissões, e aos meios de implementação, que são recursos, tecnologia e cooperação internacional. Adaptar é preparar as sociedades humanas para a realidade da mudança do clima. A adaptação ficou relegada a segundo plano porque a prioridade dos países desenvolvidos é reduzir emissões, o que é importante. Ficando em segundo plano, recebeu menos recursos, menos decisões para implementar e menos investimento no desenvolvimento de tecnologias. Isso mudou nas últimas Cops.

Valor: *E qual é o problema?*

Capobianco: A questão é que adaptação só tem sido percebida pelo setor econômico e pela sociedade como uma ação de governo. Claro que é verdade: o governo tem que agir, tem que ter política pública. Mas adaptação ainda não é vista como investimento.

Valor: *Mas é investimento?*

Capobianco: Sim. Gera oportunidades de empreender em obras de infraestrutura, na adaptação de cidades, no aumento de resiliência, na recuperação de áreas verdes, na reforma de edifícios. É uma frente que pode gerar muita atividade econômica.

O governo tem financiamento para isso, como o PAC Drenagem e Contenção de Encostas (investimentos de R\$ 18,6 bilhões, sendo R\$ 14,9 bilhões em drenagem urbana e R\$ 3,7 bilhões em contenção de encostas), duas vertentes do Programa de Aceleração do Crescimento destinadas a infraestrutura para contenção de encostas em áreas críticas e drenagem em regiões suscetíveis a alagamentos. O governo tem investido muitos recursos, mas ali só tem recursos. Precisa ter agentes econômicos. E tem o Plano Clima que acabou

de ser aprovado. São oito setores da economia com medidas para reduzir emissões, com metas e trajetórias para transporte, energia, agricultura, cidades. E existem 16 setores para adaptação, com medidas propostas para cada um. É o que deveria ser feito para que a sociedade brasileira urbana ou não urbana esteja mais adaptada.

Valor: *Como uma cidade como São Paulo se adapta?*

Capobianco: Este é o desafio. Existe o Programa Cidades Verdes e Resilientes que busca adotar soluções baseadas na natureza —proteger rios deixando áreas para captação de água e assim reduzir riscos de enchentes, ampliação de áreas verdes, arborização em zonas que tem poucas árvores. São ações que o Plano Clima indica. Um dos capítulos é o Adapta Cidades. Tem que se conseguir mobilizar o setor privado para que, junto com o poder público, entre forte na adaptação. É preciso planejamento, definir quais são as ações prioritárias, quais são as regiões críticas da cidade por tipo de risco climático —deslizamento, inundação, ondas de calor. O Adapta Cidades oferece condições financeiras e técnicas para municípios construírem seus planos. Hoje são quase 600 neste esforço, em todos os Estados. Não é muito diante dos mais de 5.500 municípios brasileiros, mas é um universo onde vivem 56 milhões de pessoas.

Valor: *O Brasil está preparado para um El Niño como o que se espera para este ano?*

Capobianco: É preciso destacar dois movimentos diferentes. Uma coisa são as ações que o governo vem implementando em várias áreas, com investimentos de bilhões de reais e que acontecem há um bom tempo —oferta de água na região semiárida, com transposição (do rio São Francisco), cisternas, adutoras. Isso é um plano de longo prazo, não começou em função deste El Niño. A elevação de pontes é outro exemplo. Os dados do histórico de chuvas são antigos, é preciso incorporar novos cenários climáticos e novas tendências. São ações permanentes que começaram faz tempo. E aí temos a situação do El Niño.

Valor: *O que vocês esperam?*

Capobianco: O MMA já está trabalhando desde novembro. Porque enfrentamos, em 2024, uma situação dramática, que começou em 2023 e não estava no horizonte. Não tínhamos planejamento ou avaliação de cenários de risco de incêndios decorrentes de seca. Em 2024 começamos a melhorar a eficiência, mas muito em cima do já acontecido.

A partir daí começamos a ter reuniões cíclicas com meteorologistas e especialistas em cenários climáticos para monitorar seca e fogo, que são, para o MMA, o principal enfrentamento. Prevenção e combate a incêndios são ações essenciais do MMA. No final de 2025 começamos a ter os primeiros sinais de risco de El Niño. Passamos a ter reuniões mensais, que agora são quinzenais, para conhecer as tendências.

O Brasil é um país continental. Os municípios não entram em risco de incêndio todos ao mesmo tempo. Em fevereiro editamos uma portaria do MMA que indica o risco climático para os municípios ao longo do tempo. Isso permite tomar ações preventivas conforme a dinâmica no tempo e espaço. É um elemento para alertar a sociedade e os gestores públicos de quando aquele município entrará em zona de risco.



Capobianco: “Adaptação é percebida pelo setor privado como uma ação de governo mas é uma frente de oportunidades”

Ao mesmo tempo, foi instalada a sala de situação, em abril, com 24 ministérios e coordenação da Casa Civil. Estão ali os ministérios centrais — Saúde, Energia, Meio Ambiente, Defesa, Agricultura, Transportes. Discutimos cenários e ações, avaliamos se os ministérios estão preparados. E conseguimos, em 2024, aprovar a Lei do Manejo Integrado do Fogo, que estava parada no Congresso. Essa lei muda completamente o tratamento da questão dos incêndios no Brasil porque distribui a responsabilidade entre União, Estados e municípios, mas também com proprietários privados que possuem extensas áreas. Até então não tinham a obrigação de ter brigadas de prevenção a incêndios, como tem um prédio em uma cidade. Agora as propriedades rurais têm que ter planos de prevenção, evacuação e equipamentos. Porque não é possível que o governo federal atue sozinho num país de dimensão continental quando o fogo ocorre disperso no território. Uma queimada que se pega no início é relativamente fácil de controlar. Uma queimada que virou um incêndio exige um esforço brutal. Em 2020 o Pantanal foi dizimado pelos incêndios. Em 2024 tivemos a oportunidade de fazer uma parceria com o Mato Grosso do Sul. Foi ali que inauguramos uma sala de situação para incêndios. Não tínhamos isso. Embora a área de incêndio tenha sido muito grande, conseguimos minimizar os danos.

Valor: *Como funciona?*

Capobianco: Cruzam-se vários indicadores: chuva, seca, vento e os cientistas criam o que os cientistas chamam de risco de fogo. E então se monitoram os focos de calor. Em 2024, os incêndios começaram muito antes, em abril, porque a seca foi muito forte. Então, teríamos tido em 2024 uma catástrofe muito superior a 2020 e conseguimos reverter, mesmo com o impacto brutal que tivemos no início.

Valor: *Como?*

Capobianco: Tivemos uma ação integrada. As Forças Armadas montaram acampamentos de frente de controle de incêndio, junto com o Ibama e Corpo de Bombeiros. Foi um desastre o que aconteceu, mas conseguimos reverter algo que teria sido muito mais grave.

Valor: *E agora, para quais áreas vocês olham?*

Capobianco: As regiões críticas do Brasil para incêndios: a região norte, nordeste e parte da centro-oeste incluindo o Pantanal. A Amazônia do Equador para baixo — a região do Xingu, o Sul do Pará, o Maranhão. Isso está mapeado pelo histórico de tendências de incêndio. Outro mapeamento importante, principalmente no Pantanal, é a disponibilidade de massa seca, como capim, que é muito inflamável. Para isso fazemos a quei-

“Não é possível que o governo federal atue sozinho num país de dimensão continental”

ma prescrita, que é controlada feita antes do período seco. Este ano foram mais de 200 mil hectares de queima prescrita. Assim, quando o fogo chegar, não encontrará este material. A novidade do incêndio no Brasil é na floresta.

Valor: *Como, novidade?*

Capobianco: Porque o clima mudou. A Amazônia é uma floresta tropical úmida e tal qual a Mata Atlântica não pegava fogo, a umidade não permitia.. Mas agora, com a mudança do clima, a floresta tem ficado cada vez mais seca. Hoje incêndios em larga escala viraram algo factível na Amazônia e na Mata Atlântica.

Valor: *Como vocês se preparam?*

Capobianco: O trabalho é feito no entorno. O combate dentro da floresta, muito mais difícil de se operar, é feito por aeronaves. Hoje temos 37 aeronaves, 4.400 brigadistas, 27 veículos especiais.

Outra atribuição do MMA é a proteção a comunidades que ficam isoladas, principalmente na Amazônia. Ficam sem acesso a água, comida, transporte e nós apoiamos com cestas básicas, reservatórios de água. Também atuamos no resgate de fauna e proteção à biodiversidade. E no monitoramento da qualidade do ar. A situação na Amazônia se agravou de tal maneira com as fumaças dos incêndios que tivemos que instalar estações para medir a qualidade do ar nas principais cidades.

Valor: *E o El Niño?*

Capobianco: O El Niño é um fenômeno que se repete e sempre ocorreu. Agora ocorre em um cenário pior, com elevação da temperatura média global. Essa sinergia o torna mais impactante. Existem as ações permanentes do governo, como o sistema de cisternas para ajudar a combater o déficit hídrico no Nordeste —mas hoje, as cisternas estão sendo levadas para a Amazônia. É incrível. Quem poderia imaginar que na Amazônia, o território das águas, populações poderiam correr o risco de ficar sem água? Outra questão é solicitar aos Estados que proíbam o uso do fogo, que não é proibido no Brasil e é uma questão cultural. Mas nesse período precisa proibir. Um fogo pequeno pode virar um incêndio descontrolado.

Valor: *O Brasil está preparado para o El Niño?*

Capobianco: Estaríamos 100% preparados se toda a sociedade, todo o proprietário rural, estivesse mobilizado e agindo junto com o poder público. Não temos como deslocar bombeiros e brigadas na velocidade em que esses incêndios ocorrem em um país de dimensão continental. Por isso a prevenção é o caminho. Eu diria que estamos muito mais bem preparados do que estivemos em 2023 e 2024. Ali tivemos que nos preparar durante a crise. Foi terrível. Mas a dimensão do problema é muito grande.

Veículos

Chineses mudaram o ritmo de decisões do setor, avalia Zola, presidente na região da Stellantis **B5**



Valor B

Quinta-feira, 13 de agosto de 2026

Ines 249

Turismo

Comando da CVC descarta nova captação e fala em renegociar dívidas **B4**

Celulose

Suzano acredita em retomada da demanda neste segundo semestre **B7**

Agronegócio

Margens menores no campo reduzem ganhos da Kepler Weber **B8**

Empresas

Alimento Mais de um quarto das vendas já acontece com ofertas; desconto médio chega a 20%

Promoções crescem e duram mais tempo, mas não destravam receitas no varejo

Adriana Mattos

De São Paulo

Supermercados de todos os formatos e atacarejos têm vendido uma menor quantidade de itens neste ano e o faturamento nominal passou a vir do repasse da inflação de preços, combinado a um maior esforço promocional para tentar destravar a receita.

Esse ajuste fino por parte das empresas, no entanto, não tem se convertido em ganho incremental significativo de faturamento. Num ambiente macroeconômico difícil, com aumento do endividamento das famílias, as redes reagiram e passaram a ampliar a intensidade promocional em relação ao ano passado, segundo levantamento concedido ao **Valor** pela empresa Scanntech, fornecedora de dados e serviços ao varejo, com base em informações coletadas dos caixas de lojistas.

O ponto central é que várias pressões decorrentes dessa estratégia focada em descontos têm afetado o mercado simultaneamente.

De forma conjunta, aumentou a fatia das vendas totais com algum tipo de desconto ou oferta, assim como cresceram a vigência média das promoções e o tamanho dos descontos sobre os produtos. “O brasileiro gosta muito de promoção, mas não é apenas isso que explica esse aumento”, afirmou Priscila Ariani, diretora de marketing da Scanntech.

“Houve uma necessidade de montar ações coordenadas frente a um cenário de perdas consecutivas em volumes pelas redes. Estamos há oito trimestres seguidos com recuo em volume vendido, segundo nossas pesquisas, e o maior esforço promocional não tem se convertido em mais vendas incrementais”, disse.

De acordo com a pesquisa, na média geral de todos os canais (atacados, supermercados e hipermercados), o peso promocional alcançou índice de 25,8% das vendas em julho, subindo 1,4 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2025. Portanto, mais de um quarto da venda já ocorre com algum tipo de incentivo comercial das lojas.

O indicador mede a fatia das vendas totais com algum tipo de desconto ou oferta no comércio. A Scanntech tem em sua base de dados cerca de 450 das 500 maiores redes varejistas do Brasil, processando dados reais de vendas diretamente dos caixas.

No atacarejo, o indicador atingiu quase um terço (31,6%) das vendas em julho, um crescimento de 1,7 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Trata-se do maior índice entre os canais analisados. No acumulado de janeiro a julho, o indicador foi a 30,7% no atacarejo, alta de 2,7 pontos em relação ao mesmo intervalo de 2025. O dado merece destaque principalmente porque o atacarejo se expandiu no país como sendo, em sua origem, formado por uma estrutura de baixo custo — logo, já com preços finais agressivos, 5% a 10% mais baratos que os supermercados, e com menos promoções.

Mas a pressão da forte concorrência entre as redes varejistas no país e a necessidade de fazer a venda acontecer nos últimos tempos acabaram levando o canal a entrar na disputa por preços no dia a dia.

“O atacarejo se expandiu muito aceleradamente no país na última década e precisou se adequar a estratégia de precificação ‘high low’, a mais popular no varejo brasileiro [combina preços regulares mais altos com descontos e promoções frequentes]”, disse Ariani.

Paralelo a isso, o estudo ainda mostra que, em termos de vigência média das promoções, esse prazo cresceu 2,7% em julho frente ao ano anterior, para 5,6 dias entre todos os canais de venda.

Quem ficou acima dessa média foram atacarejos e os supermercados com mais de dez caixas — com 6,2 dias e 5,9 dias de ações com descontos em julho, respectivamente, alta de 3,8% e 2,8% frente a 2025.

Os supermercados pequenos, como os minimercadinhos, que contam com a venda de reposição ou compra de última hora, tiveram ofertas mais curtas. As lojas com um a quatro caixas registraram prazo médio de ativação das promoções de 4,3 dias em julho, abaixo da média geral.

Um dos destaques do levantamento é como o prazo médio das promoções se estende nas grandes cadeias, que têm como foco central da estratégia a compra de abastecimento dos lares, e vivem um forte ambiente concorrencial no país.

Com base nos dados do acumulado do ano até julho, no atacado e nos supermercados com mais de 10 caixas, o prazo médio das ofertas chega a quase 6 dias, e nas lojas com até quatro caixas, isso atingiu 4 dias, uma diferença de 50%.

Já em relação ao tamanho dos descontos, esse número ficou em média em 20,4% no mês, uma alta de 0,8 ponto percentual em julho em relação ao ano anterior.

De janeiro a julho de 2026 em comparação a 2025, também houve aumento nos descontos nos preços em todos os canais de venda pesquisados.

Por exemplo, no atacarejo houve uma redução média de 19,4% no preço, expansão de 1,4 ponto frente a 2025, e nos supermercados com 5 a 9 caixas, isso ficou em 21%, aumento de 0,9 ponto.

A redução menos agressiva no acumulado do ano ocorreu nas lojas de vizinhança, que tendem a ter a vantagem de atender a compra de urgência. Houve desconto médio de 20,6%, avanço de apenas 0,5 ponto frente a 2025.

“Neste caso, essas lojas têm um mix de produtos e de marcas mais limitado e não entram tanto em guerra de preços”, diz Ariani.

Desde o aumento do endividamento da população e a perda do poder de compra das famílias, após 2024, o varejo alimentar vem sentindo recuo no volume de vendas.

Ao mesmo tempo, houve retomada na inflação de certos produtos, reflexo do aumento de custos, como transportes. Esse fator novo de pressão sobre a política comercial das cadeias teve relação com os efeitos dos conflitos no Oriente Médio, que encareceram frete e pesaram na logística de alimentos, especialmente commodities.

Na rede Assaí, a inflação de alimentos voltou a pressionar o balanço do segundo trimestre, principalmente em abril e maio, ainda que com acomodação em junho. “No trimestre, o movimento de ‘trade down’ [troca pelos clientes de marcas mais caras por mais baratas] seguiu funcionando como um mecanismo de mitigação par-

Promoções invadem lojas

Canais de vendas reagem ao recuo no volume comercializado

Modelo de loja	Fatia da venda com alguma promoção nas lojas (em %)	Crescimento da fatia promocional no total (em p.p.)	Vigência média das promoções	Aumento no prazo da vigência média das promoções (em %)
Supermercados	Julho/26	Julho/26 X julho/25	Julho/26	Julho/26 X julho/25
De um a quatro caixas	13,4	1,6	4,3 dias	2,6
De cinco a nove caixas	20,2	1,4	5 dias	1
Com mais de dez caixas	24,9	1,1	5,9 dias	2,8
Atacarejo	31,6	1,7	6,2 dias	3,8

1,4% foi a queda no volume vendido nos supermercados no acumulado de janeiro a julho frente a 2025, mesmo com mais ofertas

Fonte: Scanntech



Redes tiveram de montar ações coordenadas frente ao cenário de perdas consecutivas em volume, diz Priscila Ariani

cial da inflação para os consumidores, o que afetou o ticket médio”, disse Belmiro Gomes, CEO do Assaí, em teleconferência de resultados na semana passada.

A receita líquida do Assaí cresceu apenas 0,7% de janeiro a junho frente ao ano passado. No GPA, dono das redes GPA, Extra Mercado, Minuto Pão de Açúcar e Mini Extra, a receita caiu 9% no mesmo período. A rede está em recuperação extrajudicial.

A receita líquida do grupo Cencosud, dono de redes como Bretas e Prezunic, recuou 14% no primeiro trimestre e 18% no segundo trimestre frente a 2025.

“No Brasil, o cenário macroeconômico permanece complexo, ainda marcado por taxas de juros elevadas que pressionam o poder de compra das famílias, resultando na manutenção de volumes negativos no mercado”, disse o grupo francês Carrefour em seu relatório de resultado global do semestre. As vendas líquidas da empresa francesa no país caíram 1,6% no

primeiro semestre sobre 2025.

Números da Scanntech mostram com mais detalhes esse cenário dos volumes de venda no país citado pelo Carrefour. Segundo a empresa de pesquisas, de janeiro a julho, o faturamento em “mesmas lojas” (pontos em operação há mais de 12 meses) cresceu 2,2% no Brasil, impulsionado pela alta do preço médio (3,7%), mas parcialmente contido pela queda em unidades vendidas (recuo de 1,4%).

No acumulado de 2026, até julho, ao se considerar lojas novas e antigas, o crescimento nas vendas foi de 4,7%, apenas levemente superior à inflação medida pelo IPCA-15, que alcançou 4,52% no período.

Pelos dados, todos os formatos de supermercados avançaram em faturamento de janeiro a julho, entre 3% e 4% frente a um ano atrás, a depender do tamanho da loja, porém abaixo da inflação — reflexo dos aumentos de preços que melhoraram a receita nominal.

Mas o atacarejo ficou praticamente estável no acumulado no ano (recuo de 0,1%), com o pior desempenho em termos de faturamento entre os canais. O segmento já é dono de 30% a 40% da venda total de alimentos do país.

Em relação às unidades comercializadas, o volume recuou em todos os tipos de lojas, com quedas entre 0,6% a 2,4% de janeiro a julho frente a 2025. Esse é um dos principais desafios do setor: tentar virar essa curva para um nível positivo novamente,

após dois anos no negativo.

Entre as medidas tomadas para tentar conviver esse quadro, há ações financeiras e comerciais.

O comando do Carrefour, dono do Atacadão, afirmou no balanço do segundo trimestre que vem buscando “ações direcionadas para acelerar seu dinamismo comercial e adaptar a sua oferta”. Entre as medidas, cita a ampliação da marca própria Bulnez, mais barata que as marcas tradicionais, e um novo programa de fidelidade.

Na visão de Ariani, parte das iniciativas das redes passa não só por revisão de despesas e busca de eficiências, mas por espelhar novos modelos de consumo.

Estudo feito em parceria entre Google, McKinsey e Scanntech, obtido pelo **Valor**, identifica mudanças de comportamento que transformaram-se em tendências, como aumento na demanda de produtos mais saudáveis, e outras identificadas de forma mais recente.

Entre elas está o topo da pirâmide aumentando o consumo, ou explorando novos tipos de produtos ou categorias — a chamada “premiunização” —, enquanto a base da pirâmide, mais endividada, perde poder de compra e aumenta o “trade down”, passando a comprar marcas mais populares. Em parte da literatura econômica, esse movimento leva o nome de “efeito K”, por conta de os vetores da letra, em sinais opostos, representarem as classes de renda alta e baixa.

Leia mais sobre alimentos na Pág. B3

Meli quer oferecer entrega a mercados

De São Paulo

O Mercado Livre, maior plataforma de comércio eletrônico da América Latina, tem contatado lojistas para oferecer um diferente tipo de serviço de entrega direta de produtos de varejistas para clientes, sem passar por seus centros de distribuição. O modelo já está em estudo junto a parceiros de redes de supermercados e, segundo uma fonte, pode começar a ser testado neste ano no país.

No caso dos produtos alimentares, há mercadorias que não são estocadas no sistema “fulfillment” do grupo (que faz todo o serviço logístico, do armazenamento nos centros até a entrega) porque são itens frescos, que não podem ser estocados. E também porque há varejistas que preferem não entrar no modelo “fulfillment”, que funciona nos centros de distribuição, e preferem manter as mercadorias apenas nas próprias lojas.

Pensando nisso, o Mercado Livre passou a prospectar um sistema de retirada dos itens no varejista e envio direto, no mesmo dia, para o consumidor, via corrida do moto-boy próprio, diz uma fonte. Neste momento, o que a plataforma oferece é a venda programada de produtos de indústrias por meio de parceiros. O Pão de Açúcar, que anunciou parceria em 2021, não vende mais no Mercado Livre.

O mercado brasileiro de entregas vive uma forte disputa entre os principais grupos com a acelerada expansão das plataformas on-line, como 99Food e Rappi, que têm avançado sobre esse tipo de prestação de serviço de “last mile”, a chamada última milha. Essas empresas já atuam nesse segmento de entrega de produtos de supermercado, inclusive em modo “turbo” (em menos de uma hora), e a ideia do Mercado Livre seria avançar sobre essa fatia do segmento aproveitando de sua estrutura logística.

O segmento de varejo alimentar é um dos mais concorridos e difíceis em termos de competição no on-line pelos altos custos operacionais, e o Mercado Livre vem buscando há anos iniciativas que tornem a plataforma mais competitiva nesse segmento.

Procurado, o Mercado Livre confirma que está constantemente explorando inovações em logística e alternativas. Sobre detalhes de projetos em avaliação, informa que não comenta publicamente até que estejam consolidados. “Seguimos comprometidos em oferecer conveniência, agilidade e eficiência dentro do nosso portfólio atual e futuro”, disse. **(AM)**

Modelo já está em estudo e pode começar a ser testado no país ainda neste ano

Tendência

Relatório do McKinsey Global Institute mostra avanço acelerado da demanda por competências relacionadas à tecnologia

IA tem potencial de automatizar 56% das horas de trabalho no país

Stela Campos
De São Paulo

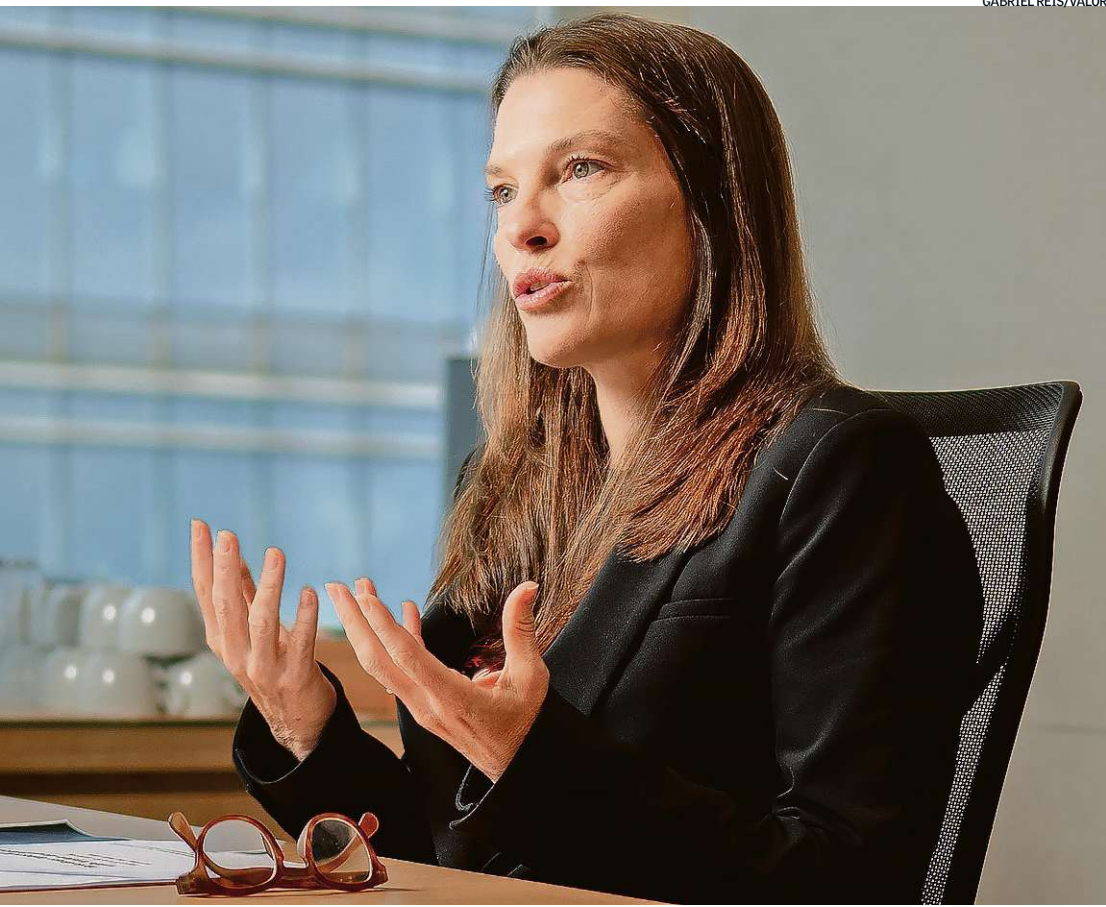
O uso de inteligência artificial, agentes de IA e robôs teria o potencial de automatizar 56% das horas de trabalho no Brasil e 57% na América Latina. Embora esses percentuais estejam próximos aos observados em economias mais avançadas, a região concentra uma parcela maior de atividades que exigem trabalho físico, o que implicaria maior uso de robôs e elevaria o custo da automação. Esse fator, somado aos salários mais baixos pagos nessas ocupações, no entanto, pode reduzir os incentivos econômicos e desacelerar a adoção dessas tecnologias na região.

Esses dados estão no novo relatório “Agentes, robôs e nós”, do McKinsey Global Institute, obtido com exclusividade pelo **Valor**. Segundo o estudo, a concretização desse potencial de automação poderia gerar cerca de US\$ 450 bilhões ao ano na América Latina até 2030. No Brasil, o potencial estimado é de US\$ 135 bilhões, com o país representando a segunda maior oportunidade da região entre os 15 países analisados.

“Esse potencial técnico costuma ser mal interpretado. Ele não representa uma previsão de perda de empregos. O que indica é o quanto o trabalho poderá ser reorganizado”, diz Tracy Francis, sócia sênior e diretora-geral para a América Latina da McKinsey & Company. “A maioria das ocupações combina tarefas que as máquinas conseguem executar com outras que continuam dependendo das pessoas.”

O relatório enfatiza que não existe uma única trajetória de automação na América Latina. Em países com economias mais voltadas para serviços, como Costa Rica e Panamá, a tendência é de uma adoção mais rápida de agentes de IA. Já em economias maiores e mais diversificadas, como Brasil e México, que concentram cerca de 75% do valor econômico potencial da região, deve haver uma combinação maior entre agentes inteligentes e robôs. Essas diferenças fazem com

“Potencial técnico [da IA] não representa uma previsão de perda de empregos, mas o quanto o trabalho poderá ser reorganizado”
Tracy Francis



Francis diz que maioria das ocupações combina tarefas que as máquinas podem executar com outras que dependem de pessoas

que a velocidade de disseminação dessas tecnologias, a transformação do trabalho e as competências exigidas dos profissionais evoluam de maneiras distintas. Analisando dados sobre vagas de emprego entre 2023 e 2025 em cinco países da região — Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e México —, o estudo mostra que a demanda por competências relacionadas à inteligência artificial cresce duas vezes mais rapidamente na América Latina do que em economias mais avançadas, como os Estados Unidos e alguns países da Europa.

O relatório mostra ainda que cerca de 66% das competências atualmente demandadas pelos empregadores latino-americanos são utilizadas tanto em atividades passíveis de automação quanto em tarefas que permanecem essencialmente humanas. As empresas estão em busca, além das competências diretamente relacionadas à inteligência artificial, de habilidades complementares, como treinamento e capacitação, melhoria de processos, desenvolvimento de software e análise de negócios. São competências, segundo Francis, que ajudam as organizações a incorporar a IA e utilizá-la de forma mais eficaz.

Um dado relevante, segundo o relatório, é que cerca de um terço dos profissionais das áreas de artes, design, entretenimento, esportes e mídia já atua em funções que exigem competências em IA, a mesma proporção observada entre profissionais de computação e matemática. Isso mostra que a demanda por competên-

Sob efeito da IA

Vagas de empregos com habilidades de IA requisitadas* (mil)

Área de atuação	Número de vagas	Percentual
Vendas	879	5
Suporte administrativo e de escritório	864	12
Ensino e bibliotecas	646	12
Artes, design, entretenimento, esportes e mídia	582	35
Computação e matemática	437	22
Operações empresariais e financeiras	365	10
Gestão	325	6
Serviços de cuidados pessoais	278	7
Jurídico	196	9
Ocupações de instalação, manutenção e reparo	152	6
Arquitetura e engenharia	111	6
Ciências da vida, físicas e sociais	73	10
Transporte e movimentação de materiais	64	1
Profissionais de saúde e ocupações técnicas	12	<1
Apoio à saúde	9	1

Fonte: Relatório “Agents, robots, and us”. McKinsey Global Institute.
*Em pelo menos 5% das postagens analisadas **Sigla para Science (Ciência) Technology (Tecnologia) Engineering (Engenharia) e Mathematics (Matemática)

cias em inteligência artificial não está restrita às funções técnicas e já começa a se expandir para atividades criativas e relacionadas à produção de conteúdo.

O número de vagas que exigem fluência em IA cresceu quase 11 vezes mais na região latino-americana do que o daquelas que exigem competências técnicas ligadas às áreas de STEM, sigla usada para ciência, tecnologia, engenharia e matemática. No Brasil, houve um aumento de 19,1 vezes no número de vagas que exigem fluência em IA.

O McKinsey Global Institute utilizou ferramentas desenvolvidas em estudos anteriores para medir o grau de exposição das competências à automação e o índice de transformação de com-

petências. Na amostra analisada, todas as 100 competências mais demandadas pelas companhias apresentaram algum nível de exposição às transformações provocadas pela automação.

Francis lembra que a América Latina enfrenta o desafio da desaceleração do crescimento populacional, do envelhecimento da força de trabalho em diversos países e de um histórico problema de baixa produtividade. Elevar o padrão de vida da população dependerá, cada vez mais, da capacidade de integrar pessoas e tecnologia de forma eficiente. “A gente tem um privilégio no momento quando se pensa no mundo. Nunca se teve tanta oportunidade, tanta coisa para pensar e resolver ao mesmo tempo.”

Período sabático é um ‘músculo que empresas precisam exercitar’

Livro

Isabel Berwick
Do Financial Times

Aos trinta e poucos anos, o confundador de startups DJ DiDonna passava a vida viajando pelo mundo, no comando de uma empresa que ajudava empreendedores em países emergentes. Ainda assim, se sentia desmotivado e mostrava impaciência com os funcionários. “A diferença entre como me sentia e como eu estava me saindo no papel parecia enorme, o que me levou a pensar: se tudo isso não me satisfaz, então o que vai me satisfazer?”, escreve DiDonna na introdução de seu novo livro.

A resposta, para DiDonna, foi tirar quatro meses de folga, em um período sabático. Ele passou parte do tempo em caminhadas ao longo de uma rota de peregrinação de cerca de 1.450 quilômetros no Japão. Em seu retorno, estava mais do que descansado e revigorado. Como ele escreve no livro: “Foi o período mais denso em lembranças de minha vida, mas de alguma forma também foram apenas 121 dias. Isso mudaria para sempre como eu via a mim mesmo.”

Nos dez anos desde esse período sabático até hoje, DiDonna, que hoje é professor sênior da Harvard Business School, tem estado empenhado em uma missão: a de convencer outras pessoas nas grandes empresas a levar a sério o poder transformador de tomar longas pausas no trabalho. O livro “Big Time Off” relata que o número de organizações que oferecem políticas de períodos sabáticos quase dobrou entre 2019 e 2024. Entre as empresas que já reconhecem esse valor há muito tempo, há algumas surpreendentemente grandes: a Intel, por exemplo, oferece a oportunidade há mais de 30 anos.

Em uma entrevista por vídeo nos EUA, DiDonna descreve os benefícios dos períodos sabáticos — para todos, e não apenas para fundadores e CEOs que já estão bem de vida como ele: “Quando você identifica algo que não quer chegar ao fim da vida sem ter feito, eu acho que isso deixa de ser um luxo e se torna um ingrediente essencial para uma boa vida.”

Pergunto a ele como os funcionários podem convencer chefes relutantes de que deveriam conceder — e financiar — folgas prolongadas. “Como eu digo no livro, Warren Buffett fala sobre o tempo como inimigo da empresa medíocre e aliado da boa empresa.”

“Acho que é muito valioso qualquer empresa que pense

além de um ano [à frente], certo? Obviamente, é inconveniente que as pessoas fiquem fora de suas mesas [em sabáticos], mas [de qualquer forma] elas saem o tempo todo, pedem demissão, entram em licença para criar os filhos. Portanto, acho que esse é um músculo que as organizações precisam exercitar, para lidar com a rotatividade [de funcionários] em termos gerais.”

Há benefícios quando os funcionários retornam do sabático: “Ter pessoas no escritório que estão felizes por estar no escritório; elas são criativas, cheias de energia, não sentem ressentimentos e são engajadas. Acho que a justificativa [a favor do sabático] é forte.”

DiDonna não voltou para a empresa que fundou. Tornou-se tão convencido dos benefícios de ficar um longo período afastado do trabalho (ele acredita que um período sabático deve durar, no mínimo, de seis a oito semanas), que em 2019 ele criou “O Projeto Sabático”, para conduzir e reunir pesquisas e oferecer recursos para indivíduos e organizações. “Big Time Off” é uma síntese inspiradora desse trabalho. O livro refina estudos de caso de dar injeção sobre pessoas cujas vidas foram transformadas por longas pausas. Uma família, por exemplo, passou um ano em uma ilha no Círculo Polar Ártico. Voltaram aos EUA determinados a ter uma rotina de trabalho flexível para continuar viajando por dois meses a cada verão.

O livro descreve três tipos de adeptos de sabáticos: exploradores, realizadores e buscadores. Muitas pessoas em cargos de alto status provavelmente são do tipo “realizador”. Costumam estar muito ocupadas no trabalho e se planejam para continuar ocupadas durante o sabático: são pessoas que querem escrever um livro, virar professor de ioga ou aperfeiçoar um idioma. Os exploradores desejam viajar, mas podem deixar passar “coisas incríveis perto de casa”, diz DiDonna. Já os buscadores são aqueles que exploram seu próprio interior, “olhando para o passado”. “Do que eu costumava gostar? Pelo que tenho curiosidade?”

DiDonna conclama todos — inclusive os realizadores com agendas abarrotadas — a começar a pausa com um longo intervalo de descanso, fazendo o mínimo possível de planos — para “parar um instante”, em suas palavras.

A única “obrigação” na abordagem flexível de DiDonna é a necessidade de manter um diário durante o sabático. Por que isso importa? Ele conta que escrever funciona como uma forma de meditação. “Você está dando um passo atrás em seu modo rotineiro de fazer as coisas e ganhando um novo ponto de vista a respeito disso.”

Mesmo que você ache que não aproveitou o seu período sabático (e ele diz que a maioria das pessoas pensa isso — inclusive ele próprio), “ainda assim você aprenderá a partir disso”. É a experiência em si o que nos transforma.

Vaivém

Stela Campos

bp

Felipe Arbelaez foi nomeado head of country da bp no Brasil. Ela acumulará a função com o cargo de vice-presidente sênior de upstream no país.

MSD

Luis Salazar é o novo diretor de pesquisa clínica da MSD Brasil. O executivo tem 20 anos de experiência no setor de saúde.

Vivo

Claudia Tavares assumiu a diretoria dos canais massivos da Vivo. Ela está há 28 anos na empresa.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br

Acompanhe a movimentação de executivos também no site www.valor.com.br/carreira

Amor x ódio: qual é a saída?

Rumo certo



Betania Tanure

Não pare de ler. A palavra “amor” ainda provoca desconforto quando usada no ambiente corporativo. Por outro lado, neste ano de eleições, sentimentos estão à flor da pele. O que parece ser uma briga entre amor e ódio é, na verdade, ódio versus ódio, sentimento que se desdobra nos diferentes ambientes, destrói sonhos e vínculos positivos.

Para alguns, a palavra “amor” parece ser romântica, manipuladora. Para outros é um sentimento fantasioso, pouco prático, regado por ingenuidade. Afinal, “amor”, no ambiente corporativo, não é romance, não é uma prática romantizada de doçura, de complacência e muito menos uma aplicação equivocada do conceito de segurança psicológica, da promessa de conforto, da não cobrança de resultados contratados. O

“amor”, compreendido como afeto positivo, envolve o desejo genuíno de oportunizar o crescimento do outro.

Curiosamente esse tema ganhou destaque no Academy of Management, o principal encontro mundial de estudiosos da gestão, realizado neste mês na Filadélfia, onde a BTA, através da consultora sócia Luisa Tanure, participou também com uma apresentação. Ao nosso lado estava uma das maiores referências mundiais em segurança psicológica: Amy Edmondson, de Harvard.

Curiosamente ela não citou em sua palestra, nenhuma vez, o termo “psychological safety”. Abordou, sim, a dificuldade de praticar “fearless candor” (franqueza sem medo). A escolha das palavras importa! É exatamente aí que “amor” e liderança se encontram. A franqueza sem medo é lastreada pela segurança do “amor” — por isso os filhos falam a verdade para os pais.

Me perdoem as (poucas) pessoas emocionalmente maduras: falta maturidade no ambiente organizacional! Muitos agem como adolescentes rebeldes ao ser contrariados. Fazem “fofoca”, falam mal do chefe e/ou da empresa, aos quais transferem a responsabilidade por sua felicidade. Diante da frustração do não, resistem ou até desistem; sob a égide da deturpação do belo conceito de segurança psicológica, tem sido comum os executivos se sentirem acuados.

Uma pesquisa que realizamos com a Wharton representando o Brasil revelou que os grandes líderes, brasileiros e de outros países, viveram limites importantes na infância e com isso aprenderam a vencer as dificuldades.

Alguns enfrentaram problemas financeiros limítrofes, outros, a morte de um dos pais ou uma separação familiar. Os que

cresceram em ambientes sem crises significativas receberam a combinação clara de afeto e limites, disciplina e desafios (atenção: ao mesmo tempo!).

Limites sem afeto produzem medo. Afeto sem limites gera fragilidade. Disciplina sem desafio gera burocracia. Desafio sem disciplina gera confusão. Gentileza que não permite discordância pode ser interpretada como permissividade. Por sua vez, a combinação dos diferentes lados da mesma moeda cria condições para o florescimento, produto mais nobre do “amor”.

O “amor” de verdade não é sempre “macio”. Às vezes acolhe, às vezes confronta. Às vezes diz “sim”, às vezes diz “não”. Porque amar não é poupar o viver do outro. É ajudá-lo a crescer, a florescer para enfrentar com plenitude a vida.

Betania Tanure é doutora, professora e consultora da BTA

Alimento Região foi o principal motor de crescimento das vendas das grandes marcas no 2º trimestre

Múltis crescem na AL, mas perdem margem

Vitória Nascimento
De São Paulo

A América Latina consolidou-se no segundo trimestre como a principal alavanca de crescimento das grandes multinacionais de alimentos. Em um cenário de demanda mais fraca nos Estados Unidos e na Europa, empresas como Nestlé, Mondelez, Danone, PepsiCo e Grupo Bimbo tiveram no Brasil e México seus melhores desempenhos de vendas em termos reais.

A expansão, porém, veio acompanhada de um custo maior para preservar e ampliar participação de mercado, com mais investimentos em marcas, aquisições e absorção de custos, pressionando as margens operacionais da região e elevando a atenção das companhias para o segundo semestre.

O Grupo Bimbo oferece o exemplo mais claro desse movimento. A América Latina liderou o crescimento das vendas da companhia mexicana no segundo trimestre, com alta de 14,1%, desconsiderados os efeitos cambiais, impulsionado pela incorporação da Wickbold no Brasil. O avanço, porém, veio acompanhado de deterioração da rentabilidade. A margem operacional na região recuou de 2,6% para 0,3%, contração de 230 pontos-base, enquanto a margem Ebitda ajustada caiu 160 pontos-base, para 7,7%. O Ebitda mede o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Segundo o diretor financeiro Diego Gaxiola, o desempenho reflete os custos da integração da operação brasileira e investimentos em transformação, mas permanece alinhado às metas da companhia para o ano.

Os resultados retratam uma mudança que vem ganhando força na região. O Brasil deixou de ser



DIVULGAÇÃO

"O crescimento dos mercados emergentes acelerou, e entregamos um desempenho sólido nos mercados desenvolvidos"
Philipp Navratil

apenas um mercado de expansão orgânica para se tornar um dos principais destinos de aquisições das multinacionais do setor.

"Isso naturalmente atrai gigantes globais em busca de expansão", diz Claudio Zanão, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimapi). Segundo ele, o que está sendo adquirido não é capacidade produtiva, mas alcance. "As multinacionais investem em empresas

brasileiras porque constroem essa capilaridade e conexão com o nosso consumidor."

Na Nestlé, a expansão orgânica na América Latina foi de 5,8% no segundo trimestre, com avanço de 4,2% no crescimento interno real (RIG, na sigla em inglês), indicador de volume da companhia. "O crescimento dos mercados emergentes acelerou, e entregamos um desempenho sólido nos mercados desenvolvidos", afirmou o presidente da companhia, Philipp Navratil, em teleconferência.

Para o segundo semestre, a empresa projeta margem operacional em linha com a do primeiro. A expectativa é que a queda dos custos de café e cacau seja compensada pelo aumento das despesas com transporte e energia, em meio aos conflitos geopolíticos.

A Mondelez reportou o maior crescimento de receita na América Latina no trimestre, mas o lucro operacional ajustado recuou 6,1% em moeda constante, principalmente por causa da alta dos custos do cacau. A companhia elevou a projeção de receita para o ano e manteve inalteradas as estimativas de lucro por ação e geração de caixa, ao mesmo tempo em que ampliou os investimentos em publicidade e marketing.

"Estamos vendo um desempenho forte e sustentado tanto na linha superior quanto na inferior nas regiões da América do Norte, América Latina e Ásia", afirmou o presidente Dirk Van de Put, na apresentação dos resultados.

Já a Danone escolheu outro caminho para proteger a rentabilidade: reduzir exposição. A companhia reportou alta de 4,3% nas Américas, com destaque para nutrição especializada, e prepara para o segundo semestre a criação de uma joint venture de laticínios na

Argentina, que desconsolidará a receita local em troca de escala. "A América Latina está indo muito bem, com dinâmicas positivas no Brasil e no México em particular", disse o diretor financeiro, Juergen Esser, em teleconferência.

Na PepsiCo, o contraste entre faturamento e volume é o mais nítido. A receita de "LatAm Foods" cresceu dois dígitos, mas o volume ficou estável no trimestre — todo o avanço veio de preço e mix. A administração afirmou no balanço que a prioridade é "elevar a produtividade em toda a organização para melhorar a alavancagem operacional".

O quadro se completa no ponto de venda. Levantamento da Worldpanel by Numerator mostra que a cesta alimentar brasileira encolheu 0,7% em unidades no ano móvel encerrado no segundo trimestre, enquanto o valor das vendas avançou 1,3%, sustentado por um preço médio por unidade 2,4% maior. No mesmo período do ano anterior, o volume da cesta alimentar crescia 3%.

"A história que vemos acontecer é a racionalização, com um aumento de frequência e redução de unidades por viagem", afirma Daniel Horai, diretor da Worldpanel by Numerator. Ele observa que, neste ano, o movimento ganhou um segundo componente. A própria frequência de compra passou a desacelerar. A mercearia doce é o segmento mais atingido, com queda

de 2,8% em unidades.

Os números da Abimapi vão na mesma direção. As categorias da associação movimentaram mais de R\$ 36 bilhões no primeiro semestre, alta de 2,1% em faturamento e queda de 2,1% em volume. Bolos industrializados recuaram 7,4% em volume; pães industrializados, 3,9%; e biscoitos, 2,3%, ainda que com alta de 3,7% em valor.

Zanão atribui a retração a uma mudança estrutural de perfil — lares de até duas pessoas, embalagens menores, busca por controle de porção — somada ao efeito das canetas emagrecedoras. "Consumidores com menor apetite tendem a buscar produtos com maior densidade nutricional", afirma, apontando o deslocamento do portfólio para hiperproteicos, funcionais e formatos para consumo em trânsito.

Segundo ele, o repasse de custos "não apenas perdeu fôlego, como foi contido pelo setor", que vem absorvendo restrição de matérias-primas, custo logístico e pressões de cadeia geradas por conflitos internacionais.

Os balanços do segundo trimestre confirmaram que a América Latina continua sendo a principal fonte de crescimento em volume para as multinacionais de alimentos, mas com margens mais pressionadas. O Grupo Bimbo aposta na captura de sinergias para reverter essa compressão. A Danone, na reorganização societária, e Nestlé e Mondelez aceitam uma rentabilidade menor para preservar participação de mercado. O desafio para os próximos meses será conciliar essa estratégia com a recuperação do consumo no Brasil. Por enquanto, os dados do varejo mostram que os consumidores seguem levando menos unidades para casa.

2,4%
foi a alta do preço médio por unidade da cesta brasileira

FIELDPRO

UMA GOTA PODE MUDAR TUDO.

Enchentes ou produtividade agrícola. Deslizamentos ou queimadas.

Na superfície, cada condição tem um impacto diferente.

Entender esses impactos permite antecipar riscos e tomar decisões assertivas.



www.fieldpro.com.br

contato@fieldpro.com.br



Descubra como o clima impacta sua operação.



MONITORAMENTO AUTÔNOMO
Dispositivos IoT de superfície em tempo real



INTELIGÊNCIA MULTIFONTE
Satélites, radares, sensores e modelos



PROJEÇÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS
Antecipação de condições críticas e impactos no ativo



DECISÃO OPERACIONAL
Notificações e indicadores para orientar a ação

Empresas

Tendências Investimentos em tecnologia, IA e equipe especializada tornam médias mais competitivas

Uso estratégico de dados eleva a receita



Suzana Liskauskas

Para o Valor, do Rio de Janeiro

Criada em 2014 para simplificar a gestão logística do comércio eletrônico no país, a Intelipost reinventou sua atuação no segmento, nos últimos três anos, com investimento de R\$ 50 milhões em tecnologia e contratação de cientistas de dados. Sob nova gestão desde 2023, a companhia passou a se posicionar como uma plataforma de inteligência logística, alcançou crescimento anual em torno de 30% e faturamento de R\$ 200 milhões em 2025.

Com uma base de dados que integra cerca de 1,5 mil transportadoras e 900 clientes de varejo, a Intelipost passou quase uma década selecionando fretes a partir de duas variáveis: preço e prazo. Após reorganizar a base de informações disponíveis e integrá-las, ampliou sua atuação para acompanhar todo o processo de entrega, da saída do produto até a chegada ao consumidor. Em caso de atraso, por exemplo, uma ferramenta de inteligência artificial identifica o problema, consulta a transportadora sobre o ocorrido e informa ao varejista os motivos que alteraram o prazo.

“Isso economiza o trabalho das equipes internas dos clientes para entrar em contato com as transportadoras. Com essa informação, nosso cliente também se antecipa e pode surpreender seu cliente”, diz Leandro Gravena, COO e CFO da Intelipost. O serviço é utilizado por empresas como Kabum, Alpargatas, L’Occitane, Leroy Merlin, Decathlon, Dafiti, Grupo SBF (Fisia-Nike/Centauro) e Petlove.

Ao encontrar o caminho para transformar dados gerados pela operação em respostas a pergun-

tas complexas do negócio, empresas de médio porte, como a Intelipost, têm conseguido expandir mercados e aumentar receita. Para especialistas em ciência da computação, o uso da tecnologia para extrair a inteligência por trás dos dados é uma aliada da gestão. Quando a informação não é estática, apenas registrada em relatórios, ela passa a ser uma ferramenta de análise preditiva.

Formado em ciência da computação pela Universidade Federal de São Carlos, com extensão na Kwantlen Polytechnic University, no Canadá, o consultor Matheus Pinheiro diz que o primeiro passo para transformar dados em um ativo verdadeiramente estratégico é olhar para dentro da empresa e compreender o cenário atual. Essa prática é ainda mais importante em negócios de médio porte, que têm equipes mais enxutas.

“A realidade da maioria das organizações é lidar com a fragmentação da informação. A área comercial opera em um CRM [gestão de relacionamento com o cliente], o financeiro em planilhas e o RH em uma base isolada. Mapear todo esse ambiente significa quebrar esses silos e rastrear a informação desde os controles departamentais mais simples até as tabelas transacionais mais complexas”, observa Pinheiro, sócio da Auge e líder da equipe de tecnologia da Stage Consulting.

Com experiência em gerenciar equipes de tecnologia e dados em empresas globais de logística, como a Amazon, Ross Saario aceitou o convite para o cargo de CEO da Intelipost, em 2023, atraído pela abrangência de informações do mercado logístico brasileiro reunidas pela companhia. Um dos primeiros desafios de Saario na Intelipost foi o processo de limpeza das bases de dados.

“Levamos quase dois anos em investimento de tempo, dinheiro e pessoas para ter a base de dados



Daniil Sergunin, CEO e cofundador da Rhino, estabeleceu análises estatísticas para definir veículos mais adequados às demandas dos 400 mil clientes

atual. Essa limpeza de dados foi o começo da virada do negócio. Globalmente, grandes empresas de tecnologia têm dados para tomar decisões”, diz Saario.

Na área de mobilidade, o olhar estratégico para os dados gerados pelo negócio foi crucial para a expansão da Rhino, aplicativo criado em 2023 que atua em São Paulo, só trabalha com carros blindados e uma equipe própria de motoristas. Com 400 mil clientes (pessoa física), que representam 90% do público do negócio, a Rhino triplicou a receita líquida no primeiro semestre de 2026, na comparação com o mesmo período do ano passado, diz Daniil Sergunin, CEO e cofundador da empresa. Este ano, o negócio estreou no segmento corporativo e está aten-

dendo clientes como Banco Safra, Terminal BTG Pactual, Vivo, Azul e Genial Investimentos.

Formado em administração, Daniil Sergunin diz que seu DNA é matemático e se orgulha da base sólida dessa disciplina que recebeu nas escolas da Rússia, país de origem. O executivo morou

“A realidade da maioria das organizações é lidar com a fragmentação da informação”
Matheus Pinheiro

anos na Europa e se estabeleceu em São Paulo, em 2020, por conta de um cargo em uma multinacional do agronegócio.

“No Brasil, percebi que muitos executivos como eu tinham a necessidade de se deslocarem de forma segura e confortável. Percebi que havia uma oportunidade para lançar uma empresa que pudesse oferecer esse serviço”, diz Sergunin. “Analisar os dados do ponto de vista estatístico foi muito importante para definir investimento na frota que fizesse sentido para nosso público”, conta.

No primeiro ano de atuação da Rhino, foram testados 15 modelos de veículos, com valor de mercado entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil. Sergunin diz que os resultados estatísticos, com base em diversas métricas, como conversão,

satisfação e retenção, não apontaram diferença de resultados se a opção fosse o veículo mais caro. Independentemente do modelo do carro, a Rhino só trabalha com blindagem nível III-A, que é considerada a mais elevada permitida para uso civil no Brasil.

No caso da Rhino, a análise estatística mostrou que o nível de satisfação do cliente e sua fidelização não estavam atreladas aos modelos de veículos com custo mais alto. O olhar estratégico para as métricas definiu o volume de investimento e planos de expansão do negócio. “É muito importante separar o que é inteligência de dados e quando o dado não fala nada, às vezes é preciso esperar meses para o dado amadurecer, ter quantidade de informação suficiente”, avalia Sergunin.



Acesse e conheça o conteúdo que faz a média empresa ser mais.

MÉDIA É

PATROCÍNIO

Claro empresas

btgp pactual empresas

REALIZAÇÃO

CBN

Empresas & Negócios

Valor

CVC afasta necessidade de captação e avalia renegociar dívidas

Turismo

Cristian Favaro
De São Paulo

Os executivos da CVC afastaram a necessidade de a maior agência de viagens do país fazer uma nova emissão de ações para conseguir manter seu negócio de pé. Em conversa com o **Valor**, Fabio Mader, CEO da holding, e o diretor financeiro Felipe Gomes destacaram que a empresa tem caixa para fazer frente aos vencimentos mais próximos e disseram avaliar renegociações com credores.

O grupo tem uma debênture de R\$ 400 milhões cuja primeira

parcela, de R\$ 80 milhões, vence já em outubro.

Em paralelo, a CVC se viu envolvida na crise da Apex Partners, gestora capixaba e uma de suas principais acionistas. A Apex Partners informou, na quinta-feira (6), que foram encontradas “inconsistências financeiras” em seus números e afastou Fernando Cinelli, presidente e um dos fundadores da gestora.

Ontem, Cinelli iniciou, na Justiça de Vitória, uma ação para obrigar a holding e mais 11 empresas do grupo a lhe entregar atas, contratos e e-mails sobre as operações que originaram a crise nas últimas semanas — entre

elas está a compra de participação na CVC.

A CVC Corp viu seu prejuízo aumentar 56,2%, para R\$ 72,5 milhões no segundo trimestre. O resultado foi influenciado pelo efeito da crise do petróleo e também por um custo não recorrente de R\$ 24 milhões, sobretudo diante da reestruturação com a demissão de cerca de 200 funcionários — 12% da equipe da holding.

Mader disse que o grupo tem avançado em sua transformação, com foco na estratégia digital e rentabilidade, e apontou um melhor segundo semestre.

Segundo o CEO da holding, o maior impacto negativo no se-

gundo trimestre veio dos negócios na Argentina, afetados sobretudo pelo câmbio.

Apenas no Brasil, a receita caiu 4,2%, para R\$ 269 milhões. Enquanto isso, na Argentina, o recuo reportado foi de 17,6%, para R\$ 49,7 milhões.

Como mostrou o **Valor** em maio, o negócio da CVC na Argentina chegou a ser alvo da Prosus, controladora da Despegar (que opera no Brasil como Decolar) e do iFood, para uma aquisição. Mader foi questionado sobre o tema, mas se limitou a dizer que o grupo não recebeu nenhuma proposta por seus ativos.

Uma das prioridades da em-

presa tem sido a desalavancagem, segundo afirmou Felipe Gomes. Ao fim de junho, a dívida líquida da CVC era de R\$ 215 milhões, redução de R\$ 26,8 milhões contra o trimestre imediatamente anterior, reflexo da geração de caixa livre. A alavancagem se manteve em 0,5 vez.

Questionado sobre os vencimentos próximos de dívida, Gomes disse que o grupo estuda alternativas, como renegociação. O executivo ponderou que o caixa (considerando também recebíveis) está na casa de R\$ 300 milhões, suficiente para fazer frente às obrigações no curto prazo.

Sobre a crise envolvendo a

Apex Partners, Mader se limitou a dizer que a gestora seria apenas acionista. A Apex, entretanto, firmou um acordo com a família Paulus, fundadora de CVC. Juntos, detêm 35% da empresa.

Cinelli entregou uma carta de renúncia ao conselho da CVC poucas horas após o início da crise. Pela regra, o conselho da companhia precisa ter cinco membros — hoje são quatro conselheiros e há um prazo de 90 dias para o lugar ser preenchido.

Ante o acordo de acionistas, a Apex tem o direito de indicar um nome. Na ausência dessa indicação, cabe ao conselho da CVC apontar um membro para a vaga.

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Benserv Tercerização de Serviços Ltda.** - CNPJ: 27880019/0001-26 - Endereço: Rua Arthur Corradi, 25, Centro, São Bernardo do Campo/SP - Administrador Judicial: Wesp Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Fábio Souza Pinto - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP Empresa: **Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima** - CNPJ: 82.767.641/0001-30 - Endereço: Rua Victor Stachon, 637, Bairro Frágosos, Campo Alegre/sc - Administrador Judicial: A própria administradora judicial da recuperação judicial rescindida, Recupere Instituto de Recuperação Judicial e Falências S/S Ltda., representada pelo Dr. Cleber Gleidson da Costa - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Jm Transportes e Logística Ltda.** - CNPJ: 74.395.542/0001-47 - Endereço: Rua Vereador Reinaldo Leal de Sousa, 1140, Km 42 180, Qua. Sala A, Bairro Roseira, Cajamar/sp - Administrador Judicial: A própria administradora judicial da recuperação judicial rescindida, Compasso Administração e Consultoria Empresarial Ltda., representada pelo contador Sr. Antonio Tasso Ferreira - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Logos Logística e Transportes Planejados Ltda.** - CNPJ: 67.506.105/0001-98 - Endereço: Rua Vereador Reinaldo Leal de Sousa, 1140, Km 42 180, Qua. Sala D, Bairro Roseira, Cajamar/sp - Administrador Judicial: A própria administradora judicial da recuperação judicial rescindida, Compasso Administração e Consultoria Empresarial Ltda., representada pelo contador Sr. Antonio Tasso Ferreira - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

nal de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Plastibel Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. ou Plastibel Indústria de Plásticos Ltda.** - CNPJ: 82.599.432/0001-25 - Endereço: Rua. João Sell, 340, bairro Boa Vista, Joinville/SC - Administrador Judicial: A própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Estevez Guarda Administração Judicial Ltda., representada pelo Dr. André Fernandes Estevez - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Refricom Comércio de Refrigeração e Equipamentos Ltda.** - CNPJ: 83.425.561/0001-60 - Endereço: Rua Emiliano Ramos, 638, Centro, Lages/SC - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações

Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC Empresa: **Supermercado Guimarães Teixeira Ltda. ou Anderson Guimarães Teixeira Promoção de Vendas Ltda., com nome fantasia Supermercado Guimarães** - CNPJ: 54.813.989/0001-01 - Endereço: Rua Família Romano, 319, bairro Jardim América, Casa Branca/SP - Administrador Judicial: Traditio Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ivan Aparecido Pinheiro - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP Empresa: **Transtech Transportes e Logística S/A** - CNPJ: 03.277.663/0001-46 - Endereço: Rua Vereador Reinaldo Leal de Sousa, 1140, Km 42 180, Qua. Sala B, Bairro Roseira, Cajamar/sp - Administrador Judicial: A própria administradora judicial da recuperação judicial rescindida, Compasso Administração e Consultoria Empresarial Ltda., representada pelo contador Sr. Antonio Tasso Ferreira - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados

À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Usifermag Usinagem e Ferramentaria Ltda.** - CNPJ: 66.553.926/0001-12 - Endereço: Rua Antonio de Oliveira Bueno, 153, bairro Jardim Tamoio, Araquara/SP - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. José Eduardo Chemin Cury - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP Empresa: **Vex Logística e Transportes Ltda.** - CNPJ: 03.234.748/0001-47 - Endereço: Rua Vereador Reinaldo Leal de Sousa, 1140, Km 42 180, Quadra Gb, Gleba Ab, Sala 02, Bairro Roseira, Cajamar/sp - Administrador Judicial: A própria administradora judicial da recuperação judicial rescindida, Compasso Administração e Consultoria Empresarial Ltda., representada pelo contador Sr. Antonio Tasso Ferreira - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos

Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Recuperação Judicial Deferida**

Empresa: **Mak Serviços e Pavimentações Ltda.** - CNPJ: 13.157.265/0001-88 - Endereço: Rodovia BR 392, km 02, nº 3692, bairro Tomazetti, Santa Maria/RS - Administrador Judicial: Tosca Auxiliares da Justiça e Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Pelotas/RS

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Abastecedora de Combustíveis Persici Ltda.** - CNPJ: 17.936.807/0001-33 - Endereço: Rua Corredor da Mina, 391, Centro, Acagua/RS - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Revogados os efeitos da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial da requerente.

Montadoras Maior fabricante de veículos do país se organiza para recuperar o espaço que já perdeu

Stellantis reformula estratégias para enfrentar os chineses

Marli Olmos
De São Paulo

O avanço dos chineses, que conquistaram o consumidor brasileiro com seus carros híbridos e elétricos, começa a mudar o ritmo e a programação de lançamentos. A Stellantis, maior fabricante de veículos do país, decidiu rever estratégias. Lançamentos programados poderão ser cancelados assim como outros não previstos poderão acontecer, segundo o presidente da companhia na América do Sul, Herlander Zola. O elétrico tornou-se, diz, “um bebê que tem que nascer em menos de nove meses”.

Para o executivo, diante da necessidade de acelerar ou interromper planos, a Stellantis leva a vantagem de deter uma variedade de marcas e de modelos, produzidos em três fábricas.

Entre as marcas que a montadora representa no Brasil — Fiat,

Jeep, Ram, Peugeot e Citroën — a Jeep foi, diz o executivo, a que mais sofreu com os concorrentes chineses. “Às vezes o cliente compra um carro a combustão porque ainda não se decidiu pelo elétrico; mas quando ele opta pelo elétrico não volta atrás”, afirma.

Em um ano, a marca Jeep perdeu 0,9 ponto percentual de participação nas vendas de carros e comerciais leves. Parece pouco. Mas num mercado como o de hoje, que chegou a 265,6 mil unidades em julho, isso representa perda de 2.300 veículos por mês. Segundo dados de emplacamento da Fenabrave, que representa os concessionários, a Jeep saiu do sexto lugar, com fatia de 4,33% em julho de 2025, para o décimo, com 3,43% no mês passado.

Na tentativa de mudar o quadro, a Stellantis aposta no mais novo modelo Jeep, que começa a ser vendido nesta quinta-feira (13). O SUV médio Avenger é o primeiro



Herlander Zola: “O cliente não diz quero um SUV A ou B; ele diz: tenho R\$ 120 mil no bolso. Quais são as opções?”

híbrido da marca Jeep vendido no Brasil. Trata-se de um híbrido leve. Ou seja, o motor elétrico não move o carro, mas ajuda o motor a combustão e economiza combustível. A Stellantis já vende dois modelos Fiat com a mesma tecnologia.

A empresa espera que o novo Jeep, que pode ser abastecido com etanol, atraia o consumidor por ser o primeiro eletrificado da sua categoria e por chegar a preços competitivos — a partir de R\$ 119.990 (R\$ 114.990 na promoção de pré-venda). “O cliente não diz quero um SUV A ou B; ele diz: tenho R\$ 120 mil no bolso. Quais são as opções?”, diz Zola.

Esse é “primeiro passo”, como define Zola, rumo à eletrificação completa, que inclui veículos que podem ser abastecidos na toma-

da. E, para os fãs da Jeep, o executivo antecipa que “em breve as novas gerações do Commander e do Renegade terão uma nova proposta tecnológica”.

Embora avalie que a eletrificação no Brasil é mais lenta do que em outros mercados, Zola decidiu alertar a cúpula da Stellantis sobre os rumos que a demanda pode seguir a prevalecerem os preços altos do petróleo durante a guerra no Oriente médio.

Em recente reunião com a di-

retoria global, o executivo apresentou a evolução dos preços da gasolina e da energia elétrica no Brasil. O gráfico mostrou um distanciamento crescente entre as duas curvas, destacando maior competitividade da eletricidade.

“Quando se abre, esse gap torna a solução de ter um ‘plug-in’ mais atraente. Aliado a uma queda de preços abissal dos carros produzidos com custo da China, isso faz com que a velocidade (da eletrificação) aumente”, destaca.

Os chineses continuarão a levar vantagem, completa Zola, a depender “das regras que o governo brasileiro usará para favorecer tecnologia A ou B”. “Por isso, precisamos ter um leque de opções para ir de um lado ou de outro”. Essa variedade inclui, diz o executivo, até

produzir um carro movido apenas a etanol. “Depende do incentivo”.

A Stellantis se adaptará, afirma, “ao que o governo decidir”. O executivo citou a produção de carros que chegam ao país semimontados, sistema usado hoje pela BYD. “O imposto de 35% é pouco favorável à indústria nacional visto que com essa alíquota quem cresce no mercado são os chineses que trabalham com nível de nacionalização baixo”, diz.

É possível que nos próximos anos, o valor de revenda seja um ponto negativo para modelos elétricos usados chineses. Mas Zola não quer pagar para ver. “No momento atual o nível de atratividade é muito alto”, diz.

Enquanto espera decisões do Poder Público, Zola estuda alternativas para enfrentar a concorrência. Esse planejamento busca também reconquistar mercados vizinhos. No Uruguai, conta, em um ano a participação dos carros elétricos, especialidade dos chineses, saltou de 2% para 30%. “Foi muito mais rápido do que havíamos previsto. Estamos perdendo o mercado uruguaio.”

Outra frente de batalha é o reforço que a Stellantis começa a receber nas parcerias com os próprios chineses. Além da Leapmotor, que começará a produzir veículos eletrificados na fábrica do grupo em Goiana (PE), há negociações aceleradas com a Dongfeng para que versões de produtos já nascidos dessa parceria venham para o Brasil. Para o mercado europeu foram anunciados quatro modelos eletrificados inéditos que surgiram da aliança: dois da Jeep e dois da Peugeot. “Temos várias parcerias mundo afora”, afirma Zola, o que permite desenvolver produtos específicos para cada país da América do Sul.

Zola sabe que combater o avanço chinês no mercado que a Stellantis domina é um grande desafio. Mas ele está otimista em elaborar um novo plano estratégico. “Encontraremos as soluções que vão nos permitir evoluir e recuperar o espaço que perdemos”

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Hidrogênio verde: promessa, aposta estratégica ou hype?

Acompanhe na íntegra

O GLOBO

Valor

CONVIDADOS

Isabela Santos

Coordenadora do H2UPPP Brasil na GIZ Brasil

Paulo Emilio Valadão de Miranda

Diretor-presidente da Associação Brasileira do Hidrogênio e professor da Coppe

MEDIAÇÃO

Ana Lúcia Azevedo

Repórter especial do GLOBO

Acesse e assista

Patrocínio

Realização

VALE

O GLOBO

Valor

ECONÔMICO

Mídia acusa Trump de vender informação privilegiada

Ação judicial

George Steer
Financial Times

Grupos de mídia dos Estados Unidos entraram com uma ação judicial contra Donald Trump por causa da decisão de sua rede social, a Truth Social, de vender acesso antecipado às postagens do presidente nessa plataforma, capazes de provocar movimentos nos mercados.

A The Intercept Media e a Freedom of Press Foundation (FPF) entraram com a ação ontem (12) em um tribunal federal, pedindo que o presidente seja impedido de publicar informações oficiais do governo

exclusivamente na Truth Social, plataforma administrada pela Trump Media & Technology Group (TMTG).

A TMTG, que é controlada por Trump por meio de um truste, lançou este mês o Truth API, um serviço que cobra de investidores pelo acesso privilegiado às suas postagens nas redes sociais.

As organizações de imprensa afirmaram na ação que o serviço é “profundamente corrupto” e inconstitucional. O processo aponta Trump e dois de seus principais assessores como réus. “O presidente poderá obter ganhos financeiros ao fornecer informações governamentais capazes de ‘mexer com o mercado’, a quem estiver disposto e

tiver condições de pagar por elas à sua empresa pessoal”, afirmam os documentos apresentados no tribunal federal de Manhattan.

A TMTG disse que o serviço Truth API entregará postagens de Trump aos clientes “milissegundos” antes

Trump poderá ter ganhos financeiros com informações governamentais capazes de “mexer com o mercado”

de elas serem disponibilizadas ao público. As ações da companhia caíram mais de 6% nesta quarta. A Casa Branca não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

Um porta-voz da TMTG disse: “Informações do presidente Trump são disseminadas por inúmeras plataformas e veículos de imprensa, muitos dos quais oferecem APIs por assinatura”.

O porta-voz acrescentou que “ativistas de esquerda estão tentando usar indevidamente os tribunais como arma para censurá-lo novamente e prejudicar nossos acionistas”.

A ação foi apresentada depois que a TMTG ofereceu o produto de API a empresas de trading e

outras instituições de Wall Street por até US\$ 100 mil por mês.

As postagens de Trump sobre temas que vão desde a situação da guerra com o Irã, até os países que podem ser atingidos por tarifas, frequentemente provocam fortes oscilações nos mercados de commodities, nos índices acionários e nas ações de empresas específicas.

Tanto a Intercept quanto a FPF afirmaram que acompanham regularmente as postagens de Trump nas redes sociais e agora enfrentam “acesso com atraso” às postagens, além de “bloqueios permanentes às publicações arquivadas do presidente, o que dificulta o trabalho de ambas as organizações”.

Kevin McGurn, executivo-chefe interino da TMTG, disse ao Financial Times na semana passada que cerca de dez grupos já haviam fechado contratos para usar o Truth API, a um preço de US\$ 60 mil a US\$ 100 mil por mês. A TMTG também está trabalhando em uma “expansão” do Truth API para pequenos investidores e vem mantendo “conversas avançadas com gigantes da computação em nuvem, algumas das maiores organizações de imprensa e desenvolvedores de grandes modelos de linguagem”, acrescentou McGurn. A empresa anunciou prejuízo de US\$ 238 milhões no segundo trimestre deste ano. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Entretenimento Nos últimos 3 anos, a MSP Estúdios movimentou cerca de R\$ 2 bilhões — a meta é crescer 60% no próximo triênio

Empresa fundada por Mauricio de Sousa reorganiza os negócios

Luana Dandara
De São Paulo

A empresa que nasceu há 67 anos dos quadrinhos de Mauricio de Sousa começa uma nova fase, com projeção ambiciosa de aumentar a receita em 15% em 2026 e 60% nos próximos três anos. No último triênio, os negócios da MSP Estúdios movimentaram cerca de R\$ 2 bilhões. A estratégia, que prevê aumento da verba de marketing, inclui ampliar o número de marcas exploradas comercialmente, criar parques de diversão, promover eventos e lançar um filme, a ser dirigido pelo cineasta Carlos Saldanha, com distribuição global.

Dois filhos de Maurício — Marina (41) e Mauro (39) — e o neto Marcos Saraiva (40) estão há dois anos à frente da MSP e tocam o projeto ancorado em centenas de personagens que nasceram da Turma da Mônica há mais de 60 anos. Os três são diretores-executivos e Marcos acumula o cargo de diretor-financeiro. O trio toma decisões em conjunto, sem hierarquia entre eles.

A meta dos três executivos é combinar aumento de receita e redução de custos. Para sustentar esse avanço, a MSP passou a trabalhar seus personagens com planejamentos próprios. Turma da Mônica e Chico Bento, por exemplo, passaram a ter frentes separadas de conteúdo, produtos e ações comerciais. A intenção é estender o modelo a criações como o dinossauro Horácio e o fantasminha Penadinho e lançar ou relançar ao menos uma marca do grupo a cada dois anos.

A lógica substituiu uma estrutura que, desde a origem da empresa, tinha o estúdio de quadrinhos como centro e incorporava ao seu redor os demais negócios. “Entendemos que, pensando nos próximos 60 anos, nos novos desafios de mercado e nas tendências, precisávamos mudar a estrutura da empresa. Trouxemos para o centro o ativo, talvez, mais importante que temos, que são as propriedades intelectuais, as marcas e os personagens”, diz Marcos. “Não foi simplesmente uma mudança de gestão. São de uma empresa com o estúdio no centro para colocar as marcas e os personagens no coração do negócio”, completou ele.

O licenciamento, que responde por cerca de 80% da receita, também continua no centro de crescimento. O portfólio reúne aproximadamente 7 mil produtos licenciados e mais de 70 novos contratos foram fecha-



Mauro Sousa (à esq.), Marcos Saraiva e Marina Sousa estão no comando da empresa fundada por Mauricio de Sousa

dos nos últimos 12 meses. A expectativa é continuar ampliando produtos e acordos, mas também dar escala para outras frentes.

Sob a nova gestão do trio, a empresa redesenhou áreas internas. Marketing foi a que mais recebeu investimentos, de acordo com os executivos. Antes dispersos por diferentes departamentos, cerca de 20 profissionais passaram a integrar uma estrutura própria dedicada ao posicionamento, às campanhas e à comunicação. Em design, as equipes foram unificadas, e a área comercial ganhou uma frente de trade marketing, voltada à presença dos produtos no varejo.

Entre as contratações do período estão Cristina Leme, que assumiu a área comercial após experiências em operações ligadas a Disney e Universal, e Marina Felipe, ex-Warner, que passou a atuar no audiovisual. Com sede na Zona Oeste da capital paulista, a MSP emprega 170 funcionários.

Nos quadrinhos, uma das mudanças mais visíveis veio em abril, com a atualização do traço dos personagens. Mais de 70 novos desenhistas e roteiristas passaram a trabalhar em projetos da empresa.

As revistinhas, impressas pela editora Panini, chegaram a 12 milhões de exemplares vendidos em 2025. Marina, que atua mais diretamente na criação, esteve à frente da reformulação. As alterações, explica a executiva, fazem parte de um plano de aproximação com a geração Z, que inclui conteúdos produzidos para plataformas digitais como o TikTok. As redes sociais da MSP somam 48,8 milhões de seguidores.

“ Pedimos para que os roteiristas

ousassem mais, para acompanhar uma geração de leitores que está muito acelerada e acostumada a uma dinâmica de atenção mais rápida e fluida”, diz Marina.

Com a reorganização do negócio, as experiências presenciais são outra área que vem ganhando escala. No primeiro semestre deste ano cerca de 2 milhões de pessoas participaram de iniciativas ligadas às marcas da MSP. A exposição “Viva Mauricio”, no Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu mais de 800 mil visitantes até abril deste ano.

A companhia planeja ampliar essa atuação por meio de parques. Hoje, há duas operações no país associadas às suas marcas, número que pode chegar a cinco nos próximos anos. Entre os projetos em andamento está o Parque do Chico Bento, com abertura prevista para 2027 em Campos do Jordão, no interior paulista, e outros dois estão em negociação para os próximos três anos. O modelo é de licenciamento, sem operação direta da MSP.

Fora do Brasil, a participação ainda é pequena, inferior a 1% da receita. A MSP concentra sua estratégia de internacionalização nas Américas. Entre os projetos está um filme de Horácio com o diretor Carlos Saldanha, que prevê distribuição global.

A transformação do negócio foi precedida por um processo de sucessão iniciado uma década atrás. Em 2016, Mauricio, hoje com 90 anos, contratou consultorias para trabalhar tanto a estrutura da empresa quanto o planejamento patrimonial e sucessório da família, junto à esposa e nove filhos. Os três diretores-executivos, que estavam na com-

panhia desde 2009, passaram, em 2019, a integrar um comitê executivo e ampliar sua participação nas decisões. Em junho de 2024, assumiram oficialmente os cargos.

Maurício permaneceu na presidência até março de 2025, quando se tornou presidente fundador. Naquele mês, a companhia anunciou a adoção do nome MSP Estúdios e a nova composição da liderança.

A governança redefiniu o papel de Mônica Sousa, filha do cartunista e então responsável pela área comercial, e Alice Takeda, mulher de Mauricio e ligada ao estúdio e à criação. Ambas passaram a integrar o conselho curador. Os demais filhos se tornaram acionistas, enquanto a estrutura passou a contar com um conselho de administração formado por integrantes externos.

Maurício já não participa da operação, embora continue frequentando a empresa regularmente. Para os filhos e o neto, parte da sucessão era chegar a uma estrutura em que a administração não dependesse mais da presença cotidiana do fundador.

“A estrutura que temos hoje é a que entendemos que vai durar por muitas décadas, já considerando a ausência do Mauricio na gestão. A partir do momento em que ele passa o bastão e a gente passa a ter essa autonomia absoluta, esse primeiro passo já foi dado. E o mais importante para nós é que ele decidiu, escolheu, acompanhou e venceu esse processo. Sempre desejamos que isso acontecesse com a presença dele”, afirma Mauro, que interpretou o pai na cinebiografia “Maurício de Sousa: O Filme”, lançada em outubro de 2025.

Acústica e ergonomia ganham mais peso no escritório corporativo

Tendência

Debora Leite
Do Rio

A ocupação dos espaços corporativos mudou nos últimos anos em relação ao período pré-pandemia. Antes da covid, o foco estava em quantos postos de trabalho cabiam no escritório. Na pandemia, o trabalho remoto imperou. Depois dela, o híbrido foi adotado e, aos poucos, o presencial vem tomando mais espaço.

Nessa transição, as empresas passaram a discutir o que deve acontecer em seus espaços, com a criação de áreas de convivência, por exemplo. Aspectos como acústica e ergonomia ganharam mais importância.

“O escritório não deve competir com a casa. Precisa oferecer aquilo que só ganha força quando estamos juntos: repertório compartilhado, troca informal, confiança, criatividade e pertencimento”, afirma Anny Meisler, fundadora da IZ.studio, empresa especializada em mobiliário e em projetos para espaços corporativos.

Na terça-feira passada (11), a IZ.studio, que tem os Estúdios Globo como um de seus principais clientes, realizou uma palestra sobre design, arquitetura corporativa, bem-estar e ESG, sigla para políticas ambientais, sociais e de governança corporativa. A discussão incluiu visita aos Estúdios Globo, no Rio, e reuniu cerca de trinta arquitetos, incorporadoras e designers de interiores.

Os Estúdios Globo são um exemplo dessa transformação pela qual passa o mundo corporativo, com o aumento do trabalho presencial. No local, circulam diariamente 12 mil pessoas entre funcionários diretos da emissora, artistas, equipes de produção e prestadores de serviços terceirizados.

Mariana Martinez, coordenadora da área de projetos e obras

dos Estúdios Globo, diz que a empresa vem adaptando os ambientes desde a pandemia para reforçar a cultura corporativa. Foram criados espaços colaborativos e salas de reunião, além de ambientes tematizados com elementos da identidade da Globo, como uma sala temática da telenovela “Rei do Gado”, de 1996.

Meisler, da IZ, diz que os projetos corporativos triplicaram na empresa nos últimos anos. A mudança está não apenas no volume, mas na complexidade das demandas, explica a executiva. O mobiliário passou de uma decisão de acabamento para uma etapa estratégica do projeto, discutida desde o início com questões de uso, manutenção, flexibilidade e durabilidade.

O principal exemplo dessa tendência está no avanço das divisórias e cabines acústicas. Com a volta dos funcionários aos escritórios abertos, ressurgiu a necessidade de espaços com maior privacidade: “Foi uma demanda que veio dos clientes e nos levou a pesquisar e desenvolver novas linhas. Hoje é uma das frentes que mais crescem”, diz Meisler.

Para a empreendedora, a tendência é de escritórios menos rígidos e mais adaptáveis, capazes de acompanhar mudanças no mercado de trabalho sem exigir novas reformas.

No Brasil, 74% das empresas adotam o modelo de trabalho híbrido, segundo levantamento de 2026 do Instituto de Engenharia de Gestão (IEG). Entre eles, 43% trabalham três dias por semana presencialmente e 24%, quatro dias.

"A conversa deixou de ser sobre quantos lugares cabem e se tornou sobre bem-estar"

Anny Meisler



Curtas

Lucro da Positivo

A Positivo Tecnologia encerrou o segundo trimestre com lucro líquido atribuído aos sócios controladores de R\$ 2,58 milhões, revertendo prejuízo líquido de R\$ 57 milhões registrado entre abril e junho de 2025, informou a empresa. A receita da

fabricante brasileira de computadores, urnas eletrônicas, máquinas de pagamentos e fornecedora de serviços de tecnologia somou R\$ 938,7 milhões no segundo trimestre, alta de 11,5% ante o resultado de R\$ 842,2 milhões reportado um ano antes. *(Daniela Braun, de São Paulo)*

Reclamação ao Conar

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) passará a receber, nos próximos dias, queixas de consumidores também pelo WhatsApp, aplicativo da Meta Platforms. O novo canal, que utiliza recursos de inteligência artificial

(IA), foi anunciado nesta quarta-feira (12), durante a cerimônia de posse do publicitário Eduardo Simon como presidente da entidade. Atualmente, as reclamações de consumidores chegam principalmente por meio de um formulário disponível no site do Conar. *(LD)*

Celulose Companhia sentiu os efeitos do câmbio e das paradas para manutenção no balanço do 2º tri

Suzano vê demanda mais forte no segundo semestre

Vitória Nascimento
De São Paulo

Depois de um segundo trimestre marcado pelo impacto negativo da valorização do real, da alta de custos puxada pelo conflito no Oriente Médio e da concentração de paradas programadas para manutenção nos resultados, a Suzano espera um segundo semestre mais favorável para o negócio de celulose, sustentado por demanda sazonalmente mais forte, e pelos ganhos ao assumir os ativos de papéis de higiene (“tissue”) adquiridos da Kimberly-Clark.

“Sazonalmente, a demanda por celulose é maior no segundo semestre do que no primeiro”, disse ao **Valor** o vice-presidente executivo financeiro e de relações com investidores, Marcos Assumpção. “No segundo semestre também temos eleições no Brasil, e isso deveria ter um im-

pacto em demanda por papel no mercado brasileiro.” Sobre preços, a companhia não comenta.

Entre abril e junho, a Suzano teve receita líquida de R\$ 11,59 bilhões, alta de 6% na comparação com o primeiro trimestre e queda de 13% em um ano. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 4,7 bilhões, com avanço de 3% no trimestre e recuo de 23% na base anual, com margem de 41%. O lucro líquido somou R\$ 1,807 bilhão, 58% menor que no trimestre anterior e 64% abaixo do registrado um ano antes.

O volume de celulose vendido caiu 11% em um ano, para 2,9 milhões toneladas, com a redução concentrada na Ásia. Para o vice-presidente executivo comercial e de logística de celulose e de negócios Ásia, Leonardo Grimaldi, o movimento é de oferta, não de demanda: o segundo trimestre



Assumpção, da Suzano: “Eleições no Brasil devem ajudar negócio de papel”

concentrou paradas programadas de manutenção nas maiores fábricas de celulose da companhia, o que reduziu a disponibilidade do produto.

“Nas Américas e na Europa, a grande maioria das nossas vendas é lastreada por contratos de fornecimento. Na Ásia, as negociações são quase diárias, quase semanais”, afirmou. “A gente só consegue ajustar essa disponibilidade na Ásia, já que os outros mercados são contratados.”

Grimaldi disse que os dados de produção dos clientes asiáticos seguem positivos, com crescimento acima de 10% em todas as linhas de papel. Segundo o comentário de resultados da companhia, que cita a consultoria SCI, a produção total de papel na China cresceu 13,8% no trimestre na comparação anual.

O custo caixa de produção de celulose sem paradas subiu 5% no tri-

mestre, para R\$ 843 por tonelada, pressionado por gás natural, soda cáustica e dióxido de cloro, afetados pelo conflito no Oriente Médio. Ainda assim, ficou dentro do previsto, e a Suzano manteve a projeção de custo médio de cerca de R\$ 800 por tonelada em 2026.

Parte do impacto foi neutralizada por uma posição de proteção montada antes da alta do petróleo. “A Suzano é uma das poucas empresas no Brasil que tinha feito uma posição financeira de proteção em derivativos para o preço do petróleo, e a gente fez isso muito antes do preço subir”, disse Assumpção. O hedge de commodities gerou ajuste caixa positivo de R\$ 147 milhões no trimestre.

A alavancagem em dólar subiu de 3,3 para 3,4 vezes o Ebitda ajustado entre março e junho, ante 3,1 vezes um ano antes. A Suzano mantém a meta de chegar a 2,5 vezes, sem prazo definido.

Agronegócios

Por **GLOBAL**

Ambiente Corte decide que são constitucionais leis estaduais que limitaram pacto entre empresas vedando compra de grão colhido em áreas de desmate da Amazônia

STF valida regras contra Moratória da Soja, mas derruba tese de cartelização

Rafael Walendorff
De Brasília

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por maioria, que as leis 12.709/2024, de Mato Grosso, e 5.837/2024, de Rondônia, que vedam a concessão de benefícios fiscais e de terrenos públicos a empresas que participam de acordos privados que criam restrições para a produção agropecuária, são constitucionais. A corte rejeitou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 7774 e 7775), apresentadas por partidos políticos, que contestavam as normas estaduais.

A Moratória da Soja é um pacto entre empresas processadoras e exportadoras da oleaginosa e organizações não-governamentais que impede a comercialização do grão produzido em área desmatada depois de julho de 2008, mesmo que de forma legal. A aplicação das leis de Mato Grosso e Rondônia levou, na prática, a um esvaziamento do acordo, com a saída de traders.

O STF validou as leis dos dois Estados, mas, ao mesmo tempo, reforçou o entendimento sobre a legalidade da Moratória da Soja: a maioria dos ministros do Supremo afastou a acusação de que, com o acordo, as tradings signatárias teriam formado cartel e decidiu extinguir processos jurídicos e administrativos que con-

tam o pacto ou pedem indenizações bilionárias por eventuais danos aos agricultores. A decisão alcança, por exemplo, uma ação que mirava as tradings e que estava no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O ministro Flávio Dino, relator da ADI 7774, sobre a lei mato-grossense, foi quem propôs a extensão da análise para a constitucionalidade da Moratória e a extinção dos processos em outras instâncias. Os ministros Dias Toffoli, André Mendonça e Luiz Fux foram contra, mas acabaram vencidos.

O julgamento das ações que envolvem a Moratória da Soja havia sido interrompido em março deste ano e encaminhado para o Núcleo de Solução Consensual de Conflitos do STF, sem sucesso.

Ao anunciar seu voto, Dino afirmou ter buscado um equilíbrio para o caso. O ministro salientou não ter detectado vícios na Moratória da Soja, um arranjo que gerou “inequívocos” benefícios econômicos e ambientais para o país e que é fruto da livre iniciativa do mercado. Por outro lado, ele ressaltou que os entes do poder público, a exemplo de assembleias legislativas e governos estaduais, têm a prerrogativa de estabelecer critérios para a concessão de incentivos fiscais e que não têm obrigação de dar “novos benefícios a empresas que resolvam exigir o que a lei não exige”.

Dino afirmou que a validade



O ministro Flávio Dino, do STF: Moratória gerou “benefícios inequívocos” ao país

das leis não impede a continuidade da Moratória da Soja, mas vai alongar investigações e disputas em ações judiciais e administrativas, o que seria “deletério” para o país. Processos movidos por produtores rurais, por exemplo, cobram indenizações bilionárias das empresas que se negaram a comprar a soja.

“A pendência de litígios impõe ao setor passivo bilionário e

de difícil mensuração com impacto nas empresas. Estamos falando aqui de pretensões que chegam a R\$ 20 bilhões, capazes de gerar abalo econômico e de imagem ao setor”, afirmou Dino.

Segundo o ministro, ações pedem indenizações por “danos hipotéticos” em tentativas de esticar a litigiosidade do caso. Por isso, ele propôs a extinção, “por ausência de interesse processual,

de todos os processos que tenham como causa de pedido pressuposto direto ou indireto à ilicitude, à inconstitucionalidade ou à responsabilidade civil decorrente da Moratória da Soja.

O ministro Dias Toffoli, relator da ADI 7775, sobre a legislação de Rondônia, disse que a aplicação dos artigos das duas leis que tratam de alteração tributária e vedam a concessão dos benefícios às empresas, produza efeitos somente após anterioridade geral ou nonagesimal, ou seja, no ano seguinte à aprovação da norma e após 90 dias. A medida protege as tradings e evita que os incentivos já concedidos possam ser contestados ou caçados.

Já o presidente do Supremo, Edson Fachin, viu inconstitucionalidade total das duas leis, mas foi voto vencido. Segundo ele, “as leis penalizam quem adota práticas ambientais mais protetivas”.

O ministro disse ainda que “quando o Estado usa a tributação para desencorajar iniciativas de maior conservação ambiental, há contrariedade aos valores constitucionais”. Para Fachin, “ao eleger a não participação em acordos de participação ambiental, o legislador institui discriminação inconstitucional que vulnera o equilíbrio concorrencial”. Ele concordou, no entanto, com a constitucionalidade da Moratória da Soja e com a extinção dos processos ligados ao tema.

Instalada comissão mista sobre MP de dívidas

Renegociação

Murillo Camarotto
De Brasília

O Congresso Nacional instalou ontem a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 1376/26, que trata da renegociação das dívidas dos produtores rurais afetados por eventos climáticos extremos. A MP foi encaminhada como uma alternativa ao PL 5122/23, aprovado em junho pelo Senado sob resistência da equipe econômica.

A comissão será presidida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), que relatou o PL 5122/23. Para a relatoria foi designado o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que comandou a Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

Durante a instalação, Calheiros disse que a MP “é um passo importante”, mas reclamou do esvaziamento do texto anterior. “Mas precisa ser aperfeiçoada. Cabe a esta comissão recuperar o que foi retirado”, afirmou. Já Pimenta direcionou críticas aos bancos e ao juro alto. “Não é possível que os bancos dificultem essa negociação que visa apoiar os agricultores brasileiros”, disse.

A MP pode trancar a pauta do Congresso ainda em agosto. Antes de ir aos plenários da Câmara e do Senado, o texto precisa de parecer aprovado na comissão. O prazo para votação é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Editada em 15 de julho, a MP autoriza a criação de linhas de crédito para liquidar ou amortizar operações de crédito rural e Cédulas de Produto Rural (CPR) de produtores e cooperativas que acumularam perdas de safra ou de renda nos últimos anos. O texto prevê juros escalonados por porte do produtor, prazos alongados e carência, além da participação da União em um fundo garantidor voltado ao crédito rural.

A Medida Provisória é resultado de acordo entre o governo, a Frente Parlamentar da Agropecuária e a Câmara. O entendimento veio depois da aprovação do PL 5122/23 pelo Senado, em junho, sem consenso com a equipe econômica: o projeto tinha alcance mais amplo e usava o Fundo Social do Pré-Sal como fonte.

R\$ 100 bilhões podem ser renegociados

Abiove comemora decisões; Aprosoja quer reverter parte delas

De Brasília

As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Moratória da Soja foram bem recebidas por traders e processadoras do grão, mas criticadas parcialmente tanto por entidade que reúne produtores como por ambientalistas.

O presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, disse ao **Valor** que o arranjo feito pelo STF para extinguir as investigações e outros processos que envolviam a Moratória da Soja, com o reconhecimento da constitucionalidade do acordo, foi o “ideal” no contexto do julgamento das leis de Mato Grosso e Rondônia que afetam o funcionamento do pacto privado das tradings.

“Precisávamos muito que o STF se pronunciasse sobre a lega-

lidade e a constitucionalidade da Moratória da Soja. Ou seja, não tem razão para investigar [sobre cartel]”, disse.

Apesar da decisão do STF, ele admitiu que a Moratória da Soja continuará esvaziada. Segundo Nassar, a decisão das tradings de sair da Moratória decorreu da judicialização do assunto e das leis estaduais. “Qualquer iniciativa daqui para frente não pode ferir essas leis. Não vamos voltar com a Moratória”.

Questionado se o setor poderá implementar outro mecanismo, adequando às leis, disse que o importante era “resolver o litígio prioritário, agora vamos começar a pensar em outras iniciativas”.

A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), que também era signatária do acordo, disse, em nota, que o STF contribuiu para a “pacificação do conflito”.

Já a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) afirmou, em nota, que buscará reverter a decisão do STF de extinguir ações judiciais e administrativas em relação à Moratória. A entidade manifestou preocupação com a extinção de processos de busca por indenizações pelos produtores e da apuração em curso no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra as tradings integrantes do acordo privado.

“A Aprosoja Mato Grosso respeita integralmente as decisões do

“Não vamos voltar com a Moratória da Soja”
André Nassar

STF, mas avaliará os instrumentos jurídicos disponíveis para buscar a revisão desse ponto específico, bem como os caminhos legalmente possíveis para assegurar aos produtores eventualmente prejudicados o direito de buscar a devida reparação”, disse, na nota.

Sobre a decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade das leis de Mato Grosso e Rondônia que vedam a concessão de incentivos fiscais a empresas que aderiram ao acordo, a Aprosoja-MT disse que ela “fortalece a atuação dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais na defesa de suas economias, de seus produtores e do interesse público”.

A associação afirmou ainda que seguirá combatendo possíveis “tentativas de ressuscitar as mesmas restrições por meio de novos acordos (...) ou políticas empresariais artificialmente

apresentadas como individuais”.

Embora tenha comemorado a decisão do STF sobre a constitucionalidade da Moratória, o Greenpeace Brasil relatou “extrema preocupação” com a validação das leis de Mato Grosso e Rondônia. Para a organização, as legislações violam preceitos constitucionais, como o princípio da defesa do meio ambiente.

“Estas leis desincentivam fortemente compromissos de desmatamento zero atuais e futuros, reduzindo drasticamente o papel e potencial do setor privado no atingimento dos objetivos climáticos do país”, disse o Greenpeace em nota.

Para o presidente da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (ABAT), Halley Henares, a decisão do STF reconhece a autonomia dos Estados na definição de políticas de incentivos fiscais. (RW)

Sementes Chinesa deve abrir mão de margem no curto prazo para acelerar adoção no Brasil de suas tecnologias de controle de lagartas e de tolerância a herbicidas

Com estratégia ousada, DBN busca 30% do mercado de biotecnologia para soja

Danton Boatini Júnior
De Pequim e Xangai

Uma gigante chinesa de biotecnologia, ainda pouco conhecida no Brasil, tem uma meta ambiciosa para o país: a DBN Biotech mira conquistar, até 2038, uma fatia de 30% do mercado brasileiro de biotecnologia para sementes de soja, atualmente dominado pela alemã Bayer. Para chegar a esse resultado, a empresa se mostra disposta a abrir mão da rentabilidade no curto prazo, uma forma de acelerar a adoção no Brasil de suas tecnologias que têm foco no controle de lagartas e na tolerância a herbicidas.

Foi o que sinalizou Suping Geng, vice-presidente de negócios DBN Biotech para a América Latina, a jornalistas brasileiros em conversa realizada no intervalo entre visitas a unidades do grupo na China na semana passada. Empresas de sementes e melhoradores também estiveram nas visitas.

Após ter suas primeiras tecnologias (traits, ou eventos) aprovadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) em 2023, a empresa planeja a instalação de um laboratório em Campinas (SP), ainda sem data prevista, e o lançamento do primeiro produto no mercado brasileiro em 2028. “Não buscamos apenas o lucro imediato. Nosso objetivo principal é introduzir o produto no mercado e fazer com que os agricultores o conheçam e se familiarizem com ele. Vamos concentrar esforços nos produtos futuros”, disse Suping Geng.

Participantes das visitas, que preferiram não se identificar, avaliam que para alcançar os 30% do mercado, a DBN irá adotar uma postura “agressiva” em termos de preço. A empresa nega que a estratégia de preço já esteja definida, mas sinaliza que pretende ficar com uma parcela menor dos royalties das tecnologias.

Raio-X do Grupo DBN

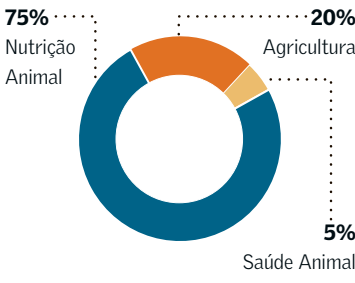
Destaques da empresa chinesa



- Fundação**
1993
- Sede**
Pequim (China)
- IPO**
2010, Bolsa de Valores de Shenzhen
- Número de empregados**
30.000
- Faturamento**
US\$ 4,3 bilhões em 2025
- Investimento anual**
US\$ 15 milhões

Fonte: Empresa

Principais áreas de atuação



- Fundação da DBN Biotecnologia**
Janeiro de 2010
- Culturas-alvo:**
Soja, milho e algodão
- Principais tecnologias em soja**
Tolerância aos herbicidas glifosato e glufosinato; controle de lagartas e tolerância ao glufosinato e controle de insetos com proteínas adicionais
- Novos desenvolvimentos**
Eventos para controle de plantas daninhas, percevejos, ferrugem e nematoides em testes



Suping Geng: receita com royalties será compartilhada entre elos da cadeia

tório em Campinas é um elemento central nessa estratégia.

A DBN Biotech sustenta que o principal diferencial técnico apresentado por sua biotecnologia para sementes de soja é um controle mais eficiente de lagartas do gênero Spodoptera, praga agrícola altamente destrutiva. Segundo Geng, a tecnologia Double Stack, aprovada no Brasil, atua no controle de cerca de sete insetos, enquanto a Triple Stack, também aprovada, amplia essa cobertura para mais de dez.

A estratégia da DBN prevê uma entrada gradual no Brasil. Os primeiros lançamentos devem ser concentrados no Sul do país, onde a companhia tem materiais desenvolvidos em parceria com a GDM. Em seguida, a empresa pretende avançar para o Centro-Oeste e o Matopiba (região de confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) por meio de outros parceiros, enquanto a futura geração de tecnologias deverá ser posicionada para todo o território nacional.

Maior empresa privada da China na área de sementes, a DBN desembarca no Brasil no momento

em que o gigante asiático fortalece a sua estratégia para aumentar a autossuficiência em alimentos. Na prática, porém, os chineses sabem que é difícil aumentar a produção doméstica e reduzir a dependência das importações de soja.

“A área total de terra é limitada, não há espaço suficiente para expandir o cultivo. Outro aspecto relevante é a preferência dos agricultores: ao escolher entre milho, algodão e soja, eles tendem a optar pelo milho”, afirmou Geng.

O governo chinês já anunciou, inclusive, a intenção de reduzir a adição de farelo de soja na ração animal. Na DBN, que também atua em nutrição animal, essa diretriz ainda não foi posta em prática porque a empresa considera que a dieta com farelo de soja é mais efetiva do que com outros grãos, segundo o executivo. “A digestibilidade do farelo de soja para os suínos é muito melhor do que a do DDG de milho”, disse ele, em referência aos grãos secos de destilaria, coproduto do processamento do milho.

O jornalista viajou a convite da DBN

Lucro da Minerva recuou 57% no segundo trimestre

Balanço

Clarice Courto
De São Paulo

A Minerva, companhia que lidera as exportações de carne bovina in natura e derivados na América do Sul, fechou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 196,9 milhões, o que representou uma queda de 57% em relação aos R\$ 458,3 milhões de igual período do ano passado. A empresa divulgou seus resultados ontem à noite.

A queda refletiu a diminuição do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) e também despesas financeiras, incluindo uma variação cambial negativa em R\$ 35,2 milhões, disse o diretor financeiro, Edison Ticle, a jornalistas. A variação cambial tem efeito não-caixa. No segundo trimestre de 2025, a variação cambial havia sido de R\$ 128,6 milhões positivos.

O Ebitda no segundo trimestre caiu 5,5%, para R\$ 1,230 bilhão, em relação ao de um ano antes, que somou R\$ 1,302 bilhão. Já a receita líquida cresceu 1,3%, para R\$ 14,1 bilhões, mesmo com um abate 3,8% menor, de 1,434 milhão de cabeças de gado.

A receita bruta com as exportações, de R\$ 8,522 bilhões, representou 57% do total, puxada por vendas à China, Estados Unidos, Chile e ao próprio Brasil, destino de cerca de 20% das exportações da Minerva a partir de outros países da América do Sul.

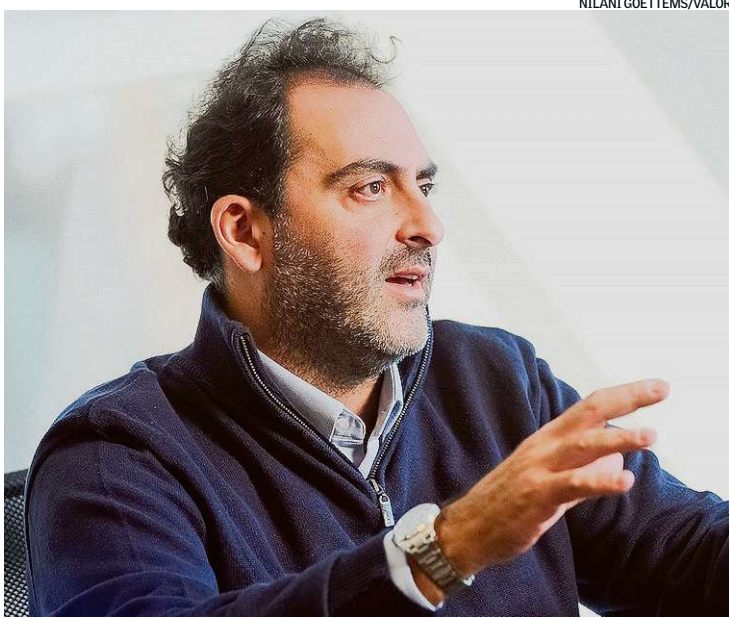
No segundo trimestre, a alavancagem — relação entre a dívida líquida e o Ebitda de 12 meses en-

cerrados no período — da companhia subiu para 2,9 vezes (ela havia sido de 2,7 vezes no primeiro trimestre). O aumento deveu-se principalmente a investimentos em capital de giro, de R\$ 1,1 bilhão, para formar estoques de carne bovina que atenderão especialmente China e Estados Unidos e que serão faturados no segundo semestre.

Na conta estão recebíveis de pagamentos maiores, de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões, referentes a vendas, em boa medida aos chineses, que serão pagas neste semestre, segundo Ticle. “Nunca tivemos tantos estoques, na água, nos destinos ou origens. Estamos prontos para realizar os estoques no segundo semestre, exatamente como fizemos no ano passado”, afirmou.

No segundo semestre, mesmo com o Brasil preenchendo a cota a que tinha direito de vender carne bovina ao mercado chinês sem ter que pagar tarifa de 55%, a Minerva

R\$ 14 bi
foi a receita líquida no trimestre



Edison Ticle, da Minerva: “Prontos para realizar estoques no segundo semestre”

seguirá exportando ao país a partir de suas unidades na Colômbia, Uruguai e Argentina. A perspectiva é manter neste ano o volume dos embarques à China que a companhia registrou em 2025.

A Minerva enxerga demanda forte de outros mercados, principalmente nos Estados Unidos, que lidam com acentuada escassez de gado. A empresa também espera continuar atendendo a Europa com produto da América do Sul, a

partir do momento em que o bloco interromper compras do Brasil, segundo o diretor-presidente, Fernando Galletti de Queiroz. Os europeus devem suspender as importações de produtos brasileiros de origem animal a partir de 3 de setembro, alegando que o país falhou em comprovar que cumpre exigências sobre antimicrobianos. “Isso deve se traduzir em preços mais altos na Europa para a carne importada”, disse Queiroz.

Aperto de margens no campo reduz ganhos da Kepler Weber

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O aperto de margens no campo, que tem limitado os investimentos dos produtores rurais nas fazendas, pesou sobre os resultados da Kepler Weber no segundo trimestre. O lucro líquido da empresa, a maior da indústria de equipamentos para armazenagem da América Latina, foi de R\$ 6,3 milhões no período, o que representou um declínio de 55% em relação ao segundo trimestre de 2025.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

(Ebitda, na sigla em inglês) caiu 31,7% na mesma base de comparação, para R\$ 25,9 milhões. A receita líquida, por sua vez, diminuiu 3,9%, somando R\$ 299,1 milhões, o que refletiu, também, a queda de preços dos produtos.

De acordo com CEO da Kepler Weber, Bernardo Nogueira, a demanda por estruturas de armazenagem agrícola continua a existir, mas a rentabilidade limita a comercialização. E, com as perspectivas de momento para preços de commodities, para os gastos dos produtores com insumos e para as taxas de juros, não há sinais de

mudança no horizonte dos agricultores. “Vemos um 2027 tão desafiador quanto 2026”, afirmou.

Mas, para ele, a tendência é que os produtores voltem a investir quando o quadro de adversidades começar a se dissipar. Isso porque, segundo o executivo, apenas 14% das estruturas de

55%
foi a queda do lucro líquido da empresa

armazenagem do agro brasileiro estão dentro das fazendas. Nos Estados Unidos e na Argentina, concorrentes do agro brasileiro no mercado internacional, as fatias são de 60% e 40%, respectivamente. “Com o tempo, o agricultor vai investir em coisas que agregam valor e reduzem risco, e, sem dúvida, [isso inclui] armazenagem e irrigação”, disse.

Na categoria fazendas, que respondia pela maior parte do faturamento da empresa, a receita caiu 13,2% no segundo trimestre, para R\$ 83,1 milhões. Com isso, o segmento agroindústria, que cres-

ceu 17,9% e faturou R\$ 126,5 milhões, assumiu a liderança.

“Estamos com um desafio que vem desde o ano de 2024. O resultado caiu devido à situação mercadológica e macroeconômica do setor, e temos um único ponto de desafio na companhia que é a questão do preço”, disse Renato Arroyo, diretor financeiro e de relações com investidores da Kepler.

Outro segmento que teve bom desempenho no segundo trimestre foi a de reposição e serviços. A receita da empresa nessa categoria cresceu 5% no período, para R\$ R\$ 65,6 milhões.

Balanço
Lucro líquido da SLC cresceu 75,3% no segundo trimestre, para R\$ 245 milhões
valor.com.br

Investimentos
Daniel Gewehr, do Itaú BBA, observa maior pessimismo de gestores com a bolsa **C8**



Bancos
Banco do Brasil lucra mais do que o previsto, mas inadimplência sobe no 2º tri **C6**

Mercados
Ativos locais estendem piora e dólar se aproxima de R\$ 5,18 **C2**

Câmbio
StoneX compra Banco Travelex e amplia a presença no Brasil **C3**

Valor C
Quinta-feira, 13 de agosto de 2026

Finanças

Mercados País atraiu US\$ 11,9 bilhões até julho; Coreia do Sul recebeu US\$ 70,6 bi e Taiwan, US\$ 56,5 bi

IA concentra fluxo para emergentes asiáticos e deixa Brasil distante de líderes

Fernanda Guimarães
De São Paulo

O Brasil recebeu US\$ 11,9 bilhões de fundos internacionais de ações em 2026 até julho de acordo com levantamento da EPFR. O valor supera os US\$ 7,7 bilhões registrados durante todo o ano passado. Mesmo assim, o país ficou distante dos mercados emergentes que se tornaram protagonistas da corrida global pela inteligência artificial. Coreia do Sul e Taiwan atraíram US\$ 70,6 bilhões e US\$ 56,5 bilhões, respectivamente, em igual intervalo, impulsionados pela presença de fabricantes de semicondutores e outros componentes essenciais para a expansão de centros de dados.

Esses dois mercados asiáticos também receberam muito mais recursos do que a Índia, que nos últimos anos se consolidou como um dos principais destinos do capital estrangeiro entre os emergentes. O país atraiu, no mesmo intervalo, US\$ 22,7 bilhões. Na direção oposta, a China registrou saída líquida dos fundos acompanhados, com o pano de fundo geopolítico.

Os números fazem parte de levantamento da EPFR, plataforma que monitora aplicações e resgates em fundos globais, feito a pedido do **Valor** com os mercados que integram o índice MSCI Emerging Markets.

Em termos proporcionais, o fluxo destinado ao Brasil correspondeu a 4,64% dos ativos mantidos pelos fundos acompanhados, ante 4% em todo o ano passado. Na Coreia do Sul, o percentual chegou a 11,18%, mais que o dobro dos 5,5% de 2025. Em Taiwan, atingiu 6,69%, ante 5,49%.

Cameron Brandt, diretor de pesquisa da EPFR, afirma que o indicador proporcional permite comparar melhor a intensidade da demanda por mercados de tamanhos muito diferentes. Os valores em dólares mostram os fluxos absolutos, enquanto o percentual sobre os ativos sob gestão revela quanto os investidores aumentaram ou reduziram a exposição em relação às posições que já possuíam.

A diferença entre os países também reflete o lugar que cada um ocupa na cadeia de inteligência artificial (IA). Enquanto Coreia do Sul e Taiwan concentram algumas das maiores fabricantes mundiais de chips e memórias, a bolsa brasileira continua dominada por bancos, companhias de petróleo, mineradoras, empresas de energia e negócios voltados à economia doméstica.

A expectativa de queda dos juros nos Estados Unidos favoreceu, no início do ano, a migração de recursos do mercado americano para os emergentes. Esse movimento perdeu força com o conflito envolvendo o Irã, que alterou as perspectivas para



Kapulskis: "Na parte de semicondutores e da manufatura desses dispositivos existe uma concentração de companhias na Ásia"

inflação e juros globais, e com a busca crescente por ações ligadas à inteligência artificial.

"Para mim, a raiz dessa discussão é a perspectiva para os juros, especialmente lá fora", afirma Glenn Mallett, responsável pela área de renda variável da XP.

Brasil e Coreia do Sul se beneficiaram da procura por emergentes no começo do ano, mas passaram a seguir caminhos diferentes a partir de maio. O mercado brasileiro perdeu fôlego à medida que os investidores mudaram suas expectativas para os juros e aumentaram a exposição à inteligência artificial. Coreia e Taiwan, por sua vez, foram favorecidas pela presença de fornecedores globais de chips e memórias.

"Quando o fluxo para emergentes estava forte, Brasil e Coreia cresciam. Depois, a questão do Irã se- cou parte desse fluxo. Ao mesmo

"Os números de IA surpreenderam e houve uma troca de posições dentro dos próprios emergentes"
Glenn Mallett

tempo, os números de inteligência artificial surpreenderam e houve uma troca de posições dentro dos próprios emergentes", diz Mallett.

No Brasil, a mudança também provocou uma rotação das carteiras em direção a empresas de petróleo e gás, beneficiadas pela alta da commodity, sob o contexto do conflito no Irã. O movimento, porém, não foi suficiente para manter o ritmo de entrada observado no começo do ano.

Por aqui, o petróleo ajudou o país a continuar atraindo recursos. Brandt afirma que o Brasil foi favorecido por combinar elevada capacidade de produção com uma posição geográfica distante das regiões diretamente afetadas pelos conflitos no Oriente Médio. "O Brasil se beneficiou neste ano por ser um grande produtor de petróleo distante do Oriente Médio", afirma Brandt.

Mais recentemente, porém, o sentimento em relação ao país esfriou. Segundo Brandt, as taxas de juros elevadas, a ausência de uma narrativa forte ligada à inteligência artificial e a proximidade da eleição presidencial têm levado investidores e gestores de fundos a adotar uma postura mais cautelosa.

Para Mallett, a competição por recursos entre os mercados emergentes ficou mais evidente quando os investidores passaram a

priorizar empresas diretamente expostas à infraestrutura de IA.

"O grande elemento é a expectativa para os juros lá fora. É isso que vai ditar a retomada do fluxo internacional para o Brasil", afirma.

A forte valorização das ações asiáticas, no entanto, passou por uma correção intensa mais recentemente. Depois de uma disparada puxada pela demanda por inteligência artificial, o Kospi, principal índice da bolsa sul-coreana, recuou 22,2% em julho, sua maior queda mensal desde a crise financeira global. Entre a máxima intradiária atingida em junho e a mínima do mês seguinte, a perda chegou a aproximadamente 44%.

Mesmo depois da correção, o índice acumulava valorização de cerca de 56% no ano até 5 de agosto, bem acima do Nasdaq, que caiu 3,2% em julho e avançava aproximadamente 9% em 2026.

"Na parte de semicondutores e da manufatura desses dispositivos, sejam servidores, chips, memórias ou conectores, existe uma concentração muito grande de companhias na Ásia, principalmente em Taiwan e na Coreia do Sul. O Japão também é relevante, mas não integra o universo de mercados emergentes", afirma Thiago Kapulskis, sócio gestor do Global Technology Fund da São Pedro Capital.

Segundo ele, essas companhias formam a primeira camada de beneficiárias dos investimentos realizados pelas grandes empresas americanas de tecnologia. A expansão da capacidade computacional exige não apenas processadores avançados, mas também memórias, servidores, conectores e outros componentes.

Na Coreia do Sul, Samsung Electronics e SK Hynix lideraram o movimento. As duas companhias chegaram a responder juntas por mais da metade do valor de mercado do Kospi e ocupam posições centrais na produção de memórias de alta largura de banda, as chamadas HBM, usadas em aceleradores e servidores de inteligência artificial.

Em Taiwan, a principal referência é a TSMC, maior fabricante terceirizada de semicondutores do mundo e responsável pela produção de alguns dos chips mais avançados desenvolvidos por companhias globais de tecnologia. O mercado também reúne grupos como MediaTek e Hon Hai, conhecida como Foxconn.

O peso de Samsung e SK Hynix ampliou a volatilidade do mercado sul-coreano durante a correção. A queda das ações foi agravada pela popularização de ETFs, fundos negociados em bolsa, alavancados e ligados individualmente às fabricantes de chips. O rebalanceamento diário desses produtos e as chamadas de margem enfrentadas por investidores aceleraram as vendas.

Em julho, a Comissão de Serviços Financeiros da Coreia do Sul suspendeu temporariamente novas listagens de ETFs alavancados de ações individuais e aumentou de 10 milhões para 30 milhões de wons o depósito mínimo exigido para negociar esses produtos.

"Vivemos seis meses de 'FOMO' (iniciais em inglês de 'medo de ficar de fora'), que poucas vezes vi na minha carreira", afirma Kapulskis, da São Pedro.

Parte das dúvidas passou a se concentrar no segmento de memórias, uma das áreas que mais haviam se valorizado. Muitas dessas empresas têm comportamento cíclico e atuam em produtos com menor diferenciação, o que torna preços e margens mais sensíveis à expansão da capacidade de produção.

A primeira onda de valorização ligada à IA, segundo Kapulskis, esteve concentrada em em-

presas como Nvidia e Broadcom, que ocupam posições mais diferenciadas na infraestrutura tecnológica. Nos últimos meses, os ganhos se espalharam para fabricantes de memória.

"Olhando para a frente, a expectativa é que o ciclo de investimento continue. A questão agora é a distância entre a expectativa e a realidade e onde ainda estão as oportunidades", diz. "Onde se ganhou mais dinheiro recentemente foi nos setores de semicondutores mais comoditizados e também mais especulativos."

As dúvidas sobre a oferta futura de memórias aumentaram com a chegada da chinesa CXMT Corp., antiga ChangXin Memory Technologies, ao mercado de capitais. A maior fabricante chinesa de memórias DRAM levantou 57,92 bilhões de yuans, cerca de US\$ 8,6 bilhões, em uma oferta inicial de ações realizada em julho na Star Market, segmento da Bolsa de Xangai voltado a empresas de tecnologia.

A operação foi a maior oferta de uma fabricante de semicondutores já realizada no mercado acionário da China continental. A CXMT pretende usar os recursos para modernizar e ampliar sua produção. A empresa ainda está atrás de Samsung, SK Hynix e Micron em algumas tecnologias avançadas, mas sua expansão aumentou o temor de crescimento da oferta nos segmentos mais padronizados.

Para Kapulskis, a expansão chinesa não encerra o ciclo favorável às fabricantes asiáticas, mas reduz o grau de excepcionalidade observado nos últimos meses. "Passamos de um período perfeito para um período muito bom", afirma.

O Brasil está fora da manufatura de semicondutores, mas pode participar do ciclo de inteligência artificial por outras vias. Uma delas seria o fornecimento de energia para centros de dados. Em uma etapa posterior, a difusão da tecnologia também poderia beneficiar empresas locais capazes de incorporá-la a seus negócios.

"O Brasil está na ponta oposta porque não participa da manufatura de semicondutores, mas poderia se beneficiar pela energia", afirma Kapulskis. "O outro lado dessa história é que, à medida que a tecnologia se difundir, poderemos ver novas companhias locais utilizando essa tecnologia e surgindo no mercado."

Importante apontar que a Coreia do Sul permaneceu na categoria de mercado emergente na revisão anual divulgada pela MSCI em junho. A provedora de índices não incluiu o país na lista de observação para uma possível promoção ao grupo dos mercados desenvolvidos, ao afirmar que ainda precisava avaliar os efeitos das reformas adotadas para ampliar a acessibilidade do mercado.

Destaques

Crise na Apex

Em mais um capítulo da crise instaurada na gestora capixaba Apex Partners, o presidente afastado Fernando Cinelli ajudou, na Justiça de Vitória, uma ação para obrigar a holding e mais 11 empresas

do grupo a lhe entregar atas, contratos e e-mails sobre as operações que originaram a crise nas últimas semanas. Entre as operações na mira estão a aquisição de participação na CVC, debêntures da Rhino e os negócios do fundo Carby-

ne. A gestora havia informado na quinta-feira passada que foram encontradas "inconsistências financeiras" nos seus números e afastou Cinelli da presidência e Eduardo Siqueira da diretoria financeira. *(Cristian Favaro)*

Multimercado do Itaú

A Itaú Asset Management selou uma parceria estratégica com a Walleye Capital, uma das principais gestoras de investimentos alternativos, com sede em Nova York. Pelo acordo, a Walleye terá

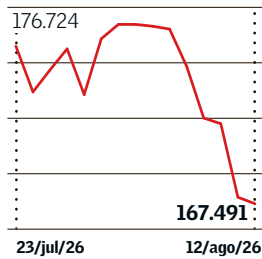
acesso a um grupo selecionado de estratégias de fundos multimercado da Itaú Asset, por meio do Itaú Global Dinâmico. Segundo a asset, as casas vão avaliar, no futuro, novas oportunidades para ampliar esse relacionamento

ao longo do tempo. Fundada em 2005, a gestora americana se define como uma casa multiestratégia, tem cinco escritórios, 400 empregados globalmente e US\$ 17 bilhões em ativos sob seu guarda-chuva. *(Adriana Cotias)*

Finanças

Ibovespa

Em pontos



Queda de
0,23%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

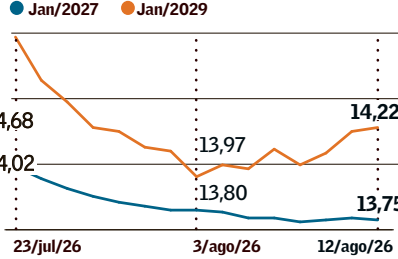
Bolsas internacionais

Variações no dia 12/ago/26 - em %

Dow Jones	-0,04
S&P 500	0,26
Euronext 100	-0,21
DAX	-0,23
CAC-40	-0,46
Nikkei-225	0,83
SSE Composite	0,32

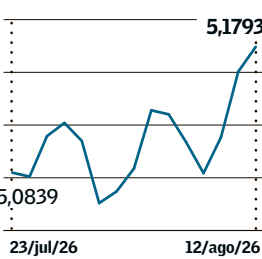
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial

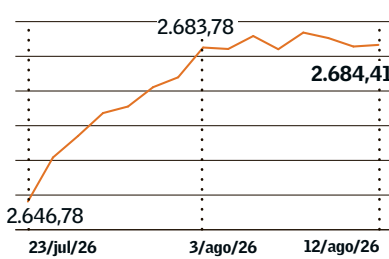
Cotação de venda - em R\$/US\$



Alta de
0,36%
em relação
ao real

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Mercados Ibovespa ampliou perdas pela 7ª sessão e juros futuros continuaram a avançar

Ativos locais estendem piora e dólar se aproxima dos R\$ 5,18

Arthur Caglari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet, Artur Scaff e Gabriel Caldeira De São Paulo

A reprecificação dos prêmios de risco no mercado local continuou a penalizar os ativos domésticos, diante da aproximação das eleições. O dólar à vista voltou a se aproximar dos R\$ 5,18, enquanto a bolsa se distanciou ainda mais dos 168 mil pontos e os juros futuros avançaram. Já nos Estados Unidos, a leitura mais amena e em linha com o esperado para o índice de preços ao consumidor (CPI) foi bem-recebida pelo mercado, ao impulsionar a queda nos rendimentos de curto prazo e o avanço das bolsas americanas, em um dia de maior otimismo com a tese de inteligência artificial (IA).

Os dados de inflação americana, porém, não promoveram alterações nas apostas para uma alta de juros em setembro, que seguiram em torno de 40%.

O fortalecimento do dólar globalmente combinado ao mau humor local fez a moeda americana encerrar ontem em alta de 0,36%, a R\$ 5,1793, contra o real. Ao longo da manhã, a divisa americana chegou a cair após a divulgação do CPI, mas a dinâmica não se sustentou, com a divisa retomando força de forma generalizada durante a tarde.

Para operadores, a piora no câmbio doméstico pode ter aumentado em virtude do cenário eleitoral. Com base em dados da B3 sobre o mercado de derivativos, um participante do mercado afirma que o investidor estrangeiro comprou US\$ 1 bilhão no pregão de segunda-feira e no de terça-feira desta semana.

Agora, a posição líquida do estrangeiro comprada (que se beneficia da valorização) em dólar contra o real está em torno de US\$ 63 bilhões. Segundo o profissional, fundos locais também teriam adquirido em torno de US\$ 1 bilhão na terça-feira, embora a posição líquida ainda esteja levemente vendida (que aposta na desvalorização) em dólar.

R\$ 5,1793
foi o valor de fechamento do dólar na sessão de ontem

“Talvez o movimento tenha sido exagerado. Agora está na boca de todo mundo [esse trade]”, afirma o gestor. Outro profissional concorda e diz que o movimento está indo rápido demais e que alguma correção poderá ocorrer nos próximos dias. “É

caro ficar vendido em dólar. Não dá para se esquecer disso.”

A saída de estrangeiros também tem afetado em cheio a bolsa local. O Ibovespa encerrou o dia em queda de 0,23%, aos 167.491 pontos, na sétima sessão consecutiva de perda. Em seis dos cinco pregões em que a B3 já disponibilizou os dados, investidores estrangeiros realizaram retiradas de ações listadas. Com isso, no acumulado do mês, os saques da categoria já somam R\$ 7,2 bilhões.

“O que, para mim, mostra que é uma saída permanente [de estrangeiros], ou ao menos até que a eleição passe, é o dia seguinte. Bolsa e dólar parecem ter mudado de patamar e não vão voltar no curto prazo. Parece que não tem mais o vendedor de ontem [terça], mas tampouco tem um comprador a preços melhores. Essa é a sensação olhando os preços hoje [ontem]”, disse Ivo Chermont, economista-chefe da Quantitas, em postagem nas redes sociais.

O mau humor no mercado local também impactou os juros futuros, que continuaram a avançar: no fim, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2029 subiu de 14,195% a 14,25%; e a do DI de janeiro de 2031 anotou alta de 14,43% para 14,48%.

Por ora, a saída de investidores estrangeiros dos mercados locais não produziu um estresse suficiente para alterar de forma relevante as perspectivas do mercado para a taxa Selic no curto prazo. Há ainda a expectativa por outro corte de juros na decisão de setembro do Comitê de Política Monetária (Copom), que pode ser seguido por outra redução em novembro.

No mercado de opções digitais de Copom, os agentes financeiros terminaram o dia precificando 75% de chance de um corte de 0,25 ponto percentual — o que levaria a Selic a 13,75% — contra apenas 23% para manutenção do juro no mês que vem. Já para a reunião seguinte do colegiado, em novembro, os percentuais ficaram em 51% para uma estabilidade na taxa e em 34,5% para mais uma redução de 0,25 ponto percentual.

Já nos EUA, a taxa da T-note de dois anos encerrou em queda de 4,226% a 4,207%, enquanto a do título da dívida pública americana com vencimento de dez anos teve alta modesta de 4,696% para 4,701%, devido ao alívio visto no CPI.

O movimento na renda fixa americana, somado a uma leitura mais amena do CPI, deu força para as bolsas americanas, em um dia em que investidores se animaram ainda com os resultados da Super Micro Computer e da CoreWeave. No fim, o Dow Jones encerrou praticamente estável (-0,04%); S&P 500 avançou 0,26%; e o Nasdaq subiu 0,54%.

Seneca compra ativos do BNI e vai atuar como banco de investimento

Mônica Scaramuzzo De São Paulo

O Grupo Seneca vai começar a operar como banco de investimento e ampliar sua atuação entre os seus clientes no mercado de dívida e de crédito. Um dos principais assessores independentes de fusões e aquisições (M&As) do país, a casa, capitaneada por Daniel Wainstein e Rodrigo Mello, adquiriu o Banco Nacional de Investimentos (BNI), uma operação que ainda depende de aprovação do Banco Central (BC).

O passo é considerado estratégico para a expansão do grupo no país, que atua em assessoria financeira — M&As e reestruturação de empresas, sobretudo.

Com a transação, o Banco Seneca chega ao mercado como uma instituição independente acirrando a disputa na Faria Lima, principal corredor financeiro do país. O valor do negócio não foi revelado. Os ativos do BNI estavam nas mãos do BTG Pactual.

A aquisição está sendo realizada por meio da Seneca Capital, holding que passará a consolidar todas as atividades do grupo.

Fundado em 2013 e estruturado como Seneca Evercore há seis anos, a partir da aliança com a americana Evercore, empresa de assessoria global de serviço financeiro, o grupo ganhará maior robustez no fechamento de negócios corporativos. “A gente acredita muito na desintermediação financeira dos bancos e que o mercado de capitais, cada vez mais, vai se tornar mais preponderante no financiamento de empresas no Brasil. A gente já vem crescendo muito nessa frente nos últimos 12 meses”, disse ao **Valor** Daniel Wainstein, copresidente do Seneca.

Segundo Wainstein, o Banco Seneca, quando tiver autorização do Banco Central, vai poder fazer a ponte para o cliente em uma etapa importante no processo



Wainstein, Mello, Hoberman e Miraglia (esq. para dir.), da Seneca: crédito em sinergia com M&A e reestruturações

de reestruturação em curso, ou eventualmente, em uma transação de M&A em andamento.

“Não vamos ser um banco de crédito, mas um banco de investimento com a flexibilidade de poder utilizar o balanço nessa situação”, diz o copresidente.

O grupo chegou a avaliar durante os últimos meses começar uma licença bancária do zero, mas entendeu que seria um processo mais demorado, afirma Rodrigo Mello, também copresidente.

“A aquisição é um marco. Com

“Estaremos preparados para atender nossos clientes em todos os ciclos e em toda a sua jornada financeira”
Rodrigo Mello

BNDES tem lucro recorde e se aproxima de meta de desembolso

Álvaro Campos De São Paulo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve lucro recorrente recorde no primeiro semestre do ano e seus ativos superaram pela primeira vez a marca de R\$ 1 trilhão. Com a expansão desde o início do atual governo, o banco de fomento se aproxima da sua meta de chegar a desembolsos de crédito equivalentes a 2% do PIB.

O banco registrou lucro recorrente de R\$ 9,2 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta de 25% em relação ao mesmo período de 2025, o que representa recorde histórico. No acumulado de 12 meses, o lucro chegou a R\$ 17,1 bilhões, também um patamar inédito.

O BNDES atingiu pela primeira vez ativos totais de R\$ 1,05 trilhão. A carteira de crédito somava R\$ 684 bilhões no fim de junho, com expansão de 3% em um ano. Já a carteira de participações societárias totalizava R\$ 85,4 bilhões, uma queda de 1,1%.

O total de aprovações de crédito chegou a R\$ 110,6 bilhões no primeiro semestre, com aumento de 52% em relação ao mesmo período de 2025. As consultas, que são a primeira etapa, soma-

ram R\$ 237,7 bilhões, com alta de 72%, e os desembolsos, R\$ 74,8 bilhões, com expansão de 37%.

Nas aprovações, os maiores crescimentos foram observados no crédito à infraestrutura (+91%) e agropecuária (+46%), somando R\$ 46 bilhões e R\$ 24,8 bilhões, respectivamente. Os créditos ao comércio e serviços somaram R\$ 17,3 bilhões (+27%) e à indústria R\$ 22,5 bilhões (+24%).

A inadimplência da instituição ficou em 0,05% no período, ante o mesmo nível na primeira metade do ano passado e 0,06% no início de 2024.

O diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, afirmou que as aprovações acumuladas

em 12 meses chegaram em junho ao equivalente a 2,1% do PIB, enquanto os desembolsos atingiram 1,4%. Assim, o primeiro indicador já alcançou e o segundo se aproxima da meta colocada pela própria instituição, de 2%.

Ele ressaltou que o crédito concedido pelo banco de fomento representa apenas 1,4% do total no sistema financeiro (incluindo mercado de capitais), sendo que 62% são concedidos a taxas de mercado. “Dizer que nosso crédito afeta as taxas de juros é falar que o rabo abana o cachorro”, disse, em resposta a críticas de que as concessões do BDNES elevam a fatia de crédito subsidiado e, assim, afetam a potência da política monetária.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que o banco de fomento não quer prejudicar o setor privado. “Não estamos empurrando ninguém para fora [do sistema financeiro], ao contrário, queremos trabalhar em parceria”, disse. Ainda assim, afirmou que a ideia de Estado mínimo é um equívoco histórico que a América Latina e o Brasil perseguiram após o Consenso de Washington.

Questionado sobre qual seria a meta para o ano que vem, Mercadante ressaltou que é preciso esperar os resultados das eleições,

instituições como J.P. Morgan, Banco Cargill e Standard Bank.

Também egressos do Goldman Sachs, Wainstein e Mello dizem que é preciso ter uma casa independente para fazer essas operações estruturadas no país. Levantamento da Seneca Evercore mostra que os bancos tradicionais reduziram a participação no financiamento do crédito corporativos.

Os bancos eram há dez anos a única fonte de crédito, mas a evolução do mercado de dívida e o aperfeiçoamento da legislação mudou esse cenário. Em 2016, a participação do crédito bancário no mundo corporativo representava 80,9% do total ante 48% atualmente. O movimento abriu espaço para instrumentos de dívida de longo prazo para debêntures e securitizações.

A casa também está se estruturando para criar uma área de “wealth manegment” (gestão de fortuna), que deverá começar a rodar de forma mais organizada quando o Seneca receber autorização do BC para poder atuar como banco de investimento.

Câmbio Transação deve ajudar na estratégia do grupo americano de operar como instituição financeira comercial com conta corrente e Pix

StoneX compra o Banco Travelex e amplia presença no Brasil

Arthur Cagliari
De São Paulo

O Grupo StoneX anunciou a aquisição do Banco Travelex S.A., no Brasil. Segundo o comunicado do conglomerado americano, é esperado que, com o trabalho combinado, a operação processe agora em torno de US\$ 6 bilhões em volume anual, atendendo 20 mil clientes. Segundo pessoas familiarizadas com as negociações, a compra envolveu algo entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões.

O Valor havia noticiado no passado a intenção da Travelex de vender sua operação no Brasil. À época, foi informado que a companhia havia contratado o BTG Pactual para comandar a venda. O negócio anunciado na quarta-feira, porém, engloba apenas o Banco Travelex, e não a corretora Travelex Confidence.

“A compra que fortalece a nossa estratégia de expansão. O banco agrega serviços à nossa atuação”, diz o executivo-chefe (CEO) da StoneX no Brasil, Glauco Monte. “Dentro de uma estratégia global, a corretora não está neste momento dentro dos planos da StoneX, principalmente porque não estamos virando um banco de varejo.”

A transação deve funcionar como um catalisador da estratégia da StoneX para operar como banco comercial. Apesar de ter desde março a autorização, a empresa ainda não conta com a infraestrutura necessária para pôr em prática o plano, mas, se aprovado, o negócio com a Travelex encurtará o caminho.

“Em vez de fazermos toda a implementação, adquirir sistemas e fazer o serviço do zero, poderemos partir da infraestrutura da Travelex. Com isso, nosso potencial de crescimento acelera bastante”, afirma o vice diretor-executivo Fernando Mazzanti, responsável pelo banco da StoneX. “O que demoraria de três a cinco anos de trabalho, estamos trazendo para o presente, assim que tivermos a conclusão do processo com o Banco Central.”

Mazzanti aponta ainda que o principal ponto de atenção da StoneX nesta transação foi o serviço de conta de não residente (CNR) que a Travelex desenvolveu desde 2024, após novas regulamentações cambiais pelo BC. “Esse era o nosso principal foco nessa compra. O segundo era o acesso direto ao Pix”, afirma, acrescentando que a experiência da Travelex na operação em conta corrente em moeda estrangei-

ra (CCME) também foi um ponto de interesse. “Isso é algo que não oferecemos, e eles têm volume e uma quantidade [grande] de parceiros já conectados.”

O executivo também aponta que essa intenção pelo banco só intensificou com a chance de o exportador ter conta em moeda estrangeira no Brasil. “A maioria dos nossos clientes do agronegócio são exportadores. Então eles poderão ter essa conta conosco, e não com terceiros.”

A Travelex, por sua vez, aponta que a venda ocorre após muito tempo de procura por um comprador que estivesse alinhado com os negócios, e que a companhia vai continuar buscando empresas para uma operação semelhante com sua corretora.

“O importante é que seja um

“O que demoraria de 3 a 5 anos [para crescermos], estamos trazendo para o presente com a Travelex”
Fernando Mazzanti



Glauco Monte, diretor-chefe (CEO) da StoneX no Brasil: 'A compra da Travelex fortalece a estratégia de expansão'

parceiro que complemente e expanda os nossos negócios, como foi com a StoneX”, diz a executiva-chefe (CEO) do Grupo Travelex Confidence, Ana Tena. Questionada sobre se a Travelex pretende deixar o Brasil caso encontre esse comprador, Tena diz que “vai depender do parceiro, do tamanho do porte e da oferta”.

A executiva faz a ressalva de que a companhia não está com pressa de sair do Brasil ou precisando se desfazer dos negócios aqui. “Havia no mercado a leitura de que estávamos precisando fazer uma saída do Brasil, mas não é isso. É um cuidado com os negócios, com a empresa e com os nossos colaboradores. Procuramos

expansão com quem possa ser sinérgico. O mundo está mudando e precisamos mudar junto.”

Ainda segundo Tena, a empresa já havia feito uma sondagem no passado, em busca de parceiros, mas não encontrou na ocasião. “O tempo mostrou que isso é possível. Há dois anos fizemos essa tentativa, não encontramos e viemos devagar até acharmos o parceiro correto, agora, com a StoneX.”

Justamente por conta desse “match”, a executiva diz que não há motivo para os funcionários se preocuparem com a venda do negócio. “Como é uma aquisição para complementar, há todo o cuidado com o cliente. Então não é momento de preocupa-

ção. Os colaboradores estão muito felizes, porque abre o leque de oportunidade de estar trabalhando em uma empresa listada na Nasdaq”, afirma Tena.

Por ora, as empresas ainda seguem separadas, com a integração só ocorrendo após a aprovação do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Como o banco não tem uma representação tão grande no mercado brasileiro, não se espera que o trâmite no Cade se prolongue. Quanto ao BC, a expectativa é que a liberação possa ocorrer entre seis meses e um ano, podendo se prolongar, caso a autoridade tenha questionamentos sobre a transação.

Conteúdo patrocinado por ANBIMA

Estudo de Harvard aponta a Anbima como peça-chave para o mercado de capitais brasileiro

Autorregulação contribui para mercados fortes, baseados na confiança e no longo prazo

"Desde sua criação, a Anbima tem sido um dos pilares dos mercados financeiro e de capitais do Brasil, e há todas as razões para acreditar que continuará sendo"

Mariana Pargendler

É dessa forma que o estudo Anbima: Pillar of Brazil's Financial Markets, elaborado pelos professores Mariana Pargendler, da Harvard Law School, e Kevin Davis, da New York University (NYU), resume a relevância da Anbima (Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capital) para o desenvolvimento do mercado brasileiro. Ao analisar sua trajetória, os pesquisadores identificam na entidade uma posição singular no Brasil e rara no cenário internacional.

“Embora organizações autorreguladoras existam em diversos mercados, poucas concentram, em uma única instituição, um conjunto tão amplo e articulado de atribuições”, afirma Pargendler. O estudo destaca a abrangência das atividades, que combinam autorregulação, certificação profissional, produção de informações, preços e índices e advocacy. No ecossistema da Anbima estão cerca de 1.500 instituições de diversos segmentos, como bancos, assets, corre-

toras, securitizadoras, distribuidoras de valores mobiliários e consultores de investimento.

O estudo foi elaborado de forma independente pelos pesquisadores com base em entrevistas com reguladores, acadêmicos e participantes do mercado, além da análise de informações públicas. A trajetória da associação foi examinada em perspectiva histórica, institucional e comparada. “A posição singular da associação resulta do conhecimento técnico de mercado e da capacidade de coordenação setorial, associadas à uma autorregulação voluntária que cobre quase a totalidade do mercado”, afirma a professora.

O diagnóstico é que a trajetória da Anbima se confunde com a própria evolução do mercado brasileiro: uma instituição que não apenas acompanha o desenvolvimento do mercado, mas ajuda a construí-lo, regulá-lo e projetá-lo internacionalmente. Prova de que a experiência ultrapassa fronteiras está no fato de

que a Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários) cita sempre iniciativas da Anbima em relatórios sobre temas como segurança cibernética, gestão de risco de liquidez e finanças sustentáveis.

O estudo aponta que a experiência acumulada pela Anbima e as características de seu desenho institucional a colocam em posição privilegiada para contribuir com debates internacionais. “A experiência brasileira demonstra como mecanismos de coordenação privada podem complementar a atuação estatal e contribuir para o desenvolvimento de mercados sofisticados, oferecendo aprendizados que podem inspirar outras jurisdições”, conclui a pesquisadora.

"Poucas instituições concentram um conjunto tão amplo de atribuições"

As razões que fazem a Anbima singular

- Modelo construído pelo próprio mercado
- Coordenação entre diferentes segmentos e interesses
- Governança e legitimidade institucional
- Complementaridade à atuação regulatória
- Qualificação e profissionalização do setor
- Infraestrutura essencial ao funcionamento do mercado
- Reconhecimento internacional



Acesse a íntegra do estudo



Mariana Pargendler, professora de Harvard

NATURA & CO PAY

SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 48.805.820/00.01-87

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

A Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), cuja finalidade é realizar operações de empréstimo, financiamento e aquisição de cotas de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros oriundos, predominantemente, de capital próprio. A Companhia também está habilitada a prestar serviços de análise de crédito e cobrança, bem como a emitir instrumentos de pagamento pré e pós-pagos, conforme a regulamentação vigente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativos totais	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		1.788	1.755
Disponibilidades	4	188	1.755
Ativos financeiros		955.785	963.646
Ao valor justo por meio do resultado		215.745	216.856
Títulos e valores mobiliários	6	215.745	216.856
Ao custo amortizado		740.040	746.791
Operações de crédito	7	530.017	441.694
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(131.552)	(83.886)
Valores a receber transações de pagamento	7	209.723	305.197
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(6.617)	(7.541)
Ativos fiscais		15.892	11.340
Correntes	11	316	1.180
Diferidos	11	15.576	10.160
Outros ativos		34.481	18.083
Valores a receber intercompany	8	27.062	13.868
Outros valores a receber transações de pagamento	9	6.560	3.588
Outros créditos	10	670	627
Despesas antecipadas	12	189	-
Ativos intangíveis		72.374	66.099
Intangível	13	100.379	83.170
Amortização acumulada	13	(28.005)	(17.071)
Total do ativo		1.078.720	1.060.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de distribuição	Outras reservas de lucros	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2026		557.301	-	2.599	5.401	29.330	2.584	597.215	-
Pagamentos baseados em ações	21d	-	-	-	-	-	666	666	-
Dividendos não distribuídos	21b	-	-	-	6.946	-	-	6.946	-
Saldo em 30 de junho de 2026		557.301	-	2.599	12.347	29.330	3.250	18.430	623.257

	Nota	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de distribuição	Outras reservas de lucros	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2025		307.301	250.000	1.137	5.401	16.204	-	-	572.329
Capital Social	21a	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações	21d	-	-	-	-	-	1.982	1.982	-
Saldo em 30 de junho de 2025		557.301	-	1.137	5.401	16.204	1.982	15.643	589.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 30 DE JUNHO DE 2025 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira constituída em 14 de dezembro de 2021 e autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BCB") em 31 de outubro de 2022. A Companhia está sediada na cidade de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº 1.188, Parque Anhanguera. É controlada pela Natura Cosméticos S.A. ("Natura Cosméticos"), uma empresa nacional que possui 99% das ações da Companhia. Companhia atua como um pilar estratégico de serviços financeiros do ecossistema do Grupo Natura. Seu propósito é potencializar a produtividade e a inclusão financeira de consultores, representantes e franqueados, por meio de uma plataforma digital que utiliza exclusivamente capital próprio para a concessão de crédito. Suas atividades compreendem na realização de operações de empréstimos e financiamentos; aquisição de direitos creditórios; emissão de instrumentos de pagamento (cartões pré e pós-pagos); prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. Desde o início de suas atividades, a Companhia tem expandido sua oferta de produtos para atender às diferentes necessidades do ecossistema. O PagEmanaPay (CDC) marcou o início da operação como o produto pioneiro de Crédito Direto ao Consumidor, destinado a financiar compras parceladas das consultoras e representantes exclusivamente junto às empresas do Grupo Natura. Em 2024, a criação do Risco Sacado foi implementada na Companhia, focado na antecipação de recebíveis para fornecedores e parceiros estratégicos do Grupo, otimizando o fluxo de caixa da cadeia produtiva. No primeiro semestre de 2025 a Companhia expandiu o produto Cartão de Crédito para o segmento de pessoas jurídicas (franqueados), também visando o fortalecimento do canal de varejo físico. As operações são conduzidas de forma integrada ao Grupo Natura, buscando não apenas a rentabilidade própria, mas a geração de valor compartilhado, fomentando a relação promovendo a fidelização da base de vendas e a aceleração do ciclo comercial do Grupo por meio de soluções financeiras inovadoras e personalizadas, impulsionando o sucesso do Grupo como um todo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") foram elaboradas em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores), observando as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). A partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia adotou integralmente a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece as normas contábeis para mensuração e divulgação de demonstrações financeiras, bem como a metodologia de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Dessa forma, a apresentação destas demonstrações segue o padrão do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), incorporando os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram reconhecidos pelo BCB, com destaque para o CPC 48 (Instrumentos Financeiros), no que tange aos aspectos não conflitantes com a regulamentação específica. As demonstrações são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e concluiu que não existem incertezas materiais que coloquem em dúvida sua permanência no futuro previsível. Esta avaliação considera o suporte do grupo econômico, a robustez da base de clientes (Consultores e Representantes de Beleza) e a adequação de capital frente aos requisitos regulatórios. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de agosto de 2026.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: a. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias; b. **Instrumentos financeiros:** A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros são efetuadas com base no modelo de negócios adotados tanto na transação, quanto na estruturação dos instrumentos financeiros. De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e demais normativas aplicáveis, (i) Reconhecimento inicial: Ativos e passivos financeiros, exceto operações de crédito e depósitos de clientes, são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Operações de crédito são reconhecidas na data de transferência de recursos ao cliente. (ii) Mensuração inicial: Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido dos custos diretos atribuíveis à transação, exceto para instrumentos financeiros classificados como caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. c. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativos geridos para obtenção de retorno tanto pelo recebimento dos fluxos contratuais quanto por sua venda com transferência substancial de riscos e benefícios. d. **Valor justo por meio do resultado (CNR):** ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores, incluindo aqueles adquiridos com finalidade de negociação ou cujos fluxos contratuais não se limitam a principal e juros. A Companhia não adota a opção de valor justo por resultado (*fair value option*) prevista no art. 7º da Resolução BCB nº 352/2023. Detalhamento por classe de ativos: 1. **Financiamentos - PF:** São operações de crédito formalizadas por meio de Cédulas de Crédito Bancário, contratadas por consultores de beleza, com recursos destinados à aquisição de produtos Natura. A carta por prazo de 12 meses, com garantia de Investimentos em Direitos Creditórios Pessoal (FIDC), porém sem retenção substancial de riscos e benefícios pela Companhia. 2. **Cartões de crédito PF e PJ:** Produtos de pagamento pós-pago com limite de crédito exclusivo para compras dentro do ecossistema Natura. A concessão de crédito se caracteriza apenas quando há atraso no pagamento - operação caracterizada como rotativa - momento em que incidem juros remuneratórios. Esses instrumentos são classificados na categoria de ativos financeiros de curto prazo para recebimento do fluxo contratual. 3. **Risco sacado:** Operações em que a Companhia antecipa recursos aos fornecedores ("cedentes") da Natura Cosméticos e Natura Indústria, adquirindo os respectivos direitos creditórios. O recebimento dos fluxos se dá diretamente da Natura Cosméticos e Natura Indústria ("Sacados"). Como o ativo é mantido exclusivamente para auferir o fluxo de caixa contratual, é classificado como custo amortizado.

4. **Títulos e valores mobiliários:** Representam ativos financeiros de médio e longo prazo, resultantes de alocação de recursos e retorno por meio de negociação ativa no mercado financeiro. Por serem geridos com propósito de venda, são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (VJR). A definição dos modelos de negócios é realizada com base na forma como os ativos são geridos em conjunto, considerando a estratégia de negócios, o desempenho esperado, os riscos associados e os critérios de remuneração dos gestores. O processo envolve a classificação com base no objetivo de negócio, a natureza dos instrumentos, a Jurisdição, Contabilidade, Riscos e Compliance. Para todos os ativos, é aplicado o teste SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros), conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/2023. A classificação dos ativos impacta diretamente o reconhecimento contábil, a mensuração de receitas financeiras e perdas por crédito esperado, o resultado do período e o patrimônio líquido da Companhia. O modelo adotado segue a metodologia da Natura & Co Pay Sociedade de Crédito Direto S.A., com foco em geração de caixa recorrente por meio da manutenção dos ativos até o vencimento, alinhando-se ao perfil de instituição de crédito direto e aos seus objetivos de longo prazo. (i) teste SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros): A Companhia aplica o teste SPPI para verificar se os fluxos de caixa contratuais compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Caso contrário, o ativo é classificado como ativo financeiro de custo amortizado. (ii) Hierarquia de informações seguras e hierarquia: Nível 1 (preços cotados em mercados ativos), Nível 2 (técnicas baseadas em informações observáveis), e Nível 3 (técnicas baseadas em dados não observáveis). (vi) Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito: Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito da Companhia são registradas ao valor presente, com apropriação da receita de juros pelo método da taxa efetiva de juros (TEJ), conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. A Companhia adota, para esse fim, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada, considerando o prazo médio de vida do ativo, a metodologia simplificada de cálculo da perda esperada por meio de metodologia simplificada conforme descrito na Resolução CMN nº 4.966/2021 e observando os níveis previstos pela Resolução BCB nº 352/2023. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nas seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira de ativos financeiros de custo amortizado, com o pagamento de principal e juros em atraso; Provisão adicional: provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplimento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente, a provisão para perdas incorridas é calculada com base no custo adicional de recuperação que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira e a marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual não será cumprida de forma integral, conforme os termos originalmente pactuados, independentemente da execução de garantias ou colaterais. Dentre as evidências de não cumprimento estão as operações reclassificadas como reestruturadas, que são aquelas cujas condições contratuais renegotiadas implicam em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante da sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Baixa contábil de ativos ocorre quando há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. A instituição adota como sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. (c) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Finanças

Caso Master Diretor afirmou em depoimento que grande volume de vazamento de informações levou instituição a adotar procedimento fora do padrão

Liquidação de banco foi mantida sob sigilo máximo no BC, diz Aquino à PF

Mateus Coutinho
De Brasília

O diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Ailton de Aquino Santos, afirmou em depoimento à Polícia Federal (PF) que não adotou o “procedimento padrão” da autarquia na liquidação do Master devido a receios de vazamentos e manteve a informação sobre a liquidação restrita a ele, ao presidente do BC, Gabriel Galípolo, ao procurador do órgão e ao servidor responsável por executar a liquidação do banco no dia em que foi oficializada.

“Tudo vazava — decisões, análises, votos ainda em fase de minuta — chegando ao conhecimento tanto dos fiscalizados quanto da imprensa”, afirmou Aquino em depoimento sigiloso por videoconferência à PF no dia 25 de maio e ao qual o **Valor** teve acesso. O diretor do BC depôs como testemunha e afirmou que o ambiente era “hostil e muito difícil.”

As informações do depoimento foram antecipadas pelo jornal “O Estado de S. Paulo”. “O depoente e o presidente Gabriel não confiavam em ninguém naquele momento, e que poucas pessoas chegaram a saber da decisão, que nem a própria diretoria do Banco Central sabia, o que é natural em procedimentos dessa natureza, dada a enorme preocupação com o vazamento de informações”, afirmou Aquino na oitiva.

Em seu relato, ele disse também que já havia decidido liquidar o Master quando se reuniu com Daniel Vorcara em 17 de novembro do ano passado e que só comunicou à diretoria do Banco Central sobre a decisão após a reunião com o ex-banqueiro, que acabou sendo preso naquele dia pela primeira vez ao tentar deixar o país. Em 18 de novembro, a liquidação foi oficializada e, na mesma data, a Polícia Federal deflagrou a operação Compliance Zero.

A PF tomou o depoimento de Aquino no âmbito da investigação envolvendo o ex-chefe do Departamento de Supervisão do BC, Belline Santana, e o ex-diretor de Fiscalização da autarquia, Paulo Sérgio Souza, que foram afastados por ordem do ministro André Mendonça, relator da Compliance Zero no Supremo Tribunal Federal (STF). A PF identificou que eles teriam recebido recursos de Vorcara e suspeita que eles teriam atuado para supostamente atender aos interesses do ex-banqueiro na instituição.

Questionado sobre se a desconfiância interna no Banco Central envolveria alguma suspeita sobre os dois servidores, Ailton disse que a preocupação “principal” dele naquele momento seria relativa a vazamentos que ocorriam à imprensa. Aquino afirmou que a identidade do responsável pelos vazamentos nunca foi investigada, devido ao direito ao sigilo das fontes dos jornalistas, mas que esse quadro o levou a manter a decisão de liquidação em um círculo “absolutamente fechado”.

“Em condições normais de um processo de liquidação bancária, o coordenador, o chefe de divisão, o adjunto e o chefe de departamento são previamente informados para que todos se preparem — esse é o procedimento padrão; que, no caso do Banco Master, contudo, somente o diretor, o presidente, o



Ailton de Aquino: ambiente era 'hostil e muito difícil' por causa dos vazamentos sistemáticos de decisões, análises e votos sobre o caso Master

procurador e o responsável pela execução da liquidação no respectivo departamento foram informados, e apenas no dia anterior foi comunicado o servidor Márcio, chefe de divisão e terceiro na linha sucessória”, disse o diretor.

Belline e Paulo Sérgio estavam abaixo de Aquino e eram responsáveis também por acompanhar de perto a fiscalização dos negócios do Master. A PF questionou o diretor sobre se houve falha de procedimento dos servidores em identificar problemas na carteira de crédito do extinto banco de Vorcara, ou se os problemas poderiam ter sido descobertos antes. Em resposta, ele disse acreditar que não houve falha do BC, mas levantou dúvidas sobre a atuação dos dois.

“Que o depoente perguntava todos os dias aos servidores Belline Santana e Paulo Sérgio como o banco iria fechar o caixa, e a resposta era sempre que estava fazendo cessão de crédito para o BRB; que a pergunta que persiste é se os servidores Paulo Sérgio e Belline Santana, sendo profissionais experientes, não teriam tido o mesmo sentimento do depoente, de que as cessões de crédito do Master para o BRB não faziam sentido; e que prefere não responder definitivamente a essa pergunta, declarando expressa-

mente que seria leviano ao fazê-lo”, registrou no depoimento.

Aquino contou ainda à PF que interpelou Santana e Paulo Sérgio em janeiro deste ano sobre denúncias de que eles teriam recebido recursos de Vorcara. Segundo o diretor, Santana afirmou ter sido abordado por Leonardo Palhares, apontado pela PF como operador de Daniel Vorcara, em um evento em 2023. Palhares foi alvo da terceira fase da Operação Compliance Zero, em março deste ano. Segundo a PF, ele administrava a Varrão Consultoria Empresarial, cujas atividades foram suspensas por determinação judicial. A empresa foi, conforme as investigações, usada para formalizar contrato com Santana, que descrevia uma suposta consultoria sobre inserção de jovens no mercado financeiro.

Santana contou, segundo Aquino, que Palhares “se aproximou dele em evento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e manifestou interesse em apoiar pessoas jovens e carentes, formulando proposta de remuneração no valor de dois milhões de reais.” Em seguida admitiu, de acordo com Aquino, que em 2023 recebeu duas parcelas semestrais de R\$ 500 mil e, depois, constituiu pessoa jurídica denominada Inspiração para receber parcelas mensais de R\$ 100 mil. “Ao ser indagado sobre a contraprestação entregue em razão dos valores recebidos, o servidor Belline Santana declarou ter entregue um projeto e um podcast” e que não sabia da relação de Palhares com o Master.

Já Paulo Sérgio, segundo Aquino, afirmou ter vendido uma fazenda em Guaxupé (MG) em janeiro de 2020 por R\$ 4,5 milhões, mas que não sabia que o comprador era cunhado de Vorcara. “Que, posteriormente, o comprador desistiu de realizar

loteamento no imóvel e o irmão do servidor Paulo Sérgio acabou arrendando o sítio ao cunhado de Daniel Vorcara, mantendo a lavoura de café”, relata.

Aquino afirmou também no depoimento que foi procurado, possivelmente por enviados de Vorcara, para tentar interceder junto à Mastercard, em um momento no qual a bandeira de cartão ameaçava interromper sua parceria com o Will Bank, que era uma subsidiária do Master. No depoimento, Aquino foi questionado pela PF se Santana e Souza lhe apresentaram, em algum momento, pauta relativa à ameaça da Mastercard de retirar seu produto do Will Bank, e se houve solicitação de intervenção do BC para dissuadir a Mastercard.

Em resposta ao delegado da PF, Aquino “confirma com toda a certeza que sim, pois o encerramento da parceria com a Mastercard implicaria liquidação imediata do Will Bank, de modo que o tema lhe foi trazido e exigia atenção imediata”. O diretor afirma não ter certeza se foi dito explicitamente que a demanda partia de Vorcara, mas que não tem dúvida de que foi o ex-banqueiro quem comunicou o problema aos servidores. Aquino diz ainda que conversou com Marcelo Tangioni, presidente da Mastercard no Brasil, mas não dá detalhes sobre o que foi falado.

Diretor do BC disse em depoimento acreditar que não houve falha da equipe na análise de carteiras do Master

BC e CNJ criam grupo para regra de precatório

Hamilton Ferrari e Tiago Angelo
De Brasília

O Banco Central (BC) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deram o primeiro passo para organizar a oferta e lastrear títulos ligados a precatórios no mercado secundário. Conforme havia antecipado o **Valor**, um grupo de trabalho foi criado para definir regras de rastreabilidade desses créditos, com prazo de 180 dias para apresentar propostas.

Precatórios são dívidas judiciais da administração pública com os contribuintes, pendências que não são passíveis de contestação no Judiciário. O pagamento pode levar anos para se concretizar, visto que o preço está atrelado à sustentabilidade fiscal de municípios e Estados. O detentor da titularidade do precatório pode solicitar uma antecipação do pagamento, desde que negocie o deságio com instituições financeiras, fundos de investimentos e investidores.

O contribuinte recebe o pagamento de forma antecipada e cede o direito do título ao comprador, que por sua vez também pode vendê-lo no mercado. Para o presidente do BC, Gabriel Galípolo, o formato atual é de insegurança jurídica, com duplicidade de titularidades e falta de rastreabilidade, o que “premia comportamentos socialmente indesejados e pouco republicanos”.

Galípolo assinou a portaria que cria o grupo de trabalho junto com o presidente do CNJ, Edson Fachin. O ministro, que também preside o Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o tema é uma prioridade da sua gestão, e defendeu um sistema que seja capaz de acompanhar os títulos em “tempo real”.

O grupo vai propor diretrizes técnicas para o desenvolvimento da Central Nacional de Cessões de Créditos de Precatórios, com sugestão de um modelo de interoperabilidade com o Sistema Nacional de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (Sispreq). O grupo vai ouvir tribunais, entidades notariais e registradoras, instituições financeiras, órgãos fazendários e outros atores. Em 30 dias, haverá a publicação de um plano de trabalho preliminar e, em até 120 dias, uma proposta de plano de implantação do projeto-piloto. A expectativa é de apresentação do relatório conclusivo em 6 meses.

A iniciativa busca construir um sistema nacional de registro e rastreamento das transferências de crédito e precatórios, o qual integra informações de tribunais e entidades autorizadas, para acompanhar a titularidade dos créditos da negociação ao pagamento.

Para Galípolo, a medida reduz o espaço para fraudes, registros duplicados e, ao mesmo tempo, aumenta a confiança de credores, investidores e demais participantes. “Projetos como o de hoje [ontem] oferecem incentivos corretos para os agentes privados que competem por fatias nos mais diversos mercados”, afirmou durante a cerimônia de assinatura da portaria.

Fachin disse que a portaria e o grupo de trabalho buscam proteger o credor e inviabilizar fraudes. Ele disse que a negociação de precatórios no mercado é uma prática “legítima” e “relevante”, o que dá importância à implantação da nova sistemática nacional de registro e rastreabilidade dos precatórios. “Trata-se, em suma, de exigir mais transparência desses títulos a fim de evitar fraudes e de impedir que sejam utilizados para acobertar crimes”, disse.

Dos bastidores da política aos movimentos do mundo corporativo.

Acompanhe todas as editorias do Valor.

Valor ECONÔMICO

valor.globo.com

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP – PREFEITURA DO CAMPUS USP “FERNANDO COSTA” – PUSP-FC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 - PUSP-FC

COMPRAS.GOV Nº 177/2026 Processo SEI Nº 154.00009569/2026-42

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP “Fernando Costa”, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob nº 35/2026 - PUSP-FC, do tipo menor preço, cujo objeto é o Fornecimento de tintas acrílicas, esmaltes, selador, fundo preparador de parede, massa niveladora, diluente, verniz, tintas, rolos para pintura e lixas, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 13/08/2026 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 25/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal” através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 13/08/2026, nas páginas: www.gov.br/compras e <https://portalservicos.usp.br/contratacoes>.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP – PREFEITURA DO CAMPUS USP “FERNANDO COSTA” – PUSP-FC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 44/2026 - PUSP-FC

COMPRAS.GOV Nº 102118 - 7/2026 - Processo SEI Nº 154.00011203/2026-33

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP “Fernando Costa”, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob nº 44/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é a aquisição de AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA TRATORES conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 13/08/2026 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 26/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Portal de Compras do Governo Federal” através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 13/08/2026, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.gov.br/pncp e www.portalservicos.usp.br/contratacoes.

AGEPAR AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ – AGEPAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PROTOCOLO: Nº 26.243.742-6

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atender às demandas da Agepar.

AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Rubens Bueno – Diretor-Presidente, em 05 de agosto de 2026.

VALOR ESTIMADO: R\$ O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 10.394,19 (dez mil trezentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos).**

PERÍODO DE PROPOSTAS: Até 8h59 min do dia 31/08/2026

PERÍODO DE LANCES: 9 horas do dia 31/08/2026

LOCAL da DISPUTA e EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal – Sistema Compras.gov.br. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <http://www.comprasparana.pr.gov.br/> e <https://www.agepar.pr.gov.br/>

UASG: 930411 - AGÊNCIA REGULADORA SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ.

Bolsa Levantamento do Itaú BBA mostra maior cautela com ações brasileiras diante de piora do cenário macro e incertezas eleitorais

Juro alto amplia peso de geração de caixa e perspectivas de lucro

Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

A piora do cenário macroeconômico brasileiro, somada às incertezas com as eleições, aumentou a importância da geração de caixa e das perspectivas para os lucros das empresas nas decisões de investimento, avalia o estrategista-chefe do Itaú BBA, Daniel Gewehr. Um levantamento da casa mostra que, embora 47% dos gestores consultados ainda considerem realistas as estimativas iniciais de consenso para os resultados das companhias, a parcela que agora as vê como agressivas subiu de 19% em abril para 29% em julho, indicando um aumento do risco de revisões para baixo.

A maior cautela também levou o mercado a dar mais peso ao preço das ações. A parcela dos investidores que aponta um “valuation” atrativo em relação à média histórica como um dos principais fatores na escolha das empresas subiu de 29% em abril para 45% em julho, segundo o levantamento, que ouviu 99 gestores de recursos locais e estrangeiros. A geração de caixa e a qualidade, medida por retornos elevados e vantagem competitiva, porém, continuam no topo das prioridades, citadas por 63% dos entrevistados entre os principais fatores considerados na análise de uma empresa.

Ao longo dos últimos três meses, houve uma forte reprecificação das expectativas para o ciclo de afrouxamento monetário e, para Gewehr, essa foi uma das principais razões para a mudança de postura dos investidores, que esperavam cortes mais agressivos da Selic neste ano, com continuidade do ciclo no próximo ano. Além da frustração com a política monetária, a rotação global de recursos para a tese de inteligência artificial (IA) foi outro fator determinante.

“Como a indústria de ações domésticas ainda está sofrendo resgates e os investidores estão alocando em renda fixa, quem domina o sentimento é o estrangeiro. Se o investidor estrangeiro, que estava entrando até meados de abril, começou a tirar, obviamente isso piora muito a tendência de entrada de recursos”, avalia. Gewehr destaca que o saldo de aportes de estrangeiros na bolsa, que chegou a quase R\$ 70 bilhões em meados de abril, recuou para cerca de R\$ 30 bilhões ao fim de junho.

O sentimento dos investidores em relação ao Ibovespa também se afastou das máximas históri-



Daniel Gewehr, do Itaú BBA: aumentou o pessimismo dos gestores com a bolsa

cas. Enquanto a expectativa era que o índice alcançasse 212,4 mil pontos até o fim deste ano, agora a projeção foi reduzida para 181,7 mil pontos — ontem, fechou em 167,5 mil pontos. Em uma escala de zero (pessimista) a dez (otimista), a média caiu para 6,10, ante 7,09, no menor nível desde fevereiro de 2025.

Sem grandes perspectivas de uma retomada mais consistente do fluxo estrangeiro até o fim do ano, o estrategista aponta que uma mudança no cenário dependeria das duas principais fontes de preocupação levantadas na pesquisa: a política doméstica e a trajetória da curva de juros.

“Para ter um fluxo relevante, é preciso resolver esses dois pontos. É necessário ter um resultado fiscalmente responsável, alguma sinalização no lado eleitoral e uma tendência de potencial aceleração dos cortes de juros, algo que hoje você não consegue antever. É preciso ter a con-

29% é a fatia dos gestores pessimistas com as estimativas

firmação de algum desses eventos para que esse cenário fique mais claro”, afirma Gewehr.

De acordo com o levantamento, houve uma piora significativa na precificação dos juros. A expectativa média para a Selic no fim de 2026 passou de 13,13% em abril para 13,70% em julho, uma alta de quase 0,6 ponto percentual. Na parte longa da curva, a expectativa para a taxa nominal de dez anos avançou ainda mais, de 12,6% para 13,5%, uma alta de 0,9 ponto — o que mostra um aumento dos custos para as empresas ao longo de todo o período à frente.

“Chama muito a atenção. Voltou praticamente aos níveis do início do ano passado, quando o mercado estava muito preocupado. Tanto a curva longa quanto a curta subiram e, principalmente no caso da curva longa, isso tem um impacto muito relevante na bolsa”, enfatiza Gewehr.

Apesar do cenário mais desafiador, o Itaú BBA mantém uma posição levemente “overweight” (acima da média do mercado) em ações brasileiras, diante dos preços ainda atrativos após a forte queda dos papéis.

A piora das condições macroeconômicas também elevou a exigência dos investidores na seleção das empresas. Gewehr diz que, especialmente entre os estrangeiros, a busca tem sido por ações de em-

presas capazes de combinar crescimento de dois dígitos, aceleração do lucro e revisões positivas das estimativas pelos analistas.

“Quando conversa conosco, o investidor estrangeiro pede uma combinação: ‘Daniel, de preferência, quero uma empresa que cresça dois dígitos, que o resultado acelere na última linha e que o ‘sell side’ revise positivamente’. E essa revisão positiva pelo ‘sell side’ ficou mais difícil no curto prazo”, avalia o estrategista.

Assim como no levantamento anterior, os investidores têm dado preferência aos setores de utilidades públicas (67,7%), construtoras (38,4%) e grandes bancos (37,4%) para posições “overweight” (exposição acima da média do mercado). Na sequência, aparecem as instituições financeiras não bancárias (24,2%) e indústria e bens de capital (19,2%), que entraram no grupo dos cinco segmentos mais votados no lugar de shopping centers.

Os grandes bancos, por sua vez, estão entre os segmentos que mais dividem as opiniões dos investidores. O setor aparece como o terceiro mais votado para posições “overweight”, com 37%, mas também ocupa a quarta posição entre as preferências “underweight” (abaixo da média do mercado), com 26%.

Entre os investidores locais, a preferência está mais concentrada em utilidades públicas, em uma estratégia mais defensiva. Outro destaque são as construtoras, que sofreram com a alta dos juros e as pressões de custos nos últimos meses. Já os estrangeiros têm maior interesse por empresas industriais e de bens de capital, especialmente exportadoras e companhias com receitas em moeda forte. Essa preferência também apareceu nas conversas recentes com investidores durante um “roadshow” na Ásia, aponta.

Na ponta mais negativa, consumo permanece entre os setores menos favorecidos, diante do receio de desaceleração da atividade e de revisões para baixo nas estimativas de lucro. O receio, inclusive, ganhou força com os resultados recentes de varejistas.

Entre as empresas, as ações preferidas pelos entrevistados são Axia, Nubank, Equatorial, Itaú e BTG Pactual, enquanto a Axia é apontada como a companhia com maior potencial de retorno nos próximos seis meses. Já Copel, Bradesco e Mercado Livre foram substituídas por Copasa, Hypera e Embraer na lista das dez preferidas.

Banco Central multa Genial em R\$ 21,6 mi e inabilita CEO

Hamilton Ferrari
De Brasília

O Banco Genial foi multado em R\$ 21,56 milhões pelo Banco Central (BC) por irregularidades em operações de câmbio. Em nota, a instituição financeira disse que as operações ocorreram entre novembro de 2020 e outubro de 2021, e que a autoridade monetária interpretou fatos “de mais de cinco anos atrás a partir de normas que entraram em vigor somente em fevereiro deste ano”.

O CEO do Banco Genial, André Schwartz, foi sancionado com inabilitação por quatro anos, segundo a decisão do Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (Copas) do BC.

O BC analisou seis possíveis irregularidades, mas três resultaram em penalidade. Entre elas, a de deixar de implementar políticas, procedimentos e controles internos de forma compatível com seu porte e volume de operações. O Banco Genial também teria, segundo as acusações, deixado de certificar-se da qualificação de clientes de câmbio e de verificar a legalidade de operações de câmbio. Também teria deixado de comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) movimentações suspeitas de recursos que se constituem em “sérios indícios de crimes”.

Os acusados afirmaram que o período da acusação foi ampliado indevidamente até abril de 2023, e que as supostas irregularidades teriam ocorrido apenas entre novembro de 2020 e outubro de 2021. O Genial afirmou ainda que o banco possuía uma estrutura organizacional robusta, com políticas, manuais e controles adequados e continuamente aprimorados.

O BC disse que, ainda que parte dos apontamentos não tenha caracterizado descumprimento normativo, o conjunto de deficiências constatadas no período “não permitem afastar a imputação de que as políticas, procedimentos e controles internos necessários a fim de cumprir com obrigações” não estavam compatíveis com o porte e volume de operações da instituição. O BC concluiu que houve irregularidade de dezembro de 2022 a abril de 2023.

A autoridade monetária afirmou que o Genial falhou na avaliação dos procedimentos comerciais dos seus clientes de câmbio, tratando clientes intermediadores como se fossem titulares de operações proprietárias. “Os valores das operações de

câmbio realizadas por clientes sem adequada certificação da qualificação, da ordem de US\$ 1,208 milhão, representaram, no período de novembro de 2020 a outubro de 2021, 61,9% do total das transferências financeiras para o exterior no período”, disse a análise técnica do BC.

Segundo a acusação, o Genial deixou de comunicar ao Coaf 502 operações de câmbio, que totalizaram US\$ 421,18 milhões, realizadas de novembro de 2020 a outubro de 2021 por um cliente sem capacidade financeira compatível. Para o BC, a demora na comunicação, quando havia situação suspeita identificada desde dezembro de 2021, expôs a instituição a figurar em operação policial conduzida em setembro de 2022. A irregularidade também é de natureza grave.

O processo administrativo sancionador número nº 280965 inicialmente acusava 15 pessoas e o Banco Genial. Também estava em análise: Aldeir Salvadori, Alexandre Moreira Conde, Bernardo Nolasco Rocha, Cíntia Sant’ana de Oliveira, Guilherme Charnaux Grumser, Hanna Miyashita, Humberto Arthur Tupinambá Neto, Luis José Rebello de Resende, Mariana Correlo Jobim Mallet, Rodolfo Riechert, Rodrigo de Godoy, Sílvia Maria de Almeida Bugelli Valença e William Kenzo Yoshihiro.

Só foram responsabilizados pelas irregularidades Luis José Rebello de Resende, Schwartz, diretor responsável pelas operações no mercado de câmbio de setembro de 2017 a março de 2021, e William Kenzo Yoshihiro. Os demais tiveram as acusações arquivadas.

O Banco Genial foi multado em R\$ 21,56 milhões. William Yoshihiro foi sancionado com inabilitação por seis anos e multa de R\$ 732 mil. Schwartz, além de inabilitação por quatro anos, terá que pagar multa de R\$ 516 mil. Luis José Rebello de Resende foi sancionado com multa em R\$ 180 mil.

O diretor de fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, disse que o voto do chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora do BC foi robusto, “muito bem fundamentado, acolheu parcialmente argumentos da defesa, mas, de forma clara, demonstrou a posição do BC”, afirmou.

Aquino disse que Schwartz será afastado da instituição. “Mais uma vez a gente está entregando para a sociedade o que a gente pensa sobre determinados comportamentos”, disse o diretor do BC.

Cartografia de um novo mundo

Palavra do gestor



Debora Mendeleh

A frase “O mapa não é o território” do pensador polonês Alfred Korzybski no livro “Science and Sanity” é uma das metáforas mais influentes da Epistemologia do Século XX e indica que nossa representação do mundo é, inevitavelmente, incompleta. Korzybski nos alerta ao fato de que quando acreditamos que nossos modelos e percepções são a realidade em sua completude, perde-se a capacidade de enxergar o todo e revisar crenças diante de novos fatos.

Nenhum mapa, por mais detalhado que seja, é capaz de descrever a complexidade de todo o território. Limitar-nos ao que conhecemos equivale a supor que um único mapa consegue descrever um mundo complexo e em constante transformação.

Essa lógica é precisamente aplicável ao “home bias” do investidor local. Quem permanece restrito ao mercado doméstico não está apenas fazendo uma escolha geográfica, está assumindo que uma única economia será capaz de refletir as principais tendências que moldarão a geração de riqueza

das próximas décadas. É justamente essa premissa que merece ser revisitada.

Estudos recentes de centros de pesquisa e gestoras globais convergem para cinco vetores estruturais que devem reger a economia global — os chamados “5 Ds”: Demographics, Decarbonization, Deglobalization, Debt e Digitalization. São forças de longo prazo que alteram crescimento, inflação, produtividade e, consequentemente, a distribuição dos retornos entre países, setores e classes de ativos.

A primeira delas é a Demografia. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a população acima de 60 anos deverá dobrar até 2050, enquanto praticamente todas as economias desenvolvidas já operam com taxas de fertilidade abaixo dos níveis de reposição. O resultado é uma menor oferta estrutural de trabalho, mudanças no perfil de consumo, crescente necessidade de ganhos de produtividade, além de maior demanda por produtos e serviços ligados à saúde.

A segunda transformação é a Descarbonização. Estimativas da Climate Policy Initiative indicam

que a transição energética exigirá mais de US\$ 9 trilhões por ano até 2030, promovendo uma profunda reorganização da matriz energética mundial e das cadeias globais de suprimentos, impulsionando investimentos em infraestrutura.

O terceiro vetor é a Desglobalização. Após décadas de integração crescente, cadeias produtivas passaram a conviver com fragmentação geopolítica, políticas industriais e restrições comerciais, alterando fluxos de investimentos e a própria geografia da competitividade global.

O quarto “D” é a Dívida. O elevado endividamento das principais economias reduz o espaço para políticas fiscais e aumenta a sensibilidade a juros e inflação, tornando o ambiente macroeconômico mais volátil e reforçando a busca por ganhos de eficiência, produtividade e inovação.

Por fim, a Digitalização consolida a inteligência artificial (IA) como uma das principais ferramentas de ganhos de produtividade, acelerando a transformação de praticamente todos os setores da economia.

Essas transformações tendem a concentrar retornos em segmentos intensivos em

inovação, propriedade intelectual e escala global, que vêm capturando parcela crescente do lucro corporativo mundial e da capitalização das bolsas. Entre eles, destacam-se tecnologia, semicondutores, inteligência artificial, infraestrutura digital, eletrificação e redes de energia, robótica e automação industrial, saúde, biotecnologia e cibersegurança.

O aspecto mais relevante é que essas transformações não se concentram em uma única economia. A liderança em tecnologia, inteligência artificial e inovação permanece amplamente concentrada nos Estados Unidos; a transição energética mobiliza investimentos na Europa, Canadá e Austrália; enquanto Índia e Sudeste Asiático despontam como importantes motores do crescimento demográfico e econômico.

Do ponto de vista do investidor, o mercado americano funciona como a principal porta de entrada para essas tendências, reunindo empresas com receitas, cadeias produtivas e mercados consumidores distribuídos por diferentes regiões do mundo. Boa parte desses segmentos possui participação

pouco representativa ou simplesmente inexistente no mercado de capitais brasileiro.

É justamente por isso que investir internacionalmente deixou de ser apenas um exercício de diversificação geográfica ou mitigação de riscos idiossincráticos. O investidor que permanece restrito ao mercado doméstico não está apenas concentrando sua carteira, está deixando de ter exposição às principais forças que redesenham a economia mundial.

No fim, a questão não é escolher entre Brasil e exterior, é reconhecer que a cartografia da economia global é constantemente redesenhada. E, como alertou Korzybski, quando confundimos o mapa com o território, o maior risco não é seguir pelo caminho errado, mas pressupor que ele é o único que existe.

Debora Mendeleh é responsável pela área de Relacionamento Institucional com Itaú na Avenue Securities Banco de Investimento
E-mail debora.mendeleh@avenue.us

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

TST
Justiça do Trabalho deve
julgar pedidos de saque
do FGTS relacionados ao
contrato de trabalho
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Quinta-feira, 13 de agosto de 2026



Opinião Jurídica
A dualidade
do STJ
sobre a Lei
do Distrato
E2

TJMG
Moradora que
teve o pet atacado
será indenizada
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Previdenciário Segundo a Receita, sem medidas de compensação, projeto é incompatível com a LRF

Mudanças no Simples podem ter impacto de R\$ 50 bi em dois anos

Ruan Amorim
De Brasília

As mudanças nas regras do Simples Nacional previstas no projeto de lei complementar (PLP) que tramita na Câmara dos Deputados podem reduzir a arrecadação previdenciária em R\$ 23,8 bilhões no ano de 2027 e R\$ 25,9 bilhões em 2028. Se as novas regras já estivessem em vigor este ano, a perda seria de R\$ 21,7 bilhões, segundo estimativa da Receita Federal. Os valores não consideram o aumento do limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI).

O valor da renúncia previdenciária decorrente da atualização do Simples ainda não era conhecido e evidência o impacto da proposta sobre as contas públicas. Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, a medida ocorre em um cenário fiscal já desafiador, marcado pelo aumento das despesas obrigatórias e pela dificuldade de as receitas acompanharem esse crescimento. Assim, tende a ampliar o déficit previdenciário.

Além da perda de arrecadação para a Previdência, o aumento das faixas do Simples também reduziria a receita de outros tributos. Considerando todos os tributos federais, a renúncia provocada pelas mudanças no Simples seria de R\$ 41,1 bilhões em 2026, R\$ 45 bilhões em 2027 e R\$ 48,9 bilhões em 2028.

O cálculo, ao qual o **Valor** teve acesso com exclusividade, foi elaborado a pedido do deputado Jorge Goetten (Republicanos-SC), relator do projeto na Câmara. Ele solicitou à equipe econômica do governo um estudo para detalhar o impacto fiscal da revisão

das regras do Simples Nacional. A resposta ao pedido é assinada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. O documento foi enviado à Câmara neste mês.

Goetten defende que a revisão das faixas do Simples é inegociável e deve ser analisada em conjunto com a ampliação do teto do MEI, para evitar distorções entre os regimes. A equipe econômica, por sua vez, é contrária à mudança no Simples devido ao impacto fiscal, e enviou ao Congresso um projeto de lei prevendo só o reajuste do MEI. O impasse tem impedido a análise da proposta pelo plenário da Câmara.

Diante desse cenário, o parlamentar disse que o projeto só deve ser votado “na última semana de agosto ou após as eleições”. O relator se reuniu ontem com consultores para analisar os dados apresentados pelo governo e disse que já identificou divergências.

“É muita informação, informações muito válidas que eles trouxeram. Agora a gente está debruçado [sobre os dados]. Tive uma reunião com um consultor hoje, discutimos vários pontos e agora vamos fazer os estudos em cima dessas informações”, afirmou.

Para calcular o impacto, a Receita considerou o projeto aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. Além de elevar o teto de faturamento do MEI de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil, com reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o parecer atualiza as faixas de enquadramento do Simples Nacional.

Pela proposta aprovada no colegiado, o limite de faturamento anual das microempresas passaria de R\$ 360 mil para R\$ 869 mil. Para

as empresas de pequeno porte, o teto subiria de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,6 milhões. As micro e pequenas empresas compõem o regime do Simples Nacional.

Para chegar aos valores, a Receita simulou quais empresas poderiam mudar de regime tributário com a aprovação dos novos limites. Comparou o quanto elas recolhem atualmente com o valor que passariam a pagar pelas regras propostas.

O Fisco dividiu o impacto em três grupos: empresas que já estão no Simples e poderiam mudar de faixa de faturamento; aquelas hoje enquadradas no lucro real que poderiam migrar para o Simples; e as do lucro presumido que também poderiam passar ao regime simplificado.

A mudança de faixa dentro do próprio Simples seria responsável pela maior parte da perda. A Receita estima uma redução da arrecadação previdenciária de R\$ 20,3 bilhões em 2026, R\$ 22,3 bilhões em 2027 e R\$ 24,2 bilhões em 2028. Isso ocorreria porque, com os novos limites e tabelas, algumas empresas passariam a recolher menos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que pagam atualmente.

A segunda frente envolve empresas do lucro real. Nesse grupo, o impacto sobre a arrecadação previdenciária seria de R\$ 768 milhões em 2026, R\$ 842 milhões em 2027 e R\$ 915 milhões em 2028. No caso das mudanças no lucro presumido, a perda previdenciária estimada nesse grupo seria de R\$ 611 milhões em 2026, R\$ 669 milhões em 2027 e R\$ 728 milhões em 2028.

Somados os três efeitos, a redução da arrecadação previdenciária



Jorge Goetten: revisão das faixas do Simples é inegociável e deve ser analisada em conjunto com a ampliação do teto do MEI

provocada pelas mudanças no Simples chegaria a R\$ 21,7 bilhões em 2026, R\$ 23,8 bilhões em 2027 e R\$ 25,9 bilhões em 2028. Há, ainda, a perda de receita com os demais tributos que as empresas recolherão a menos, mas a previdenciária é a de maior impacto.

Segundo Leonardo Rolim, especialista em Previdência e consultor da área na Câmara dos Deputados, a atualização das faixas do Simples Nacional deve pressionar o déficit previdenciário, que, sem considerar a perda adicional de arrecadação provocada pela medida, deve encerrar o ano em cerca de R\$ 350 bilhões.

O especialista explicou que o déficit da Previdência já tende a crescer nos próximos anos devido ao envelhecimento da população, que aumenta o número de aposentados e pensionistas e, consequentemente, as despesas do sistema. Com a redução das receitas, provocada pela mudança no Simples, a pressão sobre as contas da Previdência tende a ser ainda maior.

“Além disso, a gente ainda tem o aumento real do salário mínimo com base no Produto Interno Bruto (PIB), limitado a 2,5%, que já aumenta ainda mais o déficit, porque é um aumento real de uma despesa. Junto com esses efeitos, você ainda está colocando um terceiro,

que é a redução de receita”, disse.

Além das mudanças no Simples, o projeto aprovado pela comissão da Câmara eleva o limite anual de faturamento do MEI de R\$ 81 mil para R\$ 144 mil em 2026, com atualização pelo IPCA nos anos seguintes. O impacto total dessa mudança seria de R\$ 2,96 bilhões em 2026, R\$ 3,37 bilhões em 2027 e R\$ 3,85 bilhões em 2028, considerando a renúncia de todos os tributos. Desse montante, a parcela que afeta a Previdência seria de R\$ 1,1 bilhão, R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, respectivamente.

Na avaliação do pesquisador e especialista em Previdência Social Rogério Nagamine, a ampliação desse limite deve piorar a focalização do regime. “O MEI já tem problemas de focalização com o teto atual. Ampliar o limite vai agravar os impactos negativos do MEI nas contas do RGPS e na focalização do programa, que já não é boa”, afirmou.

Já o sócio da Quantivis Analytics

“Atualização das faixas do Simples deve pressionar o déficit previdenciário”
Leonardo Rolim

e professor do Ibmecc, José Ronaldo Souza Júnior, contestou o argumento usado pelos parlamentares defensores de que a mudança seria apenas uma atualização das faixas pela inflação. Segundo ele, mesmo que os limites sejam corrigidos pelo índice, a medida representa uma renúncia fiscal e pode reforçar a necessidade de uma nova reforma da Previdência.

“Então, isso é grave e bastante perigoso em termos de política, em termos de questão fiscal. Não é sustentável, independente de haver ou não outra reforma da Previdência, mas ele antecipa a necessidade de uma nova reforma da Previdência”, disse. “É uma renúncia fiscal bastante grande, ao mesmo tempo em que a gente não tem espaço para esse tipo de coisa. Isso que eu acho mais grave”, completou.

Somadas as mudanças no Simples e no MEI, a renúncia total estimada pela Receita com o projeto da CFT chega a R\$ 44 bilhões em 2026, R\$ 48,4 bilhões em 2027 e R\$ 52,8 bilhões em 2028. No documento enviado ao relator, a Receita afirma que, sem medidas para compensar a renúncia, o projeto é incompatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Procurada pelo **Valor**, a Receita não se manifestou até o fechamento da edição.

Resolução altera base de cálculo do regime tributário

Beatriz Olivon
De Brasília

O Comitê Gestor do Simples Nacional publicou, nesta semana, três resoluções para adequar as regras do regime à reforma tributária. Uma das normas, de nº 190, mexe com a base de cálculo dos tributos, ao incluir “multas, juros, acréscimos e encargos” no conceito de receita bruta. A mudança, segundo tributaristas ouvidos pelo **Valor**, pode gerar judicialização.

Outra resolução, de nº 191, adiou de 1º de setembro para 1º de novembro a adesão ao modelo de Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e) de padrão nacional, mas também traz regra que permite a antecipação da tributação. Indica que a receita é considerada auferida no faturamento — momento da emissão do documento fiscal, inclusive em casos de vendas para entrega futura.

Hoje, as empresas que estão no Simples podem optar por esse modelo, conhecido como regime de competência, ou pelo regime de caixa, no qual a recei-



“A escolha entre o Simples Nacional tradicional e o híbrido não é trivial”
Lia Drezza

ta é reconhecida quando micro e pequenas recebem o pagamento — e, portanto, esse é o

momento de tributação.

As três resoluções — incluindo a de nº 192, que trata de fiscalização e arrecadação, produzirão efeitos a partir de janeiro de 2027. Mas contribuintes que querem entrar no Simples em janeiro de 2027 devem fazer o pedido entre 1º e 30 de setembro, com a possibilidade de cancelar até 30 de novembro. O prazo é o mesmo para adesão ao Simples Nacional híbrido (modelo no qual a empresa ficará no Simples, mas vai recolher IBS e CBS pelo regime regular). A empresa que não se manifestar e já estiver no Simples hoje seguirá no regime.

A inclusão de juros, multas, acréscimos e encargos na base de cálculo do Simples é uma mudança “bombástica”, segundo Rubens Fonseca de Souza, presidente do Grupo de Estudos da Reforma Tributária (Gert). Para o advogado, seria necessário existir uma previsão específica na Lei do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123, de 2006) de que a receita bruta é composta também por esses itens. “É controverso se integram automaticamente a receita bruta.

Poderemos ter uma enxurrada de ações sobre isso”, afirma.

Segundo a advogada Victória Tortorelli Sampaio, da área tributária do escritório BMA Advogados, as resoluções buscaram adequar o sistema do Simples Nacional à reforma tributária, disciplinando a incorporação do Imposto e da Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS), e trazem definições relevantes para quem aderir ao regime ou mudar para o Simples “híbrido”.

A advogada lembra que a Lei Complementar (LC) nº 214, parte da regulamentação da reforma, permite que “juros, multas, acréscimos e encargos” estejam na base do IBS e da CBS, “o que pode ter levado à inclusão desses itens no conceito de receita para o Simples”. No regime híbrido, acrescenta, não faria sentido essa inclusão porque os novos tributos serão cobrados fora do sistema, “e com a inclusão de multas, juros, acréscimos legais e encargos, com base na LC 214”.

A mudança impactará diretamente as empresas que cobram encargos na inadimplência, se-

gundo Maria Andréia dos Santos, sócia do escritório Sanmahe Advogados. Ela lembra que o IBS e a CBS não integram a receita bruta, o que está alinhado com o espírito geral da reforma tributária de não inclusão de um tributo na base de cálculo de outro.

A tributarista Lia Drezza, do mesmo escritório, aponta que a escolha entre o Simples tradicional e o híbrido não é trivial. Pela Lei Complementar nº 214, de 2025, quem compra de fornecedor mantido no regime único do Simples não se credita do imposto cheio, o crédito fica limitado ao montante de IBS e de CBS efetivamente devido dentro do regime simplificado e, ainda assim, depende do destaque correto no documento fiscal. O crédito integral só se viabiliza se o próprio fornecedor optar pela apuração regular de IBS e CBS, o regime híbrido.

Por isso, a advogada aponta que quem compra de fornecedores no Simples Nacional tem interesse direto no modelo de Simples escolhido pelo vendedor porque a diferença de creditamento entra na

formação do preço e tende a provocar renegociação contratual ou reordenação da base de fornecedores. “Para o optante do Simples, o risco maior não está na carga tributária, e sim em deixar de ser contratado”, afirma.

O regime híbrido pode ampliar o crédito do adquirente, mas também aumentar o desembolso na operação, já que IBS e CBS passam a ser calculados por fora, segundo Sergio Vasconcelos, sócio do ButtiniMoraes. Nas vendas feitas por empresas do Simples Nacional que não optaram pelo regime híbrido, explica, o IBS e a CBS integrarão a alíquota unificada do Simples Nacional, aplicada sobre a receita bruta do vendedor, em um percentual inferior às alíquotas-padrão dos novos tributos. O adquirente, acrescenta, só poderá se creditar da parcela correspondente ao IBS e CBS pago dentro da sistemática do Simples.

Procurada pelo **Valor**, a Receita Federal e representantes do Comitê Gestor do Simples Nacional não comentaram as mudanças estebelecidas pelas novas resoluções.

ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO – “JOÃO NEGRÃO” (CAVPM) o PREGÃO ELETRÔNICO nº 90017/26, PR-173/0017/26, do tipo MENOR PREÇO, PROCESSO SEI nº 05700264452/2026-91, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA PROTETOR SOLAR FACIAL EM BASTÃO E REPLENTE DE INSETO DE LONGA DURAÇÃO. A realização da sessão será no DIA 26 de AGOSTO às 10h00, no endereço eletrônico: <https://compras.gov.br>. O edital na íntegra está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: <https://compras.gov.br> ou <https://pnpc.gov.br/>. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail cavpmlicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO LICITAÇÃO Nº 180160-260/2026
PROCESSO Nº 2026043931 - PNCP: 4637780000127-1-003386/2026

O Comando de Policiamento do Interior Cinco (CPI-5), situado na Avenida dos Estudantes nº 1960, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP, torna público a licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, Nº 180160-260/2026, do tipo menor preço, cujo objetivo é a aquisição de serviço de reforma da sede do 8º Gp da 4ª Cia do 16º BPM, na cidade de Aparecida D'Oeste/SP. O Edital e seus anexos, estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. A sessão pública do certame será realizada na no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, no dia 31 de agosto de 2026, a partir das 09h00 horas, maiores informações pelo fone (17) 3203-8500, ramais (2095), ou pelo e-mail cp5cuge@policiamilitar.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 724/2026.
Nº Processo: 024.00071244/2026-37.
Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Atenção Domiciliar em Saúde, na modalidade internação domiciliar, em atendimento à demanda judicial.
Total de Itens Licitados: 01 (um) Grupo Único composto por 14 (catorze) subitens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 13/08/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: <https://www.gov.br/pnccp/pt-br>.
Entrega das Propostas: A partir de 13/08/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 28/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (<https://www.doe.sp.gov.br>) e PNCP (<https://www.gov.br/pnccp/pt-br>).

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1232/2026

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT. A presente retificação refere-se exclusivamente ao item 14.4.1.5.1 do Edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:
14.4.1.5.1. A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de obras ou serviços de engenharia de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado. Os atestados deverão comprovar a execução de serviços similares, não sendo exigida identidade absoluta com o objeto licitado, nem limitação quanto ao tempo ou ao local de execução dos serviços.
Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes do Edital e seus anexos que não foram expressamente modificadas por esta Retificação.
A íntegra do Edital Retificado poderá ser obtida pelos interessados de segunda a sexta-feira, pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br / licitacaocotrimt@gmail.com, no site oficial da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu e na plataforma COMPRASBR.
Cotriguaçu-MT, 11 de agosto de 2026.
MOISES FERREIRA DE JESUS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1232/2026)

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, nº 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a REABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº. 002/2026 através da plataforma COMPRASBR <https://comprasbr.com.br/>, forma de julgamento: pelo critério de menor preço global, regime de empreitada execução EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, com a finalidade de selecionar propostas para contratação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT. Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Abertura do recebimento das propostas a partir do dia 12 de agosto de 2026 às 09:00 horas, até o dia 16 de setembro de 2026 às 08:45 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA). O início da disputa ocorrerá no dia 16 de setembro de 2026 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br / licitacaocotrimt@gmail.com ou no site da Prefeitura <https://cloud-cotriguacumt.l7sgp.app.br/dashboard/prefeitura-cotriguacu-mt> e <https://comprasbr.com.br/>.
Cotriguaçu-MT, 11 de agosto 2026.
MOISES FERREIRA DE JESUS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

Acompanhe o Valor também nas redes sociais.

Conteúdo relevante, análises e bastidores direto no seu feed.

Valor PRO

Velocidade e precisão para quem decide.

No mercado financeiro e corporativo, informação de credibilidade e em tempo real faz toda a diferença. O **Valor PRO**, plataforma especializada com a chancela do **Valor Econômico**, oferece análises aprofundadas, notícias em primeira mão e dados estratégicos sobre os principais setores da economia nacional e internacional.

Com soluções para diferentes perfis, do investidor individual às grandes corporações, o **Valor PRO** é a escolha certa para decisões mais seguras e precisas.

Valor PRO: Quem sabe antes decide melhor
Baixe grátis o aplicativo e experimente!